



**DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA,
REVISÃO E REDAÇÃO**

SESSÃO: 086.2.55.O

DATA: 16/04/16

TURNO: Noturno

**TIPO DA SESSÃO: Deliberativa
Extraordinária - CD**

LOCAL: Plenário Principal - CD

INÍCIO: 5h

TÉRMINO: 9h51min

DISCURSOS RETIRADOS PELO ORADOR PARA REVISÃO

Hora	Fase	Orador

Obs.:

Ata da 86ª Sessão da Câmara dos Deputados, Deliberativa Extraordinária, Noturna, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura, em 16 de abril de 2016.

Presidência dos Srs.:

Felipe Bornier, 2º Secretário.

Gilberto Nascimento, 2º Suplente de Secretário.

Alexandre Baldy, Átila Lins, nos termos do § 2º do artigo 18 do Regimento Interno.

ÀS 5 HORAS COMPARECEM À CASA OS SRS.:

Eduardo Cunha

Waldir Maranhão

Giacobo

Beto Mansur

Felipe Bornier

Mara Gabrilli

Alex Canziani

Mandetta

Gilberto Nascimento

Luiza Erundina

Ricardo Izar



I - ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Felipe Bornier) - A lista de presença registra na Casa o comparecimento de 93 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II - LEITURA DA ATA

O SR. CARLOS MANATO, servindo como 2º Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, aprovada.

III - EXPEDIENTE

(Não há expediente a ser lido)



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 086.2.55.O

Data: 16/04/2016

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Montagem: 4176

IV - ORDEM DO DIA

PRESENTES OS SEGUINTE SRS. DEPUTADOS:



O SR. PRESIDENTE (Felipe Bornier) - A lista de presença registra o comparecimento de 20 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.



O SR. PRESIDENTE (Felipe Bornier) - Passa-se à apreciação da matéria sobre a mesa e da constante da Ordem do Dia.

Item único.

**DENÚNCIA POR CRIME DE RESPONSABILIDADE Nº 1,
DE 2015**

**(SENHORES HÉLIO PEREIRA BICUDO, MIGUEL
REALE JUNIOR E JANAINA CONCEIÇÃO PASCHOAL)**

Continuação da discussão, em turno único, do Parecer da Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da República por crime de responsabilidade, oferecida pelos Srs. Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Conceição Paschoal, pela admissibilidade jurídica e política da acusação e pela conseqüente autorização para instauração, pelo Senado Federal, de processo por crime de responsabilidade (Relator: Deputado Jovair Arantes).



O SR. PRESIDENTE (Felipe Bornier) - Vamos dar continuidade à discussão da matéria com a relação dos oradores indicados pelo PCdoB, por 40 minutos.

A SRA. LUCIANA SANTOS (PCdoB-PE. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, antes de a Deputada Jandira Feghali falar, eu queria solicitar à Mesa que desse como lido o restante do meu discurso.

Não houve tempo suficiente, pois nós dividimos o tempo. Quero registrar isso, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Bornier) - A Mesa acata como lido o discurso da Deputada Luciana Santos, do PCdoB.

Concedo a palavra à Deputada Jandira Feghali, do PCdoB do Rio de Janeiro.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ. Sem revisão da oradora.) - Em primeiro lugar, Sr. Presidente, quero falar à nossa bancada sobre o meu orgulho em ocupar, neste momento, a tribuna representando o meu partido, o Partido Comunista do Brasil. Tenho orgulho pela confiança, pela minha história de militância de 35 anos no mesmo partido, pela importância que esse partido tem para a história do Brasil, para o povo brasileiro, na sua luta profunda e intransigente pela democracia e pela liberdade.

A Deputada Luciana Santos é nossa Presidente nacional — aliás, a primeira mulher Presidente de um partido — e já, com muita solidez e emoção, conseguiu dar abrangência a um discurso que representa todos nós.

Nós aqui apenas vamos reiterar algumas questões, alguns pontos que nos parecem pertinentes na atual conjuntura e na história do Brasil.

Em primeiro lugar, quero reiterar esse olhar que o mundo inteiro tem hoje sobre o Brasil. É um olhar que se expressa nas manifestações do povo que mora no



exterior e que luta contra o golpe. É um olhar de governantes e instituições internacionais. É um olhar da imprensa internacional, que enxerga neste momento um golpe institucional sendo construído por um conluio que envolve réus no Supremo Tribunal Federal, acusados de diversos crimes e ações penais no Brasil, que tentam afastar do Governo brasileiro a primeira mulher Presidente do Brasil, sobre a qual não pesa acusação de prática de qualquer crime, sobre a qual não pesa nenhum tipo de investigação, muito menos de denúncia de seu próprio enriquecimento ilícito ou de qualquer ato, de fato, criminoso contra as leis do Congresso, contra a Constituição, sem nenhum dolo, sem nenhuma justificativa para que se tente neste momento afastá-la.

Aliás, a história do Brasil é rica em mostrar exemplos — na década de 1950, na década de 1960, hoje — de como a corrupção é sempre a justificativa para esconder outras razões e motivos reais para se tentar fazer apagar do poder alguém legitimamente eleito. Sempre é o mar de lama o discurso feito por quem está na lama, por quem tem muito a pagar e muito a ser investigado para fazer uma alteração, violando a Constituição e a democracia brasileira, para se estruturar e para colocar a sua agenda na pauta do Brasil.

Aliás, as razões sempre são geopolíticas, guiadas por interesses de fora do Estado brasileiro, por interesses alheios ao povo brasileiro, e tentam atingir não apenas o Brasil, mas outros países da América Latina. Assim foi a rodada de golpes militares e assim é hoje a tentativa de golpes institucionais em muitos países da América Latina, dos nossos irmãos latino-americanos. Uruguai, Honduras e Paraguai são exemplos disso, bem como as tentativas na Bolívia, no Equador, na Venezuela e a tentativa permanente de impedir que Dilma governe este País.



Ora, é importante dizer que Eduardo Cunha — e reitero o que já disse — não poderia estar sentado na cadeira de Presidente da Câmara dos Deputados. Réu de processos no Supremo, com provas robustas do seu comportamento, não poderia neste momento comandar e dirigir um processo de afastamento de uma Presidente honesta.

Aliás, esse conluio de Cunha e Michel Temer mostra bem a cara da traição. Como disse a Presidenta Dilma, na noite de ontem, *“levarão na testa a marca de golpistas e traidores da história da democracia brasileira”*. O povo não suporta traição, não gosta de traição, muito menos vinda de alguém que se pretende unificador deste País, com base no equilíbrio e na tranquilidade.

Um governo que se pretende ser a solução para o País será um governo que sai de um golpe, que sai da violação da Constituição? Um governo sem nenhum voto que o legitime para comandar o Brasil não governará.

Repito: Michel Temer não sairá às ruas. O povo brasileiro não aceitará um governo cujo prognóstico é de grande desequilíbrio, desestabilidade, não aceitação e incapacidade de tocar a política brasileira, de tocar as demandas fundamentais da sociedade. Basta ver a agenda que eles impõem e negociam com o PSDB, com o DEM, com o PSB e com o PPS neste momento.

Não há, no Brasil, a possibilidade de que esse Governo tenha algum respeito da sociedade brasileira, que se põe de pé nas ruas, que se põe de pé sob todas as formas de manifestação: na arte, na educação, no movimento dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade, na juventude, no movimento de aposentados, de juristas e de tantos outros que nos trazem a energia e a poesia de quem defende a liberdade, os direitos e a democracia brasileira.



Neste momento, temos certeza absoluta de que a Oposição não têm dois terços dos votos dos membros da Casa para aprovar o golpe. Temos a convicção absoluta de que aqui o preconceito se expressa na fala dos partidos, na fala de outras legendas, na fala de Deputados que vêm agredir a Esquerda, agredir a cor vermelha da luta, agredir a cor vermelha da militância brasileira, que não tem no vermelho um símbolo de violência, mas, no caso do nosso partido, a foice e o martelo como símbolos da aliança operário-camponesa.

Nós temos aqui a bandeira do Brasil, e V.Exas. não usurparão os símbolos nacionais para dar um golpe na democracia brasileira. De novo repito e reitero: crime de responsabilidade não há. Portanto, não se pode interromper o mandato da Presidente Dilma Rousseff.

Uma mulher que entrou pela porta da frente, com 54 milhões de votos, não sairá pela porta dos fundos. Sairá pela porta da frente, em 2018.

Saibam V.Exas. que em 2018 nós disputaremos a eleição e o povo saberá dar a vitória novamente ao projeto popular deste País.

Contra o golpe, pela democracia e pela liberdade. É assim que se posicionam o PCdoB e o povo brasileiro. *(Palmas.)*

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, eu subo à tribuna nesta madrugada do dia 16 de abril para dizer que a presença dos Srs. Parlamentares e a atividade da Câmara na madrugada são simbólicas das sombras que tomam espaço na política brasileira e simbólicas da ação do Presidente Eduardo Cunha. Na calada da noite, ele tenta impor um golpe político para retirar do poder uma Presidenta eleita democraticamente.



O Brasil inteiro acompanha as manobras que o Sr. Eduardo Cunha faz no Conselho de Ética, em que ele está sendo processado. Ele tudo faz para que não caminhe o processo que redundaria na sua cassação.

Ao mesmo tempo, para o caso da Sra. Presidenta da República, ele monta um tribunal de exceção, um rito sumário, um rito sem provas, um rito sem documentos, que serve, exclusivamente, ao objetivo de aplicar um golpe, apeando do poder uma mulher que alcançou 54 milhões de votos.

Eu começo falando sobre isso, porque o PCdoB, neste momento, na madrugada do dia 16, resiste no plenário da Câmara dos Deputados. Resistiremos até a votação final e derrotaremos a intentona golpista, porque cresce a consciência democrática no Brasil e chegam a esta Casa as vozes das ruas e do povo organizado do nosso País.

Eu fiquei muito emocionado com as várias manifestações e protestos, quando o nosso povo ocupou praças, ruas e universidades. De São Paulo, eu poderia citar a do Largo São Francisco, um reduto de tradições democráticas do nosso País. De São Paulo, eu poderia falar do levante de estudantes da PUC ou da manifestação na Rua Maria Antônia. Eu poderia falar da Frente Povo Sem Medo, que representou, inúmeras vezes, dezenas de milhares de trabalhadores e trabalhadoras que lutam pelo direito à moradia.

Eu ainda poderia falar da Frente Brasil Popular, que agrupa sindicatos, movimentos estudantis, comunitários, populares, de combate ao racismo, pelos direitos das mulheres, pelo respeito à diversidade e à orientação sexual. A Frente Brasil Popular articulou no País inteiro um levante democrático.



Desta tribuna, eu também poderia falar de 8 mil juristas, entre eles juízes, membros do Ministério Público e advogados, que fizeram um manifesto liderado, entre outros, pelo ex-Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Prof. Marcello Lavenère, revelando a consciência crítica de juristas que defendem a democracia em nosso País.

Por isso, se é verdade que tempos sombrios chegam a esta Casa sob a liderança de Eduardo Cunha, é verdade também que a resistência e a consciência democrática no Brasil se fizeram perceber.

Nós nos emocionamos ao ouvir na Fundação Progresso, na Lapa, Deputada Jandira, mais de 50 mil pessoas gritando “*não vai ter golpe!*” Nós renovamos a nossa confiança ao ouvir Chico Buarque de Hollanda dizer “*de novo, não. Golpe não*”.

Portanto, se é verdade que são sombrios os tempos desta Casa liderada por um golpista, é verdade também que o Brasil mostrou o seu vigor, a sua força, a sua capacidade de luta, a sua capacidade de resistência, o que é típico da tradição do nosso País.

Sras. Deputadas e Srs. Deputados, eu participei da Comissão Especial que examinou esse caso do pedido de *impeachment*, que já começou viciado. Como bem disse o Advogado-Geral da União, José Eduardo Cardozo, esse pedido de *impeachment* foi acolhido por vingança de um chantagista que, por não ter o seu objetivo alcançado, tocou fogo na Casa, procurando incendiar o nosso País e atacar a Presidenta da República. É um pedido de *impeachment* sem justa causa, sem fundamento, sem razão, sem prova, sem documento.



Na Comissão, viam-se Deputados desfilando, em maioria de forma artificial, destilando ódio nas palavras que proferiam aos microfones: “*Ela tem que sair*”. Por quê? “*Porque tem que sair*.”

E eu lembro aos Deputados que esse processo de *impeachment* começou no dia 26 de outubro de 2014, porque ele é filho daquela derrota eleitoral. Naquele dia, quando derrotado, o candidato Aécio Neves decidiu não acatar o resultado, ferindo uma tradição no Brasil.

Desde a redemocratização, temos por tradição respeitar a vontade popular. E o que se viu? Aécio Neves cair no ridículo de pedir auditoria nas eleições, auditoria nas urnas. Criticado por todos os lados, teve que recuar. Não satisfeito, o candidato derrotado foi ao TSE e pediu a cassação da chapa. Sem perspectiva, embarcou na aventura golpista. Antes, o PSDB e a Oposição, aqui nesta Casa, desrespeitando a vontade das urnas, travaram uma luta cega contra o Brasil, em uma oposição cega contra o Brasil, desconhecendo a realidade da economia internacional, desconhecendo a realidade da economia brasileira, desconhecendo a necessidade do nosso povo de manter os seus direitos e de ampliar os seus direitos.

E, aqui, nesta Casa, agiram para obstruir a retomada do crescimento econômico do nosso País.

Por isso, colegas, eu considero que esse movimento que nós vamos derrotar no próximo domingo, esse movimento golpista, é filho de uma derrota que a Oposição sofreu e contra a qual ela tenta se levantar, mas o nosso povo, nas ruas, nas mobilizações, nas suas lutas, já sinalizou que não vai permitir que esse golpe prospere.



É importante que cada brasileiro e cada brasileira saiba que, quando eu digo que não há fato jurídico que justifique o *impeachment* e que esse processo é uma farsa, é porque é uma mera manipulação de informações que instruíram um processo viciado.

Acusam a Presidenta de crime de responsabilidade quando da abertura de decretos de crédito suplementar — decretos de crédito suplementar —, que vêm a ser a disponibilização de recursos para atender às necessidades da atividade do próprio Estado, dos Poderes Judiciário e Executivo, e que está dentro da lei. A Lei Orçamentária de 2015 prevê a existência desses decretos no seu art. 4º.

Acusam a Presidenta de não cumprir a meta fiscal votada por este Congresso, e de, ao votá-la, autorizar os ajustes por ela feitos.

Ficou conhecida no Brasil a chamada pedalada fiscal. A pedalada fiscal seria o fator a justificar o impedimento da Presidenta Dilma. O que vem a ser a pedalada fiscal? Vem a ser os contratos de repasse que o Governo tem com bancos oficiais para garantir o Bolsa Família, para garantir o seguro-desemprego, para garantir o abono salarial, o Programa Minha Casa, Minha Vida, o Plano Safra. Ou seja, imputam à Presidenta a responsabilidade criminal por sustentar os programas sociais do Brasil.

Antecipando qual será a prática deles, eles querem acabar com o Bolsa Família; eles querem acabar com o Programa Minha Casa, Minha Vida; eles querem destruir as conquistas sociais alcançadas pelo povo do nosso País. Mas o nosso povo está atento. Ele tem acompanhado a realidade política do nosso País. Crescentemente, temos ampliado a nossa consciência. Crescentemente, temos buscado caminhos para derrotar a sanha desses golpistas.



O que surgiria no Brasil se, eventualmente, esses golpistas alcançassem sucesso no dia 20? O que sairia das sombras dessa articulação sinistra, liderada por Eduardo Cunha e pelo Vice-Presidente Michel Temer? Surgiria o atraso, surgiria a negação dos direitos alcançados, porque eles representam as forças políticas que historicamente rejeitaram os direitos para o nosso povo.

Em 2003, quando o Presidente Lula tomou posse, o Brasil era o país do desemprego. Era desrespeitado em todo o mundo. Era um país onde não havia democracia, nem participação popular, onde o povo não tinha interferência real na vida dele.

As conquistas que nós alcançamos — o acesso à universidade, o acesso às escolas técnicas, os programas sociais —, os direitos que nós conquistamos incomodam muito aquela elite que secularmente rejeitou os direitos para o nosso povo.

O que vem com Eduardo Cunha no poder é a negação desses direitos. O que vem com Eduardo Cunha no poder é a negação da democracia, é o enfraquecimento da participação do nosso povo.

Mas eu tenho convicção — caminhando pelo Brasil, caminhando por São Paulo, percebendo a elevação da consciência crítica e da consciência democrática — de que esta Casa, de que o Parlamento há de ouvir os anseios do nosso povo e há de derrotar essa intentona golpista.

Aliás, nos últimos dias, eles têm feito tudo, manobrando inclusive com o Regimento, para tentar influenciar um pouco mais o Plenário, porque eles sabem que não têm votos, sabem que não terão capacidade de impor esse golpe.



E assim como historicamente nós resistimos às intencões que atacavam a soberania nacional, a democracia e os direitos do nosso povo, uma vez mais o PCdoB se soma às forças democráticas, levanta a sua voz e afirma: “Não terá golpe!”

Um abraço. (*Manifestação do plenário: Muito bem! Palmas.*)

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PCdoB-MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres colegas Deputados, imprensa, galeria, funcionários da Casa, internautas, foi no 16 de abril de 1984, quando eu tinha 1 mês de idade, o grande comício pelas Diretas Já. Vejam: 32 anos depois, tentam interromper um processo democrático legítimo, e isso... (*Manifestação no plenário.*)

Sr. Presidente, eu peço a V.Exa. me seja garantida a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Bornier) - Peço respeito ao orador da tribuna.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR - O que nos cabe, neste momento, agrade ou des agrade, é fazer a avaliação jurídica e política do processo que tramita na Casa.

Muitos disseram — tinham que tentar falar alguma coisa: “*Mas impeachment consta na Constituição!*” E quem disse que não? Até a pena de morte está na Constituição. Mas há pena de morte em caso de guerra declarada e *impeachment* em caso de crime de responsabilidade.

Sras. e Srs. Deputados, essa denúncia é tão fraca. A Oposição não soube fazer uma denúncia que preenchesse os requisitos da Lei nº 1.079 e da Constituição Federal. Não arrolaram um só crime de responsabilidade — não conseguiram prová-lo —, não há um indicativo de crime que envolva ato de corrupção da Presidenta Dilma Rousseff que o Presidente Eduardo Cunha tenha recebido. Nem Cunha



recebeu um só ato de corrupção contra a Presidente da República — o Presidente é inimigo da Sra. Presidente da República, e nem ele encontrou um fato que pudesse ser caracterizado como corrupção. Encontraram dois fatos: decreto e pedalada. E falam: “Ah, o decreto não tinha autorização legislativa.” Mentira! Estava previsto na LDO. E, ainda que fosse verdade, se o Poder Executivo exorbitasse do poder de regulamentar, qualquer Deputado Federal poderia apresentar um decreto legislativo para sustar aquele ato.

Sabem quantos Deputados apresentaram decreto legislativo para sustar o ato da Presidenta Dilma? Nenhum! Sabem por quê? Porque o ato é legal, porque o ato é constitucional, encontrava apoio em toda a jurisprudência pacífica do TCU.

Em 2015, o TCU disse: “*Parece que não pode*” — porque o TCU só pode emitir parecer. Desde esse dia, ainda que nós não concordássemos com isso, o Governo Federal nunca mais editou um decreto de tal forma.

Pedalada: desrespeito ao art. 11 da Lei nº 1.079 — artigo esse que nem sequer foi recebido pela Constituição de 1988.

Mais uma vez, eu repito: a Oposição nem sequer acertou fazer um pedido de *impeachment*, não habituada ao cumprimento regular da lei.

É isso o que nós estamos votando neste momento. Nada deve ser considerado fora disso.

Tentam julgar a Presidenta da República pelo conjunto da obra, sabendo que não há crime de responsabilidade. Para julgar pelo conjunto da obra há dia, hora e local: nas urnas. É lá que a Presidenta da República será julgada, assim como o seu projeto político.



O maior medo deles, no fundo, no fundo, é a semelhança entre esse processo de 2016 e o processo de 1992. Nos dois momentos, quem liderava qualquer pesquisa de intenção de voto era o Sr. Luiz Inácio Lula da Silva. Essa é a grande preocupação deles.

Este projeto, que já foi julgado pelo povo quatro vezes, teve a aprovação da maioria do povo do nosso País, e isso incomoda muita gente. Aí eles dizem: “*não, o povo não sabe votar, o povo foi induzido o erro*”, desrespeitando a vontade soberana! Mas isso é distorcer a essência da democracia, e nós não o aceitaremos em nenhuma hipótese.

Não há crime de responsabilidade, e nós não podemos conceber um julgamento sem crime de responsabilidade e sem desvirtuamento da essência da Constituição.

O *impeachment* sem crime de responsabilidade é como pena de morte sem guerra declarada — e, neste caso, a pena de morte atinge a Constituição Federal. Não há caminho razoável quando se maltrata a Constituição Federal, e é isso que nós queremos repudiar de forma veemente.

Ainda que houvesse crime de responsabilidade, não há proporcionalidade para justificar o impedimento de um mandato legitimamente concedido por 54 milhões de brasileiros.

Repito: o julgamento da Presidenta Dilma se dará nas urnas, e é isso que amedronta aqueles que tentam desvirtuar esse processo.

A Câmara não vai julgar o *impeachment*. Quem vai julgá-lo é o Senado. O que a Câmara faz é conceder ou não a autorização política para que prossiga este procedimento. Eu fui estudar o esse instituto da autorização política.



Sras. e Srs. Deputados, a bancada do PCdoB continua firmemente na luta. Isso aqui deve ser interpretado como uma possibilidade de veto. Ainda que houvesse crime de responsabilidade, e não há, apenas um terço dos Deputados poderia vetar o andamento deste processo.

Mas em que caso se pode vetar o andamento desse processo? Sabe em que caso esse processo deve ser vetado, deve ser paralisado? Quando houver um conluio, quando houver uma farsa, quando houver uma trama, quando houver uma garbulha. Nesses casos pode-se interromper este processo.

Sabem onde está o conluio? Está no Vice-Presidente Michel Temer e no Presidente da Câmara, Eduardo Cunha, que é réu no Supremo Tribunal Federal. (*Palmas.*) E esse conluio tem por objetivo atender a um projeto de poder pessoal. Eles querem chegar ao poder, mas não têm o respaldo popular, e estão tentando um atalho fora daquilo previsto na Constituição.

É um projeto de poder pessoal e um projeto de poder penal, e, no fundo, no fundo, eles têm em comum o fato de os dois serem investigados na Lava-Jato, diferentemente da Presidenta Dilma. Ela nunca foi investigada na Operação Lava-Jato. Não houve Juiz Sergio Moro, não houve Polícia Federal, não houve Supremo Tribunal Federal, absolutamente nada que caracterizasse uma investigação que fosse contra a Presidente da República. É isso que nós temos que diferenciar.

Este conluio entre Eduardo Cunha e Michel Temer tem que ser paralisado pela Câmara. A Câmara não pode dar autorização para que ele prossiga. As Sras. e os Srs. Deputados sabem o quanto isso atende apenas ao interesse do Vice-Presidente Michel Temer e do Presidente da Câmara, Eduardo Cunha.



Sabem o que isso me lembra? Uma série: *House of Cards*. Só, que neste caso, isso me lembra dois personagens em especial: Frank Underwood e Claire. E eu não sei quem é a Claire e quem é o Frank, se é o Temer ou se é o Cunha. Eu achava que era o Cunha. Agora eu vi que Cunha é instrumento de manobra do Vice-Presidente Michel Temer, para que ele chegue ao poder sem o respaldo popular.

“Ah, ele teve voto; ele era Vice”. Eu não estou dizendo que ele não teve voto, mas que ele não tem o apoio popular, como não o tem o Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha.

Com esta tentativa de atalho nós não podemos compactuar, porque ela feriria de morte a Constituição Federal. É por isso que nós não podemos permitir o prosseguimento deste processo, deste conluio, desta trama.

Este processo difere muito — e já caminho para o fim — do processo de 92. Aquela votação, Sras. e Srs. Deputados, uniu o Brasil. Havia um movimento pela ética na política. Agora não há, no processo conduzido pelo Presidente Eduardo Cunha. Naquela votação, naquele período, não havia ódio. Havia irreverência, povo na rua. Agora, infelizmente, esta votação vai dividir o Brasil, começando pela Esplanada dos Ministérios, onde há um muro que envergonha o sentimento democrático do nosso País. (*Palmas.*)

E por isso, nós temos a convicção de que andarás muito longe o resultado da votação amanhã com normas claras. Retiramos todas as arbitrariedades que o Presidente Eduardo Cunha inventou nesse processo.

O Supremo Tribunal Federal interveio, e não tenho dúvida de que poderá ser convocado outras vezes, para afastar as ilegalidades e, desta forma, garantir o afastamento do conluio entre Cunha e Temer e seja respeitada a vontade popular.



Por isso, esse processo de *impeachment* não passará! (*Palmas.*)

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, nesta madrugada, quase ao amanhecer deste sábado, coube a mim encerrar esta hora destinada ao PCdoB na Câmara dos Deputados para defender a democracia e o Estado Democrático de Direito.

Quero saudar a Presidenta do nosso partido, que aqui, com toda a maestria, colocou a nossa linha política.

Ao encerrar, quero falar em nome deste partido, que tem a sua digital impressa nas mais importantes lutas do nosso povo, que enfrentou o Estado Novo, que enfrentou as cassações em 1946, 1947 e que enfrentou com clareza o Golpe Militar de 1964. E aqui há remanescentes dessas batalhas, especialmente da última. Quero nominá-los: a Deputada Jô Moraes e o Deputado Chico Lopes, que trazem consigo a experiência viva da luta contra o terror, da luta contra a tortura, da luta na clandestinidade, da luta pela democracia.

É exatamente disto que estamos falando: o PCdoB sempre teve lado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. E o nosso lado, que é o lado do Estado Democrático de Direito, vem calçado na concepção de que sem liberdade não há avanço social, sem liberdade não há perspectiva de emancipação dos povos.

E agora, nesses últimos 13 anos, nós tivemos o período mais largo de democracia da história desta nossa jovem República. E foi nesse período, nos dois primeiros mandatos de um operário nordestino que não falava inglês nem francês, mas falava a língua do povo brasileiro, que conseguimos grandes avanços para a



nossa gente. E foi nesse período, com a primeira mulher que sentiu sobre seus ombros a faixa presidencial, que continuamos em um largo período de avanços.

Fomos ao encontro de uma crise econômica mundial, que tem colocado a Espanha com um índice de desemprego de 57% da sua juventude, que tem assolado as economias do mundo inteiro, que tem estimulado o terror no Oriente Médio, fazendo milhares de homens, mulheres e crianças migrarem, inclusive enfrentando mares, para chegarem a solos mais seguros.

A crise não é Dilma. A crise não é nacional. Mas navegando e surfando na onda da crise, de maneira oportunista e mesquinha, forma-se um consórcio oposicionista entre os derrotados das quatro eleições e a mídia corporativa, que mente, que omite. Aliás, a *Globo* disse que é o que é não pelo que publicou, mas pelo que deixou de publicar no curso desses anos, como corroborante de golpes e escaramuças, que, sem dúvida, têm sido marcantes do seu perfil golpista.

E agora, ao lado dessas forças, forças econômicas brasileiras e forças econômicas internacionais têm-se aliado a esse processo de tentativa de derrubada e de desestabilização um governo eleito por ampla maioria do povo brasileiro.

Nós temos a clareza de que não há ilegalidade no que se costuma chamar de “pedaladas” fiscais. Na verdade, elas são um artifício econômico para composição de contas. É um atraso de pagamentos assentado e aquiescido por este Parlamento. E, efetivamente, diante dessa aquiescência do Parlamento, não há crime de responsabilidade.

Em não havendo crime de responsabilidade, esses oposicionistas, que se estruturaram desde o início do Governo Lula, passaram a perder essa adjetivação “oposicionista”, a qual passou a ter sinal de igualdade com a adjetivação “golpista”.



Esse adjetivo muito os incomoda, e eles buscam se livrar desse adjetivo a cada dia, porque, de fato, ele se incorporou ao pensamento da superestrutura e ao coração do povo brasileiro. Povo esse que tem visto que, por não haver crime de responsabilidade, não é possível haver *impeachment* e que sem crime o *impeachment* é golpe.

E quem são os artífices deste golpe? Quem é o Sr. Eduardo Cunha, que assumiu o controle desta Câmara dos Deputados através de acordos em torno de uma pauta regressiva e, quiçá, de outras artimanhas?

O Sr. Eduardo Cunha tem sido contumaz no noticiário. É um político profissional que, neste momento, por uma delação premiada, é acusado de supostamente receber 22 depósitos, no valor de 4 milhões e 680 mil dólares, da empresa Carioca Engenharia. Empresa que também informou sobre outras vultosas quantias pagas a título de propinas, referentes ao Porto Maravilhas — entre outras traquinagens do atual Presidente da Câmara.

É este o Deputado que instrui o processo contra a Presidenta Dilma Rousseff, que nem sequer tem um processo contra si. É uma mulher de matriz absolutamente idônea sobre a qual nada se tem a dizer. Ela não tem patrimônio acumulado, não tem contas na Suíça e nada deve moralmente a ninguém.

Tenho ouvido falas absurdas, inclusive de mulheres. Aqui, nesta noite que passou, ouvi dizerem que ela vacilou, que ela se apequenou. A Presidenta Dilma é uma gigante, do ponto de vista da moral e da sua coragem.

O Sr. Eduardo Cunha é réu e não tem condição de instruir esse processo de admissibilidade do impedimento de uma mulher honesta.



E o Vice-Presidente da República? Lamentavelmente, eu o desconheci nesses últimos tempos. Até parecia uma figura lhana à frente da Câmara dos Deputados, mas associou-se ao Sr. Eduardo Cunha e abandonou a coalisão que o fez Vice-Presidente, após ter assumido a articulação política do Governo. Ali, portanto, já havia premeditado a intenção de fazer ruir as relações políticas por dentro do Governo e da coalisão que o trouxe à condição de Vice-Presidente da República. Vislumbrando a cadeira da titular, que teve votos diretos, repetiu a desídia dos conspiradores destronados tão bem retratados em histórias medievais.

O jornal *Le Monde* dessa quinta-feira, dia 14, desenhou o perfil do Vice-Presidente da República, classificando-o como um profissional da política e das intrigas parlamentares. A publicação lembra que ele não chegou a ter 3% das intenções de votos das pesquisas eleitorais, mas pode chegar a Presidente da República sem um voto. Ainda o classificam de traidor adjunto, que precocemente comemora, midiaticamente, um tento que não alcançou. Ele quer se sentar na cadeira da Presidente sem ter tido um voto.

O Brasil, senhores, foi abalado por diversos golpes. O Brasil tem tido esse movimento pendular entre democracias e ditaduras.

Nós não vamos permitir que, por um motivo torpe e banal, sem nenhum crime, sem nenhuma prova contra essa mulher honesta, sem nenhuma prova contra essa mulher digna, contra a Presidenta eleita por mais de 54 milhões de brasileiros, se impeça o término desse mandato.

Quero anunciar, neste alvorecer do sábado, que nós do PCdoB confiamos nessa vitória. Nós do PCdoB temos certeza dessa vitória, porque o povo está nas ruas. Não são seguranças contratados, não são lutadores de artes marciais a



espancar estudantes; é o povo organizado! São as pessoas que tiveram vitórias. São 30 milhões de brasileiros que estão a falar, seja nos corredores da Câmara, seja entre os trabalhadores mais simples, seja entre os intelectuais e artistas, que se perfilam na defesa da democracia.

Apelo a todos, mesmo aos que não gostam deste Governo, que permitam que o rito natural democrático se conclua e que em 2018 realizemos mais eleições democráticas neste Brasil.

O grande medo é que, de fato, com a consciência espaiada da conquista de direitos e com a revelação das faces golpistas, que são deveras conhecidas do povo brasileiro — e que trazem a esta Câmara, pessoalmente ou através de herdeiros consanguíneos ou políticos, essas visões conservadoras, atrasadas e ortodoxas da política nacional —, estes não passarão. A população brasileira já sobejamente os conhece! Já os conhece do tempo em que crianças morriam de verminose, em que a fome se espaiava pelo Nordeste brasileiro e pelo Vale do Jequitinhonha mineiro, em que havia abandono no Norte do Brasil.

Por isso, temos a clareza, neste alvorecer, de que não vai ter golpe! Vamos lutar pela permanência viva da democracia.

Se, por acaso, a admissão vier, não vamos tolerá-la. O PCdoB se perfilará ao lado dos verdadeiros democratas brasileiros, aqui nestes microfones e nas ruas, em nome da democracia, em nome dos direitos sociais, em nome de uma perspectiva luminosa para a juventude, para o povo brasileiro, que quer mais direitos e quer democracia, para que usufrua de tempos melhores.

(Manifestação no plenário: Não vai ter golpe! Não vai ter golpe!)



O Sr. Felipe Bornier, 2º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Gilberto Nascimento, 2º Suplente de Secretário.



O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Neste momento, vamos convidar os Deputados do Partido Social Cristão, que terão o seu tempo de pronunciamento.

Concedo a palavra ao Deputado Jair Bolsonaro, do PSC do Rio de Janeiro.

O SR. JAIR BOLSONARO (Bloco/PSC-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, fui obrigado a ouvir que foice e martelo são símbolos de democracia. Símbolos esses que mataram mais de 100 milhões de inocentes pelo mundo.

Mas vou diretamente ao assunto aqui, Sr. Presidente, que é extremamente grave e completamente diferente do que foi tratado até agora. Eu estou com um livro aqui de Pepe Mujica, um dos integrantes do Foro de São Paulo, juntamente com as FARC, bem como com Fidel Castro, dentre tantos outros. O livro é *Uma ovelha negra no poder: confissões e intimidades de Pepe Mujica*.

Esse livro não vai chegar ao Brasil. Já está há 8 meses no Uruguai, Mujica o botou no mercado, mas ele não vai chegar aqui. Eu recomendo que vocês leiam esse livro. Ele não é do Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, não é do Cel. Lício Ribeiro Maciel, mas de um elemento integrante do Foro de São Paulo, amigo de Lula e Dilma.

Vamos lá. Do livro cito aqui duas passagens apenas. Uma reunião secreta de Mujica com as FARC em Cuba e logo depois a mesma reunião entre Mujica e as FARC, só que em Brasília, com Lula e Dilma presentes. Vamos continuar, porque o final é estarrecedor. Outro episódio do livro do Mujica foi o caso da Venezuela adentrar o MERCOSUL. O Brasil queria que a Venezuela adentrasse o MERCOSUL. Mas havia um problema: tinham que convencer o Mujica a afastar o Paraguai, que estava contra também, para a Venezuela poder entrar.



E, quando foi marcada a reunião, dias antes aconteceu um fato inusitado: o *impeachment* de Lugo, no Paraguai. Dilma não poderia viajar para o Uruguai e nem Mujica poderia viajar para o Brasil. O que ela fez, então? Mandou um avião da Força Aérea Brasileira, segundo o livro, buscar o que seria o Marco Aurélio Garcia de Mujica. E assim foi feito. O avião da Força Aérea Brasileira foi lá e voltou.

Dentro do Palácio do Planalto, Dilma começou a falar, e esse preposto, Marco Aurélio Garcia, emissário de Mujica, começou a anotar. Dilma falou: “*Essa reunião não existiu*”. Dilma entrega para esse representante de Mujica uma série de documentos, fotografias e captações telefônicas, levantadas pelas inteligências — prestem atenção — cubana e venezuelana e pela ABIN.

E assim foi feito. O avião da FAB retornou para o Uruguai. Dias depois, conseguiram fazer com que a Venezuela entrasse no MERCOSUL.

Está claro aqui: Dilma Rousseff toma decisões de Estado ouvindo as inteligências cubana e venezuelana.

Vamos em frente. Aconteceu por esses dias, e todo o mundo ficou sabendo: “*ABIN confirma a autenticidade de ameaça terrorista contra o Brasil*”. Isso não é de graça. Isso não é por acaso. E o linguajar vazado pela ABIN? “*Podemos atacar esse país de merda*”. Esse não é o linguajar do Estado Islâmico. O ataque seria feito pelo Estado Islâmico. Esse não é o linguajar deles. E mais ainda: a característica do terrorismo é a surpresa. Não manda recado. Mas nós vamos chegar ao final dessa linha.

A ABIN, no passado, era vinculada à Casa Militar — que foi extinta —, ao Gabinete de Segurança Institucional, GSI. Recentemente, Dilma recriou a Casa Militar, mas a ABIN ficou lá na Secretaria de Governo, de Ricardo Berzoini — ou



seja, uma inteligência política —, o que não ocorreria em um país sério, onde estaria ligada às Forças Armadas.

O que é importante agora, Sr. Presidente e colegas Deputados? Dilma Rousseff, Lula e o PT não entregarão o Governo por uma votação na Câmara e no Senado. O que eles teriam que fazer para justificar não o entregarem? Ato terrorista. “Ah, foi o Estado Islâmico!” Um ato terrorista justificaria o decreto já rascunhado por ela e denunciado por mim. Depois, o jornalista Reinaldo Azevedo, que não gosta de mim, fez uma brilhante matéria nesse sentido, e vazou — verdade ou não — que os comandantes militares não cumpririam o decreto do Ministério da Defesa redigido nos moldes elaborados por Dilma Rousseff. Agora, havendo um ato terrorista de proporções razoáveis, as Forças Armadas seriam aspiradas, seriam obrigadas a entrar, a respeitar e a tomar providências nas questões relacionadas ao estado de defesa. E mais ainda: esta Casa e aquela outra ali ao lado teriam o prazo de 10 dias para votar o decreto do estado de defesa.

Eu duvido que, nessas condições, estas duas Casas não votem favoráveis ao decreto do estado de defesa.

Os fatos estão aí, comprovados rapidamente por gente deles, do Foro de São Paulo, gente que não tem qualquer amor à democracia ou à liberdade, gente que faz o diabo para chegar ao poder e fará muito mais que o diabo para não deixá-lo. Só não entende quem não quer.

Quando ainda estava na Presidência, Lula, na Colômbia, sugeriu que as FARC criassem um partido político, como o PT aqui fez. Vale lembrar que o Foro de São Paulo nasceu em 1990, integrado, entre outros, por Cuba, FARC e Brasil, por Dilma e Lula naquele momento. Em 2002, as FARC se desfiliam, para dizer que



não estavam mais juntos. Mas estão sim. Dentro do Brasil existem mais de 14 mil cubanos. Existe aqui gente do Estado Islâmico, senegaleses. Não estou chamando todo senegalês de bandido. Existem haitianos, e é a mesma coisa. Mas há muita gente aqui disposta a fazer mais que o diabo para o PT não sair do poder.

Por que isso também?

A ditadura cubana é financiada com o dinheiro brasileiro, já que 1 bilhão e 300 milhões de reais por ano vão para Cuba em nome desse programa conhecido como Mais Médicos. Alguém acha que o PT está preocupado com o pobre, que está preocupado com a saúde do povo brasileiro? É muita inocência acreditar que essa facção criminosa chegou ao poder para fazer algo pelo nosso País.

Sr. Presidente e meus amigos, tomem as devidas providências de defesa. Eu sou obrigado a falar que a minha preocupação é enorme pelo próximo domingo. Vários comissionados de petistas que estavam em seus Estados vieram para cá e confeccionaram os seus novos crachás. O Cavalo de Tróia está aqui dentro. Para eles, não existem limites. Para nós, são a Constituição e a lei. Concordo com isso. Vejo colegas com a bandeira do Brasil e tiras de cores verde e amarela no pescoço, mas as armas da esquerda não são essas.

O Brasil está na iminência de mergulhar em um banho de sangue. Os fatos estão aí. Eles não chegaram para brincar. Conhecem a vida pregressa de Dilma Rousseff? Conhecem os grupos terroristas que ela integrou, os assassinatos, as execuções praticadas por integrantes de seus grupos? Conhecem Carlos Araújo, conhecem Cláudio Galeno, conhecem Franklin Martins e o agente cubano José Dirceu? Este, inclusive, quando foi apeado da Casa Civil por corrupção, recebeu Dilma Rousseff com grito: *“Companheira em armas!”*.



Meus amigos, esperem o pior. Esta Casa cassou João Goulart, no dia 2 de abril de 1964. Eles dizem que foi golpe. Depois, cassou Collor de Mello por outro motivo. Mas lá todos queriam a saída de João Goulart, porque estávamos praticamente dentro do comunismo. A mesma coisa agora acontece, mas, ousado dizer, é muito mais grave que o pré-64. Quando Pinochet assumiu, em 1973, havia dentro do Chile mais de 30 mil cubanos. Maduro agora conta, dentro da Venezuela, com mais de 80 mil cubanos.

Esses carrapatos, esses vermes não vão nos largar após uma simples votação do *impeachment* nesta Casa. Peço a Deus para estar errado.

Muito obrigado, meus companheiros. (*Palmas.*)

O SR. PR. MARCO FELICIANO (Bloco/PSC-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Brasil que assiste à sessão, senhoras e senhores que estão acordando neste momento, a Câmara dos Deputados está aqui se desdobrando, no tempo e no espaço, para o evento mais importante que esta Casa deste momento, o único e o mais importante projeto que esta Casa vai votar: o *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff.

Neste momento histórico para todos os brasileiros, é difícil achar palavras. Os meus colegas Deputados já expuseram as mais diferentes opiniões, mas me permitam voltar ao tema que está sendo tão discutido aqui, que é o golpe, que tanto foi levantado nesta Casa pelos governistas quando, na verdade, não há golpe nenhum.

Golpe foram eles que deram, ao tentar de todas as formas atingir a educação de nossas crianças com a abordagem de assuntos sexuais, para crianças com



menos de 4 anos de idade, com a sepultada — graças a Deus — ideologia de gênero.

Há também o assassinato de crianças, com a legalização do aborto, que até hoje tentam mascarar com os mais variados nomes aqui nesta Casa.

Há a tentativa de destruir a família tradicional, com teorias desgastadas de que os tempos mudaram. O que mudou, na verdade, foram eles, que prometeram uma coisa e fizeram tudo diferente, num verdadeiro estelionato eleitoral. Entregaram um país rico, celeiro do mundo, campeão de produção agrícola, maior produtor de soja, milho e carne, sem falar nos minerais abundantes por aqui e escassos no resto do mundo, à sanha de verdadeiros gafanhotos, que conseguiram quebrar uma das empresas mais valiosas do mundo, a PETROBRAS.

Deixaram milhares de aposentados pelos fundos de pensão das estatais sem perspectiva de uma aposentadoria digna, para a qual já tinham contribuído, por causa da má gestão feita por asseclas que investiram em papéis que já se sabia serem podres, com vultosos prejuízos, que beiram os 40 bilhões de dólares.

Mais de 10 milhões de brasileiros perambulam desempregados; milhares de empresas estão quebradas; o crédito internacional, escasso, com notas de descrédito, colocando-nos entre as mais atrasadas economias do planeta.

Senhoras e senhores, existem crimes que possuem tipificação penal — por exemplo, homicídio culposo, que é aquele que acontece sem intenção, e homicídio doloso, que é aquele que acontece intencionalmente — e, deles, as respectivas penas.

Todavia, existem crimes que nós não conseguimos tipificar. Que nome podemos dar ao crime de um bandido que destrói a mente de uma criança em



formação na sua primeira infância e a desvirtua sexualmente, quando ainda é praticamente um embrião, um ser humano em formação? Que nome damos a esse crime? Pedofilia? Para este Governo, não é pedofilia, é apenas a mera expressão de que o gênero humano tem que ser reconstruído a partir da liberdade de pensamento.

Em 2011, esta Casa realizou o seminário vergonhosamente intitulado *Diversidade Sexual na Primeira Infância*, em que pessoas dos mais altos gabaritos, intelectuais, disseram que crianças de 0 a 6 anos tinham que ter a liberdade de escolher o que queriam. Se o menininho na creche quisesse tocar no órgão genital do outro, ninguém poderia impedi-lo, porque ele estava se descobrindo sexualmente.

Que nome podemos dar ao crime de uma mulher que, em nome de sua sanidade mental e da proteção do seu próprio corpo, assassina uma criança, um bebê, um feto até a décima segunda semana da gestação? Para nós, é aborto, mas, para este Governo, não é crime e, tampouco, crime hediondo.

Que nome podemos dar ao crime de um pai que pega o dinheiro que deveria ser aplicado na saúde dos seus filhos e o destina para a saúde de filhos de outros, em outros países? *“De que o senhor está falando, Deputado?”* Estou falando deste Governo, que investiu 10 milhões de dólares na construção de um hospital na Palestina, enquanto os hospitais no Brasil estão em frangalhos, na bancarrota. No Brasil, as mulheres estão dando à luz nas calçadas, e as pessoas estão morrendo por falta de atendimento médico.

Que nome podemos dar ao crime de um pai de família que cria com seus vizinhos um grupo para planejar a destruição da própria casa? Isso não é loucura.



Estou falando do Fórum de São Paulo. Isso já foi dito aqui tantas vezes pelo Deputado Jair Bolsonaro! Países da América do Sul companheiros desejam ressuscitar aquilo que morreu na Europa comunista.

Que nome podemos dar ao crime de um pai que prometeu *“posso não concordar com o que dizes, meu filho, mas defenderei o teu direito de dizê-lo”*, mas fez calar, em uma democracia, a voz dos mais bravos dos seus filhos, como este Governo fez, por exemplo, com o Prof. Olavo de Carvalho, com as jornalistas Rachel Sheherazade e Joice Hasselmann e até mesmo com artistas como Lobão?

Esses cidadãos simplesmente expressaram o que pensavam, e tiveram os contratos destruídos, as vozes caladas, as bocas amordaçadas. E alguns perderam o emprego. O Prof. Olavo de Carvalho teve que sair do Brasil e morar em outro país.

Que nome podemos dar ao crime de um pai que coloca um filho contra o outro, fomentando o preconceito entre ambos os filhos, em uma disputa acirrada, com ódio e rancor, e até assassinato? É o que este Governo fez com o nosso País. O Brasil, Pastor Deputado Takayama, era unido. O brasileiro tinha alegria de ir à rua. Não havia entre nós o que hoje chamam de politicamente correto. É a maior chatice de todas. Colocaram negros contra brancos, meu Líder Andre Moura; pobres contra ricos; índios contra agricultores; crentes contra ateus; homossexuais contra heterossexuais. Dividiram tanto o nosso País que temos hoje um muro da vergonha bem à frente da Esplanada dos Ministérios. Este não é o Brasil que conheci na minha infância.

Senhoras e senhores, que nome podemos dar ao crime de um pai que propaga ser educador — sabe ler e escrever e diz que vai ensinar o seu filho —, mas os seus filhos não sabem ler nem escrever ou, quando sabem ler, não



conseguem compreender aquilo que leram? Refiro-me à Pátria Educadora, do Brasil, que deseduca. Nossas crianças saem da escola. Basta aos que têm mídia social ver as respostas que as pessoas postam nas redes sociais. Não sabem ler, não conseguem conjugar os verbos da língua portuguesa, não conseguem entender aquilo que leem. Gostam de ler apenas o título, e daí fazem uma ideia. Nossas crianças e nossos jovens estão sendo idiotizados pela Internet. A USP, que já foi a coroa da educação em nosso País, perdeu em 2013 a cadeira entre as 200 melhores universidades do mundo.

Que nome podemos dar ao crime de um pai que desperta a esperança de um filho dizendo *“você vai se formar, vai ter um diploma, vai ter uma formação acadêmica”* e o inicia na faculdade, mas, antes da conclusão do curso, o filho é obrigado a sair de lá porque o pai não tem dinheiro para sustentar o estudo e o deixa à deriva, sem diploma, sem esperança? *“Que loucura é essa, Deputado?”* Não é loucura, foi o que o Governo fez. O Ministério da Educação, em 2015, anunciou que o dinheiro para os novos contratos do FIES acabou. Por isso, o MEC não vai mais reabrir as inscrições.

Meninos e meninas que tinham sonhos e esperanças foram deixados à deriva, não vão concluir a universidade, a faculdade, por culpa de um Governo que não soube se estabilizar, que fez falcaturas na economia, que vendeu um sonho que não existia — são bandidos.

Que nome podemos dar ao crime de um pai que promete ao filho *“eu vou proteger você, meu filho, de qualquer coisa”*, e de repente joga o seu filho para os leões, joga o seu filho na mão de bandidos que praticam os assassinatos mais espúrios que pode haver na história do mundo? Eu estou falando do meu Brasil, que



em 2013 contabilizou 56 mil assassinatos, número muito maior do que o de mortos na guerra da Síria. Esse é o Brasil do PT.

A pergunta que faço é esta: se não há como tipificar tais crimes, como podemos puni-los? Qual é a pena para quem comete tais crimes hediondos? Só existe uma pena: *impeachment*, afastamento da Presidente, que é responsável por isso!

Presidente não pode errar, não pode conduzir o País para a bancarrota como aconteceu e, nosso País.

Eu estou aqui falando por analogia, Sr. Presidente, amigos Deputados, senhoras e senhores brasileiros que assistem à sessão, para denunciar esse desgoverno, desgoverno do PT, que não é partido dos trabalhadores, é partido das trevas. Só quem tem pacto com as trevas faz pacto com o diabo para colocar o Brasil onde ele está hoje. Não aceitamos mais isso.

No domingo, nós vamos ter aqui dois sepultamentos. Na verdade, dois sepultamentos mesmo! Um é o desse desgoverno que é o PT, e o outro, o da reputação de muitos amigos Parlamentares que aqui estão. A história não os perdoará.

Não falo aqui dos Deputados que desde sempre assumiram compromisso com os seus partidos de votar contra o *impeachment*. Eu falo daqueles Deputados que infelizmente se esconderam atrás da capa da dúvida — digo, sim, atrás da capa da dúvida —, talvez para, na calada das noites, como está acontecendo aqui em Brasília, em lugares dos mais escusos, venderem-se, serem achacados ou achacarem, extorquirem. Vendem-se e locupletam-se pelas 30 moedas de prata da traição.



Queria lembrá-los aqui de que Judas, um dos homens mais famosos da história, o maior de todos os traidores, recebeu dinheiro, mas não pôde usar esse dinheiro. Ele ficou com tanto arrependimento que o jogou aos pés daqueles que lhe pagaram, e eles lavaram as mãos. A dor de consciência foi tão grande que ele se suicidou.

Vai haver um suicídio político nesta Nação. Não estou ameaçando. Eu apenas aviso como bom amigo. As suas famílias, meus amigos, vão pagar o preço dessa traição. Os seus filhos sofrerão *bullying* na escola. As suas esposas não poderão mais ir ao salão de cabeleireiro arrumar o cabelo e pintar as unhas. Seus vizinhos vão olhar para V.Exas. de soslaio.

Srs. Deputados, permitam-me falar aqui com o coração. Eu sei do que estou falando. Em 2013, eu vi a minha família sofrer *bullying*. A minha filha mais velha teve que sair da universidade no Brasil porque professores e alunos a atacavam por causa de uma questão política. A minha esposa adoeceu por 2 anos seguidos. Não podia dormir na cama, dormia sentada, por causa da síndrome do pânico, uma doença psicossomática de que sofrem pessoas cuja alma passou por um trauma muito grande, como aquele que nós passamos, de não poder ir a lugar público sem ser xingados, apedrejados ou cuspidos.

Eu sei o que nós passamos. Amigos, não permitam que as suas famílias passem por isso! A diferença é que eu sobrevivi, e a minha família sobreviveu também. E sobrevivemos porque nós tínhamos uma bandeira. Era uma bandeira lógica, a bandeira da família brasileira, a bandeira da família tradicional, a bandeira da família civilizada.



As coisas passaram, a minha esposa foi curada, a minha filha pôde voltar para o Brasil. De cabeça erguida, voltei para este Parlamento, com o dobro de votos. Repito: voltei porque eu tinha uma bandeira. Uma bandeira que estava escondida ou desaparecida deste plenário de repente voltou à tona.

Eu pergunto: qual será a bandeira de V.Exas.? Como vão superar um trauma desses V.Exas. e suas famílias? Como V.Exas. vão justificar o fato de estarem protegendo um partido que tem presos dois tesoureiros, que tem preso marqueteiro, que tem presos Deputados, e até Senador já esteve lá?

Como vão superar isso, quando vier à tona, através da Lava-Jato, toda a sujeira feita pelo pseudopai dos pobres, quando estudarem a história e souberem que este desgoverno, em todos os mandatos, teve a maioria dos seus Ministros derrubados por problemas com corrupção, caíram?

Não há condição alguma de este Governo continuar. Ele não vai se reerguer mais. Eles sabem disso. Acabou! *Game over!* Deu, PT! A Presidente praticou crime de responsabilidade fiscal, sim!

Nós precisamos neste momento — e eu encerro aqui — é de esperança. Precisamos de alguém que nos una novamente. Vamos precisar de alguém que nos mostre a luz no fundo do túnel. Vamos precisar de alguém que nos inspire confiança, que nos faça sonhar novamente. O brasileiro precisa voltar a sonhar.

Ao vencermos com o *impeachment*, todos sabem, não será fácil reconstruir o Brasil, nem a confiança, nem as finanças, nem os empregos perdidos. Vamos precisar do esforço de todos, do sacrifício de muitos, da união de todo o Brasil e de muita fé e muitas orações.



Eu não tenho medo de falar isso aqui, mesmo sabendo que, do outro lado, esses que sou contra digam que o Estado é laico. Passaram a vida inteira falando sobre isso, que o Estado é laico. Mas o Estado não é laicista, o Estado laico protege o direito ao culto.

E é em nome dessa fé que eu quero dizer a todos que o PSC, do qual eu tenho muito orgulho, vai votar a favor do *impeachment*. A Presidente Dilma vai ser afastada.

Termino dizendo que nós não aceitamos mais o constrangimento, Presidente Dilma, de ouvir a senhora falar sobre a “mulher sapiens”. Não entra mais nos nossos ouvidos a tal da “mosquita”, nem a saudação à mandioca, nem que “*atrás de uma criança tem um ser oculto que é um cachorro*”. E chega desse negócio de estocar o vento.

Que Deus abençoe o Brasil! Que Deus abençoe a nossa Nação! Que Deus ilumine o Parlamento!

E, Presidente Dilma, como disse o Presidente Lula para a senhora: “*Tchau, querida*”.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (Bloco/PSC-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, é bom falar na madrugada, é emblemático e simbólico: estamos vivendo uma nova alvorada para o nosso País.

Além das razões técnicas e jurídicas para o enquadramento da Presidente da República em crime de responsabilidade, conforme prevê o art. 85 da Constituição Federal, precisamos considerar a absoluta incapacidade política e administrativa do



Governo para recompor as finanças públicas e retomar o desenvolvimento econômico.

O aumento continuado do déficit fiscal, a degradação persistente dos índices de avaliação do desempenho da economia, o crescimento absurdo do número de desempregados no País, entre tantos fatores negativos, reforçam os argumentos a favor do *impeachment* em curso. Mas precisamos considerar outro aspecto preponderante.

O voto favorável ao afastamento de S.Exa., a Presidente da República, garante também a interrupção de um processo marxista-leninista na sociedade brasileira que já está em estágio muito avançado.

O setor mais radical da esquerda está preparando o que parece ser o assalto final para a desconstrução dos valores e das instituições democráticas do Estado, processo lento e gradual, mas determinado, rumo a um sistema de Governo populista autoritário, até a consumação de um Estado socialista-marxista, com a supressão das liberdades e dos direitos democráticos.

No ano de 1990, foi criado por Lula e Fidel Castro o Foro de São Paulo — FSP, instituição internacional que reúne, além de Governos e partidos, organizações criminosas ligadas à indústria do narcotráfico e do contrabando.

A ala marxista da esquerda abandonou, então, a luta armada como instrumento para conquistar o poder e adotou o pensamento de Antonio Gramsci, que orienta a tomada do poder pela via pacífica, para, então, desconstruir os valores e convicções preexistentes na sociedade alvo, inclusive usando a violência, se for necessário, para concluir a implantação do Estado socialista-comunista, de inspiração marxista.



A esquerda está no poder há mais de 13 anos, Sr. Presidente, e ensaia a última etapa do processo gramiscista-marxista. Temos que interromper esse processo.

O Plano Nacional de Direitos Humanos — PNDH-3 é uma cartilha sistematizada das políticas usadas para desconstruir os valores e as convicções da sociedade e do Estado Democrático, através do que é chamado de revolução cultural.

Algumas ações do Governo, que já estão em curso ou programadas, dão conta da aceleração do processo nesta fase final: o Programa Mais Médicos, por exemplo, já conta com milhares de agentes cubanos infiltrados oficialmente no País; as fronteiras secas do Brasil estão escancaradas para a entrada de estrangeiros sul-americanos e caribenhos, sem qualquer tipo de controle; a população civil já foi desarmada no primeiro Governo do PT; a tentativa de criação dos Conselhos Populares, idealizados por Lenin, em todas as áreas da administração pública; o convênio do Ministério das Comunas e dos movimentos sociais da Venezuela celebrado com o Movimento Sem Terra — MST do Brasil para treinar ações revolucionárias, conforme palavras do próprio Ministro venezuelano Elias Jaua; reforma política através de plebiscito para convocação de constituinte exclusiva; regulação dos meios de comunicação, ou seja, controle e censura; desmilitarização das forças policiais; extinção do auto de resistência, ou seja, da legítima defesa da autoridade policial.

Essas são algumas medidas entre centenas de projetos que tramitam no Congresso Nacional e de políticas e programas desenvolvidos no âmbito do Governo, os quais, uma vez consumados, colocarão o País à mercê de uma



ditadura populista autoritária, no primeiro momento, para, a seguir, ceder lugar a uma ditadura comunista, de modelo cubano.

Os atos e fatos praticados pelo poder instalados no País continuam comprovando a determinação ideológica da esquerda em desconstruir instituições políticas, socioculturais e econômicas da nossa já combalida democracia republicana.

A decomposição da família natural, depois do *kit gay*, da substituição do Dia dos Pais pelo Dia do Cuidador, da Lei da Palmada, etc., passa a ser intensificada em escala avassaladora pela introdução da ideologia de gênero nas escolas. Através dela, deixam de existir meninos e meninas, e passam a ser apenas crianças. A identidade sexual virá com o tempo, e, enquanto isso, são liberados os fundamentos do homossexualismo, provável caminho para a promiscuidade sexual.

As investigações mais recentes da Polícia Federal expuseram a corrupção endêmica e sistematizada, estabelecida para a preservação do poder político e para o enriquecimento pessoal, operando paralelamente como instrumento de desmontagem devastador das empresas-símbolo da autonomia econômica nacional e orgulho de todos os brasileiros, como PETROBRAS, ELETROBRAS, BNDES, fundos de pensão, entre tantos.

Houve enfraquecimento inimaginável do sistema federativo republicano através da concentração de recursos públicos na União e de uma execução orçamentária focada mais nos interesses menores do Governo, frequentemente fisiológicos, do que nos legítimos interesses e anseios nacionais.

Essas considerações complementares, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, reforçam todos os argumentos a favor do *impeachment* até aqui registrados por mim



e por todos os que querem restaurar a esperança em um Brasil unido e em paz, com uma Nação feliz.

Por isso, Sr. Presidente, colegas Parlamentares, eu voto pelo afastamento da Presidente Dilma Rousseff da Presidência da República.

Muito obrigado.

Que Deus abençoe o nosso País.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (Bloco/PSC-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, uma boa madrugada aos meus companheiros do PSC e aos demais Parlamentares.

Eu começo complementando o discurso feito pelo Deputado Jair Bolsonaro.

O Ministro da Defesa, do PCdoB, Aldo Rebelo, passou 1 semana em Cuba, durante o carnaval, certamente para não despertar a atenção. Fazendo o quê, Deputado Jair Bolsonaro? Eu não ficaria surpreso se me dissessem que as FARC estavam lá presentes, pois elas fazem parte do Foro de São Paulo.

Sr. Presidente, certamente passo aqui pelo momento mais importante de minha vida.

Agora, depois de 13 anos de PT, a divisão é clara. Podemos ver claramente, Deputado Takayama, a divisão feita por eles: aqui não podemos falar contra o *kit gay*, Deputado Pr. Marco Feliciano, porque somos taxados de homofóbico; aqui não podemos falar contra a Lei das Palmadas, Deputado Jair Bolsonaro, porque seremos acusados de torturar criancinhas; aqui não podemos falar contra a cota, meu Líder Andre Moura, porque seremos taxados de racistas. E assim eles vão dividindo todos, inclusive neste momento, porque quem é a favor do *impeachment* é tido como golpista.



Hoje vocês começam a ter ideia do que sofrem os militares, caluniados desde 1985. Dizem que foi golpe, mas na verdade foi este Parlamento que cassou João Goulart no dia 2 de abril de 1964, está no *Diário do Congresso Nacional*. Para quem achar que a biblioteca não é local de tortura, é só ir lá que vai ver. Castelo Branco foi eleito com 361 votos, inclusive de Juscelino Kubitschek e do democrata Ulysses Guimarães. Mas isso a esquerda não diz. Ela vem aqui e diz que é golpe, assim como daqui a 10 anos vai dizer que Dilma Rousseff também sofreu um golpe.

Então, Sr. Deputado Jair Bolsonaro, podemos ver aqui fora o muro da vergonha. É necessário haver um muro para separar os adversários políticos, pois infelizmente eu acredito que não teremos paz, se não houver esse dia do *impeachment*.

Eu continuo aqui apenas para rememorar um fato que ocorreu ontem de manhã, quando tomei ciência de uma universidade particular, onde o professor disse: “*Alunos, amanhã haverá uma palestra*” — prezado Presidente Felipe Bornier —, “*cujo conteúdo será matéria de prova*”. A matéria é denominada América Latina e Sustentabilidade. Daí V.Exas. já podem desconfiar: chegando à palestra, quem são os palestrantes? MST, CUT, esses lixos que rondam a Presidente Dilma Rousseff, para dar uma aula contra o golpe.

Canalhas, Presidente! Esses caras não têm o mínimo de escrúpulo, o mínimo de ética. Eles não têm compromisso com a verdade.

Eu estudei na UFRJ, onde me formei em Direito. Sabem quando chamaram meu pai para palestrar? Nunca! Agora ouvi diversas pessoas da esquerda lá, falando baboseiras, na Semana Jurídica. E o aluno tinha que comparecer, porque



contava ponto, contava como hora para ele se formar. E assim eles vão conduzindo vocês, tal qual se faz com o gado, para o matadouro.

Se a esquerda tivesse compromisso, se estivesse interessada no que o povo fala, a Presidente já teria renunciado. Ela vem aqui e brada: “*A Presidenta Dilma Rousseff teve 54 milhões de votos*”. Mas não fala que o Estatuto do Desarmamento teve 59 milhões de votos no referendo de 2005. Ela está se lixando para a sua segurança! Vocês acham que a Presidente Dilma Rousseff está preocupada com a segurança de vocês? Vide, agora, o MST: quantas estradas ele está bloqueando para impedir que pessoas venham se manifestar pacificamente aqui em Brasília no dia 17, Sr. Presidente?

Eles não têm qualquer compromisso com as vozes do povo e querem colocar um golpe nossa goela abaixo.

Sr. Presidente, eu acredito que nós temos que ter mais liberdade. Nós temos que ter aqui mais Mises e menos Marx, mais Olavo de Carvalho e menos Paulo Freire. Sugiro inclusive que quem tiver oportunidade acesse o Youtube e assista aos vídeos de Olavo de Carvalho. São esclarecedores com relação a este momento que estamos vivendo.

Sr. Presidente, já me encaminhando para o final, para dar oportunidade aos demais colegas do PSC, venho esclarecer, após essa questão, as calúnias feita aos militares, talvez porque eles tenham levado o País da 48ª economia do mundo para a oitava, coisa que deve causar muita inveja à esquerda, pois em nenhum país onde foi implantado o socialismo houve melhora econômica significativa.

Vá a Cuba, que era a segunda economia da América Latina, país que depois que Fidel Castro assumiu nem sei em que posição está. Sei que o povo de lá vive



racionando até ovo. Vá à Venezuela, Deputado Baldy, ver como o pessoal disputa um pedaço de frango! E agora, quando falta até papel higiênico, só falta Maduro dizer que a culpa é de quem está indo ao banheiro.

Então, Sr. Presidente, ultrapassadas estas minhas considerações, digo o seguinte: sigo a tradição do povo de São Paulo, que tem como lema “*Não sou conduzido, eu conduzo*”, que tem como líderes aqueles que, preservados em nossa memória, seguem com o espírito da Revolução de 1932 — Martins, Miragaia, Dráusio, Camargo e todos aqueles que não abaixam a cabeça para ditaduras, como nosso saudoso Capitão Alberto Mendes Júnior, morto no Vale do Ribeira, depois de ser trocado por reféns, no meio da mata, a coronhadas pelo grupo de Lamarca. E esse pessoal ainda fala de democracia aqui...

Portanto, em nome dos Generais-Presidentes, que ainda fazem o Brasil ser uma economia respeitável, em nome dos militares, eu digo: eu vou votar “sim”, pelo *impeachment*, até porque não vou jogar no lixo o trabalho feito pelos meus colegas Policiais Federais, dos quais, aliás, Lula tem ódio. Ele mesmo disse, borrando-se nas calças com medo de ser preso: “*Ministro da Justiça,*” — no tempo era José Eduardo Cardozo — “*freie a Polícia Federal!*” E um dia será preso certamente. Quando a Presidente Dilma Rousseff sair do poder, com certeza, ato contínuo, será preso o Presidente Lula. E acredito também na prisão da Presidente Dilma.

Agora o Ministro da Justiça disse que, se sentisse cheiro de vazamento na Operação Lava-Jato, iria afastar toda a equipe da Polícia Federal. A Polícia Federal neste Congresso tem voz. Então, votarei “sim”, pelo *impeachment*. Quero dizer que soldado que vai à guerra e tem medo de morrer é covarde. Por isso espero todos



vocês aqui em Brasília no dia 17 para comemorarmos o *impeachment* e o início da assepsia de que nossa República precisa.

Dilma Rousseff, tchau, querida! (*Palmas prolongadas.*)

O SR. ANDRE MOURA (Bloco/PSC-SE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, neste domingo eu tenho certeza de que os Deputados Federais farão história neste País ao decidir, obviamente, o futuro da nossa Nação num momento político, meu caro Deputado Átila, bastante conturbado.

Nós sabemos que o Brasil vive um dos seus piores momentos desde o Plano Real, com uma crise econômica sem precedentes, com uma recessão cada vez maior, com um índice de inflação do mesmo jeito, com um dos maiores índices de desemprego dos últimos anos. E nós sabemos acima de tudo, de toda essa história comprovada de corrupção no Governo do PT, que sem sobra de dúvida é o maior escândalo de corrupção da história do Brasil e um dos maiores da história da humanidade.

Do ponto de vista jurídico e político, são bastante sólidas as razões para o impedimento da Presidente Dilma. Logicamente, sabemos que, mesmo tendo sido chamado à atenção pelo Tribunal de Contas da União, o Governo fez ouvido de mercador e continuou com as recorrentes pedaladas fiscais praticadas desde o primeiro mandato e repetidas no ano passado.

Dizem que o Brasil está dividido. Em verdade, duas forças antagônicas debatem o *impeachment*: de um lado, está uma maioria esmagadora da sociedade que clama pelo afastamento da Presidente Dilma; de outro lado, está uma minoria ruidosa e raivosa que não quer perder o poder, que não quer perder as benesses do



poder, disposta até a ir ao enfrentamento físico, para tentar salvar um projeto político e se perpetuar no poder.

Mas tenho certeza de que as famílias brasileiras, as famílias de bem vão tomar conta deste País, Deputado Takayama, Deputado Victório Galli. Eu não tenho dúvida de que estamos cumprindo o nosso papel e de que neste domingo, de forma muito resumida, vamos ser instados a dizer, através do voto aberto e democrático, neste Parlamento, com a responsabilidade que cada uma das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados têm com o País, que chegou a hora da grande decisão, chegou a hora de dar um basta a todos estes desmandos, a toda esta irresponsabilidade, a toda esta corrupção que toma conta do País.

Tenho certeza de que o povo vai lotar as ruas. O povo pacífico e ordeiro veste verde e amarelo, as verdadeiras cores da nossa bandeira, da nossa Nação, da nossa Pátria. Não é o vermelho! Nós vestimos com muito orgulho verde e amarelo, e são o verde e o amarelo que vão tomar conta das ruas do Brasil no próximo domingo. *(Palmas.)*

Nós teremos muito em breve um Governo comprometido com as mudanças, Deputada Cristiane Brasil. Estou certo de que V.Exa. lidera, juntamente com várias mulheres valorosas, a exemplo da Deputada Mariana Carvalho, que aqui está, este movimento que todos nós queremos, o movimento para resgatar o orgulho do povo brasileiro.

Como eu já disse, precisamos dar um basta a este Governo, Deputado Pr. Marco Feliciano. V.Exa. tem um grande poder de comunicação e, por ser um dos Parlamentares, um dos homens públicos do Brasil e do mundo com maior alcance nas redes sociais, vai ajudar a levar milhões de brasileiros para as ruas no próximo



domingo. Brasileiros que verdadeiramente amam este País querem um futuro melhor e vestem verde e amarelo.

Nós aprovamos aqui na última semana o parecer do Deputado Jovair Arantes, um texto preciso, coerente, que mostra de forma muito clara e evidente todo um processo de impedimento, para assegurar que no domingo, de maneira democrática e constitucional, cumpramos nosso dever como Parlamentares e aprovemos o *impeachment*.

Não bastassem todos os crimes de responsabilidade fiscal cometidos por este Governo, há ainda os investigados pela Operação Lava-Jato, o mensalão do PT e todos os desmandos de um partido que foi de encontro a sua história e a rasgou, porque sempre disse ser o partido mais honesto, mais íntegro e mais correto da história deste País. Mas mostrou ser o partido mais corrupto, que verdadeiramente envergonha o povo brasileiro. não deve ser chamado de Partido dos Trabalhadores. Os verdadeiros trabalhadores do Brasil, que fazem grande este País, jamais permitiriam que um partido como esse pudesse ser chamado de Partido dos Trabalhadores.

Tenho certeza de que vamos dar a grande resposta no domingo, respeitando acima de tudo o povo brasileiro. As ruas estarão tomadas pelas pessoas de bem, pelas famílias brasileiras, não só pelos Takayamas, Victórios, Bolsonaros, Reinados, Lilas, Marias, landras, Josés, Iagos ou Laras, mas por todos os brasileiros, independentemente de cor, credo e raça. Eles vão tomar conta das ruas de forma pacífica.

Isso é fundamental, porque o País passou a andar para trás neste Governo: a inflação fechou o ano na casa de 10%; a retração da economia é gigantesca; não há



vagas no mercado de trabalho; o desemprego atinge a casa de 9,2% em 2016 e vai passar, se não tivermos um novo Governo, dos 10% em 2017, Deputado Sóstenes; a inflação está em alta; o crescimento desenfreado dos juros, por conta da irresponsabilidade deste Governo, é assustador; o quadro de endividamento elevado faz com que os cidadãos brasileiros que ascenderam à classe média retornem à linha da pobreza.

Se antes existia a presunção da inocência da Presidente, agora as provas dos crimes por ela cometidos são inúmeras, cabais e incontestáveis.

O *impeachment*, Sras. e Srs. Deputados, está previsto na Constituição, sendo, portanto, um dispositivo perfeitamente legal, desde que atendidos todos os preceitos, como estamos fazendo.

Não estamos mais num tempo em que se permitem colocações falaciosas e promessas infundadas, como este Governo está acostumado a fazer. Não há mais espaço para o embuste. É necessário e urgente extirparmos o mal que se apoderou do poder em nosso País.

Como eu disse no início, neste domingo nós faremos história para decidir o futuro da nossa Nação, Deputado Arolde de Oliveira. V.Exa. é um grande Parlamentar. Participou do processo do *impeachment* do ex-Presidente Collor e entrará para a história no próximo domingo, fazendo justiça para os brasileiros, mostrando que aqui não há golpe, há *impeachment*, justiça, respeito ao povo brasileiro e acima de tudo responsabilidade de um Parlamento composto por homens e mulheres que representam o povo brasileiro.

Esta Casa vai representar a vontade do povo, que é dar um basta a este Governo, para termos a certeza de que vamos ter um Governo liderado por uma



pessoa capaz de conduzir o destino deste País com credibilidade e responsabilidade, que já passou por esta Casa, da qual foi Presidente três vezes, e que vai conduzir a Nação para a retomada do crescimento e da estabilidade econômica. Eu não tenho dúvida disso.

Deputada Cristiane Brasil, Deputado Eduardo Bolsonaro, Deputado Jair Bolsonaro, domingo será um grande dia, que entrará para história. E não tenho dúvida de que todos nós faremos nosso papel.

Quero deixar registrada nos Anais da Casa a posição da bancada do Partido Social Cristão, Deputado Takayama, Deputado Victório Galli, Deputado Pr. Marco Feliciano, Deputado Eduardo Bolsonaro, Deputado Jair Bolsonaro, Deputado Arolde de Oliveira, Deputada Júlia Marinho, Deputado Gilberto Nascimento, todos que fazem grande o nosso PSC. A nossa bancada, desde o primeiro momento, juntamente com vários outros partidos, fechou questão de forma unânime. Toda ela, 100%, vota pelo processo de *impeachment*, dizendo “sim” ao Brasil, “sim” à vontade de um povo e “não” a um Governo corrupto, “não” à irresponsabilidade, “não” à incompetência, “não” a tudo de errado que estamos vivendo, que faz com que esta crise seja cada vez maior.

Faço este registro aqui e agradeço a todos que fazem parte do PSC, a todos que integram a executiva nacional e que entendem que neste momento é importante estarmos ao lado do povo brasileiro. (*Manifestação no plenário: Muito bem! Palmas.*)

O partido, Deputada Cristiane Brasil, que votar contra o processo de *impeachment* está sendo conivente com a corrupção, com a irresponsabilidade, está sendo conivente com tudo de errado que há neste País.



Eu tenho certeza de que no domingo o povo brasileiro estará muito atento, Pr. Marco Feliciano, e observará não o microfone que do corredor do plenário, mas a posição de cada Deputado. Aquele que disser “não” estará dizendo “não” para o futuro do Brasil, para as crianças, para os jovens; aquele que disser “não” ao povo brasileiro também receberá “não” em 2018; aquele que disser “não” estará mostrando que não tem compromisso com este País.

Da mesma forma, eu quero alertar, Deputado Sóstenes, que o povo brasileiro está muito atento. Aquele Parlamentar que se acovardar, que se curvar, que não vier votar porque não tem coragem de dizer “não” demonstrará que não tem responsabilidade com o Brasil. O povo entenderá que o Parlamentar ausente estará votando “não” ao futuro deste País. E não adianta dizer que está doente, porque um momento como este o povo acompanhará. Aquele que estiver ausente é porque não tem compromisso. E eu tenho certeza de que o povo dará a resposta para ele, nas urnas, em 2018.

A responsabilidade, Deputada Cristiane Brasil, é muito maior. Aqui vão estar os brasileiros e as brasileiras de bem para dizer “sim”, para mostrar que respeitam a vontade do povo e desta Nação e para mandar para casa os que nunca deveriam ter chegado ao poder para comandar o futuro de nosso País.

Antes de encerrar, quero deixar registrada uma mensagem de otimismo ao povo brasileiro. Nós do Partido Social Cristão cremos num amanhã de bonança e prosperidade e sabemos que neste momento temos que ter acima de tudo esperança. O compromisso, Deputado Sóstenes, a partir do novo Governo, não será somente de quem estará governando, será de todos nós, porque a partir de domingo



todos estaremos tendo responsabilidades com o País, como já temos, e com quem estará, se Deus quiser, governando o Brasil.

Mas para que um sonho seja realizado é preciso que alguém acredite nele. E nós acreditamos. Nós demos asas aos nossos sonhos e no domingo vamos tornar realidade os sonhos do povo brasileiro e os nossos, dizendo “sim” ao *impeachment*, “sim” a um futuro melhor, “sim” à justiça e “sim” acima de tudo ao Brasil e a uma Nação que veste verde e amarelo e se orgulha muito de dizer: “*Eu sou brasileiro, eu visto verde e amarelo e eu amo este País*”.

Um forte abraço! E até à vitória, no próximo domingo. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Felipe Bornier) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Padre João, pela Liderança do PT, por 9 minutos.

O SR. PADRE JOÃO (PT-MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputadas e Deputados, eu ouvi muitos aqui falarem que Lula, Dilma e o PT dividiram o Brasil e que hoje estamos numa situação de caos porque o País está dividido. Então, eu quero falar sobre essa divisão, socializar com os colegas qual é a verdadeira divisão no Brasil, porque parece que eles não têm sensibilidade para enxergar qual foi a realidade brasileira em 500 anos ou que não estudaram História, porque o Brasil sempre foi dividido.

A maior divisão vergonhosa do Brasil foi a que ocorria entre aqueles que tudo tinham e aqueles que nada tinham, entre uma maioria que nada tinha e uma minoria que tudo tinha e que sempre explorava os mais pobres, os índios, os negros, os trabalhadores do campo e da cidade. Essa era a divisão que envergonhava o nosso País.

Eu tenho orgulho de ser do Partido dos Trabalhadores e de falar aqui em nome do PT. E agradeço à Liderança do meu partido por me conceder esta oportunidade neste momento.

Não me dirijo à nossa Deputada, porque S.Exa. conhece muito bem a trajetória de história do PT.

Eu tenho orgulho de ser do Partido dos Trabalhadores, porque foi ele que conduziu um projeto neste País: um projeto de inclusão, um projeto de inserção social, um projeto de igualdade, um projeto que tirou o Brasil do mapa da fome da Organização das Nações Unidas — ONU. E isso não é um reconhecimento do PT, não, é um reconhecimento da ONU. O Brasil não está mais no mapa da fome,



porque a divisão que o escandalizava era a divisão entre aqueles poucos que tinham acesso à comida e aqueles milhões que não tinham acesso à comida.

Deputada, V.Exa. deve ser mãe e deve saber o que é passar fome, o que é ter uma criança no colo e não ter o que comer — não ter o que comer! V.Exa. sabe o que é tirar um dinheiro que nem se tem, para pagar o aluguel.

Eu me orgulho, sim, de ser do Partido dos Trabalhadores, porque foram Lula e Dilma que tiraram o Brasil das garras do Fundo Monetário Internacional — FMI. Antes, para tudo o que se fazia aqui se pedia a bênção ao FMI. Naquele tempo, a inflação detonava, sim, a vida dos mais pobres deste País. O custo de vida estava lá nas alturas, o salário mínimo não dava para nada, os pobres não tinham acesso a universidade federal. Foram detonados os Centros Federais de Educação Tecnológica — CEFETs, e hoje existem os institutos federais com formação tecnológica. *(Manifestação no plenário.)*

Sr. Presidente, eu quero que V.Exa. reponha o meu tempo! A minha fala está sendo interrompida.

O Brasil de Lula e Dilma foi o Brasil que o PT conduziu. E, diga-se de passagem, Sr. Presidente, Lula teve como Vice-Presidente o José Alencar, que honra os mineiros por sua lealdade, sua idoneidade e sua integridade. Hoje nós temos um Vice-Presidente traidor, que envergonha os verdadeiros políticos do nosso País.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a razão da tentativa de golpe está aqui, no ódio. A razão da tentativa de golpe está justamente no empoderamento do povo.

Hoje os jovens estão nas universidades, os trabalhadores e trabalhadoras das fazendas deixaram de fazer trabalho análogo ao de escravo. Essa é a raiva dos



ruralistas, porque não podem ter uma força de trabalho barata. Essa é a raiva das bateadeiras de panela, porque não podem ter uma empregada doméstica sem pagar o salário mínimo. Essa é a razão do ódio que eles vêm disseminando no nosso País.

Ainda bem que milhões de brasileiros sabem o que é a fome. Ouvi de um senhor o seguinte depoimento: *“Olha, Padre, antes eu tinha que ir à fazenda, pegar ossada de boi e levar para a minha casa, para fazer caldo para tomar com farinha. Hoje, não, hoje nós temos comida, comemos carne, comemos bem. Temos churrasco aos finais de semana.”*

A meta do Lula era de que cada brasileiro tivesse, pelo menos, três refeições. Hoje todo brasileiro se alimenta bem. V.Exas. sabem quantos brasileiros estavam abaixo da linha da miséria e da linha da pobreza? Estavam nessa situação 42 milhões de brasileiros. Esse número de pessoas que saiu da miséria e da pobreza é maior do que uma Argentina. É isso que deixa V.Exas. indignados, perdidos, sem rumo!

Mas não vai ter golpe! E não vai ter golpe porque os brasileiros entenderam a intenção de V.Exas., junto com os tucanos, covardes, junto com os bandidos, inclusive com os que conduzem esta Casa. E V.Exas. não falam nada! V.Exas. são covardes! São covardes!

Acabei de ouvir aqui que o PT é bandido. Bandido é quem fez conchavo com o Presidente desta Casa, que comprovadamente já é réu no Supremo Tribunal Federal, com várias contas na Suíça.

A Presidenta Dilma não tem conta na Suíça, a Presidenta Dilma não tem contra ela nenhum processo. Aquele a quem V.Exas. estão dando cobertura aqui e



cujo processo estão emperrando lá no Conselho de Ética é o processado, o réu. E V.Exas. estão dando cobertura a ele.

V.Exas. teriam que honrar o voto que lhes foi confiado pelo povo e não viabilizar esse golpe! O povo brasileiro e todos nós aqui vamos barrar o golpe. Há colegas de V.Exas. que pularam desse barco do golpe a tempo, porque não querem manchar a história deles. Eles não querem manchar a sua história. Muitos já pularam fora desse barco, muitos já saíram. Eles são sábios, porque não querem ficar manchados. Agora, V.Exas. não serão perdoados pela história. Só a tentativa de golpe já mancha a história de V.Exas., que vão pagar por isso, vão pagar por isso. A acusação... *(Manifestação no plenário.)*

Sr. Presidente, eu quero que V.Exa. reponha o meu tempo. Eu já fui interrompido duas vezes! Sr. Presidente Felipe Bornier, eu fui interrompido duas vezes!

O SR. PRESIDENTE (Felipe Bornier) - Conclua, Deputado.

O SR. PADRE JOÃO - O golpe já acabou, já subiu para os telhados, como já disse a própria *Folha de S.Paulo*, os próprios jornais golpistas, a imprensa golpista, aliada ao setor golpista do PMDB, junto com os tucanos, com o DEM e os outros que estão aí na embarcação do golpe.

O golpe já foi barrado! *(Manifestação no plenário.)*

Durante o discurso do Sr. Padre João, assumem sucessivamente a Presidência os Srs. Alexandre Baldy, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, e Felipe Bornier, 2º Secretário.



O SR. PRESIDENTE (Felipe Bornier) - Pela Liderança do PRB, tem a palavra o Deputado Marcelo Squassoni, de São Paulo.

O SR. MARCELO SQUASSONI (Bloco/PRB-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Bom dia a todos, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. (*Manifestação no plenário.*)

O amigo do PT pode descansar, pois já falou bastante. Eu agradeço.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a profunda crise econômica, política e social que vive o nosso País é consequência do desleixo no trato com a coisa pública e do desinteresse e da soberba no tratamento com o Poder Legislativo.

Falo aqui em nome de uma região que sofre cada dia mais, com o desemprego e a falta de perspectiva. Falo pelo Estado de São Paulo, mas falo, sobretudo, por Santos, São Vicente, Praia Grande, Itanhaém Mongaguá, Peruíbe, Bertioga, Cubatão e pela minha querida cidade do Guarujá, que é muito mais do que a cidade onde está o tríplice do Presidente Lula.

Cubatão é uma cidade ávida por prosperidade, uma cidade que espera de nós uma resposta para todo esse desmando. Nosso comércio sofre e, com isso, desemprega cada dia mais.

Mais uma vez, eu me lembro da minha cidade. Em Guarujá, no Distrito de Vicente de Carvalho, o desolamento dos comerciantes é geral.

Na indústria, principalmente no polo de Cubatão, centenas de postos de trabalho foram fechados. A Usiminas mandou embora cerca de 3 mil trabalhadores, que sabiam que a empresa recebeu perto de 3 bilhões de reais ao BNDES. E o Governo não usou, nem por 1 minuto sequer, a caneta que tinha em sua mão, para tomar uma atitude contra a empresa, pelo contrário. E mesmo eu tendo visitado



vários Ministérios, solicitado a ajuda do Governo, nada foi feito para salvar o emprego desses trabalhadores.

Eu conheço o problema de perto. Para toda essa gente, a preocupação, hoje é pôr o *“pão nosso de cada dia”* na mesa da família. A crise que vivemos neste momento tornou inviável a continuidade deste Governo. Em qualquer país civilizado, quando um presidente não tem mais apoio popular e do Parlamento, deixa a economia em frangalhos, deixa a população em estado de iminente convulsão social, além de ter zero de crédito internacional, esse presidente renuncia ou é retirado do seu cargo pelo Parlamento, que é o legítimo representante do povo.

Por essas razões simples de serem explicadas, além das razões técnicas e jurídicas amplamente divulgadas, eu imploro à Sra. Presidente da República que renuncie ao mandato que o povo lhe outorgou e quer lhe retirar. Após o resultado desse domingo, que nós temos certeza absoluta de que expressará a ampla vontade do povo brasileiro, a Sra. Presidente deve renunciar ao mandato, antes de o Senado decidir pela sua saída.

Não deixe o País agonizar, Sra. Presidente! Não deixe o País sofrer mais do que tem sofrido nos últimos tempos! Nosso País precisa de ordem e progresso. Nosso País precisa retomar o crescimento. O PT precisa desocupar a Esplanada dos Ministérios, desocupar o Palácio da Alvorada e deixar o Brasil crescer de novo.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.



O SR. PADRE JOÃO (PT-MG. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) -
Quero apresentar uma questão de ordem, Sr. Presidente. O orador não pode ser interrompido. E eu fui interrompido por duas vezes.

O que tem acontecido é que, a cada interrupção, tem sido dado 1 minuto a mais para o orador.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Bornier) - V.Exa. não foi citado. V.Exa. entrou na pilha...

O SR. PADRE JOÃO - Houve perturbação da ordem.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Bornier) - Eu dei todo o tempo para V.Exa. Estávamos com todo o respeito. Isso não é motivo de questão de ordem, com a devida vênua.

O SR. PADRE JOÃO - Houve perturbação, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Felipe Bornier) - Dando sequência aos oradores, concedo a palavra, para uma Comunicação de Liderança, pelo PSB, por 6 minutos, ao Deputado Bebeto.

O SR. BEBETO (PSB-BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tenho em conta que este é um momento histórico para o Brasil, não apenas pela definição que nós iremos adotar no domingo, mas, sobretudo, pela capacidade de homens e mulheres que aqui estão de historicizar a trajetória deste País nas suas diversas fases políticas.

Também é um momento histórico em razão da oportunidade que temos de refletir sobre os caminhos que nós desejamos, a par da decisão que iremos adotar a partir de domingo sobre que país nós queremos, sobre que composição nós queremos que reflita o equilíbrio das forças políticas brasileiras, sobretudo, pela trajetória que partidos importantes esta Casa têm na luta democrática, na luta pela afirmação da democracia brasileira, a qual eu respeito. Neste momento, os Deputados haverão também de ser chamados pelas suas próprias histórias a refletir não apenas em função de um “sim” ou de um “não”, mas também sobre a nossa trajetória e os nossos compromissos ao longo da história política deste País.

Digo isso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, porque tive, e tenho, a oportunidade de estar num partido, o PSB, que teve entre seus fundadores João Mangabeira, um democrata, alguém que visionariamente verificou os caminhos e a forma para estabelecermos medidas para afirmar a democracia brasileira, construir projetos de desenvolvimento nacional e afirmar a cidadania do nosso povo e os seus direitos.



Esse partido tem história. Esse partido tem uma trajetória. Esse partido em cujos quadros me orgulho de estar presente é o partido em que Eduardo Campos, no ano retrasado, nas eleições de 2014, com um facho de lucidez política, com clareza do seu papel, caracterizou a sua ação, o seu pronunciamento, mas, sobretudo, a sua decisão de apresentar-se ao povo brasileiro para debater um projeto de nação, para debater um projeto de país. Rompeu com o PT, por conta das condições econômicas e sociais do País, pelas dificuldades de condução da economia do Brasil a que assistimos, mas não perdeu, e jamais deixaria de ter, o facho de lucidez que o caracterizava.

Tenho orgulho de estar neste partido. Não sou do PT. Nunca fui do PT. A mesma lucidez que teve o companheiro Eduardo Campos eu quero trazer à cola, a lume, neste processo, para refletir sobre o tema, embora meu partido tenha uma posição definida.

Eduardo Campos dizia, ao romper com o PT, que o fazia por alguns motivos, entre os quais, a orientação equivocada da economia, a crise do federalismo brasileiro, a necessidade de um novo pacto político para o Brasil — porque o pacto político mofado, que colocava centralmente o PMDB com o PT como sócios majoritários do empreendimento eleitoral, produzia, sem sombra de dúvidas, uma condição estrábica à política brasileira e, porquanto, interessava a ele mandar o PMDB ir para casa e colocar o partido na Oposição.

A par dessa decisão, dessa clarividência política do Eduardo, quero rapidamente refletir sobre algumas dessas condições.

Não sendo eu um petista, fiz campanha para Eduardo, trabalhei para ele e para o PSB. Portanto, sou alguém que não está submetido a qualquer ditame e



também não se soma a esta ideia do golpe, porque está tudo claro na nossa Constituição. Mas também não posso deixar de levar em consideração esse processo que estamos vivendo.

Esse não é só um processo de natureza política. É um processo reclamado constitucionalmente. Aqui está parte daqueles que foram Constituintes originários e sabem muito bem o valor que nós devemos dedicar à democracia, tendo como ponto central o respeito à lei e à nossa Constituição.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, à luz dos princípios constitucionais, não se pode negar que este processo também deve ser entendido como um corolário de garantia da dignidade humana e dos direitos da própria sociedade.

O *impeachment* consagra, sem sombra de dúvidas, pela Câmara e pelo Senado, pelas competências constitucionais e legais, que esse respectivo processo, o procedimento, impõe a todos nós sermos verdadeiros guardiões da democracia. Esta atribuição, evidentemente, impede que mesmo a análise mais preliminar da denúncia seja dissociada de critérios jurídicos. A regra contida no art. 86 da Constituição de 1988 somente admite a acusação contra o Presidente da República por crime de responsabilidade tipificado em lei especial, condicionado à recepção da denúncia existente, ao menos em tese, de crime desta natureza, sob pena de ser rejeitada liminarmente.

Ora, a própria ADPF que nós vimos ser prolatada pelo STF diz que, assim não sendo, como nós não estamos no parlamentarismo, qualquer que seja a medida afastada, portanto, desta condição jurídica substantiva, significaria uma censura...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. BEBETO - Portanto, eu voto contra o *impeachment*, Sr. Presidente!



O SR. PRESIDENTE (Felipe Bornier) - Para falar pelo PPS, seguiremos a seguinte ordem: Deputado Arnaldo Jardim, Deputado Arnaldo Jordy, Deputado Arthur Oliveira Maia, Deputada Eliziane Gama e Deputado Rubens Bueno.

Com a palavra o Deputado Arnaldo Jardim.

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, em horas para discussão, alguns optaram por fazer um discurso ao invés de uma discussão aqui neste plenário. Mas é evidente que nós, com um país que pelo terceiro ano consecutivo tem taxa de crescimento negativo, com milhões de desempregados e com a situação de desinvestimento em que vive, temos a responsabilidade de olhar adiante, ir além deste debate, que muitos tentam fazer de uma forma histórica aqui, e pensar no futuro.

O momento que o País vive exige um governo de reconstrução nacional. É disso que nós estamos falando. O Governo do PT destruiu as bases da estabilidade da nossa economia. O Governo do PT decretou total improvisação e incapacidade na gestão de políticas públicas.

Estamos falando de uma política energética que comprometeu a matriz limpa que o Brasil tinha. Estamos falando da irresponsabilidade na baixa da conta de energia, medida populista e eleitoreira, que fez com que o País pagasse um preço altíssimo de um reajuste que chegou depois à casa de mais de 50%. Estamos falando da manipulação artificial do preço dos combustíveis, que fez com que a PETROBRAS, afora o roubo e o malfeito, amargasse prejuízos que hoje comprometem a sua situação como empresa e o seu futuro, o que comprometeu o programa do etanol. Estamos falando com a coragem de um partido que foi sempre



o nosso PPS, sob a batuta dos Deputados Rubens Bueno e Roberto Freire, um partido vanguardeiro, ao conduzir os caminhos, denunciar a corrupção e poder diagnosticar que o nosso País exige agora uma inversão, para continuar a sonhar, a construir um novo momento.

Por isso tudo, Srs. Parlamentares, mais do que o voto “sim”, que é nosso voto, que é o voto do Parlamento, que é o voto que vai permitir ao nosso País fazer a virada que a situação impõe, nós queremos o estabelecimento de uma agenda de reformas estruturais.

Nós vamos, daqui a pouco e com coragem, enfrentar a questão da Previdência. E já sabemos onde estará o PT. O PT vai estar onde esteve no Governo de transição de Itamar: contra, no “quanto pior, melhor”. A liderança do PT vai estar onde esteve quando foi promulgada a Constituição Cidadã, que hoje dirige o nosso País: contra, ausente do processo. O PT vai estar onde esteve na época do real, quando se omitiu, não acreditou. E depois tentou, com uma carta aos brasileiros, dizer-se presente quando o Brasil reconquistou a estabilidade econômica como condição de fazer o futuro.

O PT apresenta um proselitismo de quem se prepara para retomar a sua trajetória do “quanto pior, melhor”. O proselitismo que falou do churrasco do qual todos hoje se locupletam no Brasil é o que ignora a situação dramática do nosso saneamento básico, é o que ignora o caos da saúde, é o que não tem responsabilidade com políticas sociais emancipatórias ao invés de políticas assistencialistas, que causam dependência.

É isso o que a Nação brasileira vai restabelecer. Nós vamos continuar onde sempre estivemos: buscando gerar políticas públicas que sejam capazes de fazer a



emancipação das pessoas, políticas educacionais que possam significar uma qualificação e uma distribuição de renda consistente no nosso País. Aliás, a distribuição de renda tão alardeada e a criação de uma nova classe média foram dizimadas. Recuou-se no tempo nesses 3 últimos anos de alta inflação e baixo crescimento, produto do PT, produto de um governo que agora tem o desprazer de dizer que nós podemos tergiversar sobre o combate à corrupção. Corrupção? O PT é especialista e qualificado para fazer isso.

A farsa com que o PT conduziu no País é a farsa que vai se reproduzir agora, em movimentos sociais manipuladores, em movimentos sociais sustentados por verbas públicas. E é isto que os desespera: a possibilidade de que agora se desconstrua um silêncio sindical comprado a preço de ouro, que se desconstrua um movimento de juventude controlado pelo Estado, um movimento de moradia em que o critério era exatamente o de que os companheiros fossem os beneficiários deste momento.

O Brasil vai se reencontrar. O Brasil vai retomar o seu destino. E nós sabemos como eles fizeram. Depois da estabilidade do real, eles buscaram, exatamente no Governo Lula, navegar nessa condição, numa condição favorável internacional que lhes permitiu continuar no embalo. Quando tiveram que tomar atitudes, tomar providências, acabaram revelando a sua incapacidade administrativa, o seu maltrato com os negócios públicos.

E as alianças que construíram são as alianças que daqui a pouco vão dizer que são comprometedoras do futuro do País. Fazem uma coisa e dizem outra; proclamam a retórica e não têm propostas que sejam capazes de dar um rumo ao nosso País.



Por isso, o PPS está aqui e vai se manifestar pelo conjunto das suas lideranças, porque, por mais de um momento, teve uma trajetória ao longo do tempo apontando esse caminho. E é essa trajetória que nos permite dizer que vamos participar da reconstrução do País e vamos fazer isso com seriedade, com a dimensão que o momento exige. Vamos falar do País acima do proselitismo, do interesse localizado, do interesse particular que conduz o PT.

O SR. ARNALDO JORDY (PPS-PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, pessoas que eventualmente podem estar nos assistindo a uma hora destas, ao raiar do dia, é com muita honra que eu integro a bancada dos Deputados do Partido Popular Socialista que usarão da palavra. Mas eu o faço também com muito constrangimento e com muita tristeza, pelo momento difícil que a democracia brasileira vive.

É preciso ter muita coragem e muita decisão para enfrentar o que tem de ser enfrentado. E o PPS, herdeiro do Partido Comunista Brasileiro — PCB, nunca se furtou a enfrentar momentos difíceis como este, sempre olhando para os interesses dos mais excluídos na sociedade brasileira.

O PPS também tem compromisso com a democracia, que sempre nos colocou em maus lençóis na hora em que nos faltou. A história do PPS e do PCB é a história da resistência democrática, é a história de uma folha de serviços prestados à sociedade e aos trabalhadores brasileiros.

E é exatamente isso que nos fez chegar a um momento importante da transição democrática, na resistência à ditadura, coroando-nos com a nova Constituição, aquela que estabeleceu o pacto social brasileiro, considerada a



Constituição Cidadã. E é exatamente nesta Constituição Cidadã que é previsto o *impeachment*, por compromisso com a democracia.

O *impeachment*, longe de ser um instrumento de golpe, como a retórica enganosa das vozes governistas tenta nos passar, é um instrumento gravado na Constituição, fruto da conquista democrática, exatamente para oferecer uma saída em momentos como este, em que o País é largado à própria sorte por um governo absolutamente incompetente, que inclusive faz ruir todas as conquistas obtidas ao longo dos últimos 30 anos pela sociedade brasileira.

Nós estamos aqui discutindo exatamente essa característica da democracia brasileira, através do *impeachment*, como foi feito com Collor.

Aliás, o Partido dos Trabalhadores ingressou nesta Casa com quase 50 pedidos de *impeachment* a outros presidentes da República. Eu vou dar dois exemplos aqui. O autor do primeiro pedido de *impeachment*, em 1992, foi o Sr. Jaques Wagner, hoje Ministro-Chefe da Casa Civil, que entrou contra o Governo Itamar Franco. Qual era a alegação do pedido de *impeachment* do PT diante de Itamar Franco? Era o fato de o Ministro da Casa Civil, o Henrique Hargreaves, ter submetido a medida provisória do Plano Real à análise na campanha do Sr. Fernando Henrique Cardoso. Essa era a razão de o Partido dos Trabalhadores pedir o *impeachment* do Presidente Itamar. E há tantos outros pedidos, como o de Milton Temer em 1999, por conta do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional — PROER.

E agora o PT alega para a sociedade brasileira, cinicamente, que o *impeachment* é um instrumento golpista, embora tenha dele usado muitas vezes.



O que está a acontecer no Brasil hoje? A situação econômica é das piores que nós já vivemos; a inflação está em mais de 10%; a taxa de juros está em quase 15%; há um processo de desemprego que hoje abate quase 11 milhões de famílias e trabalhadores brasileiros; há um processo inflacionário que todos estão vendo no dia a dia, nas compras do supermercado; há um processo de desindustrialização da indústria nacional; há um processo que fez o Brasil pagar, no ano de 2015, só de juros e serviços da dívida pública brasileira, quase 800 bilhões para a agiotagem dos bancos do sistema financeiro; a dívida pública já representa quase 70% do PIB brasileiro, que é o oitavo PIB do planeta.

É essa a situação do desastre do Governo da Presidente Dilma, que coloca em risco todas as conquistas obtidas desde o Governo Itamar, com o Plano Real, passando pelas obtidas no Governo Fernando Henrique e, inclusive, no primeiro Governo do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que foi também um governo de inclusão social.

Isso tudo está jogado na lata do lixo. Isso tudo está jogado no ralo por conta da incompetência do Governo Dilma, que coloca em risco, inclusive, programas sociais como o FIES, deixando milhões de jovens brasileiros ao relento, sem a expectativa de ingressar em uma universidade — que é o desejo principal dos jovens nos rincões deste País. O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego — PRONATEC, que foi o cartão de visita, a vitrine da campanha da Presidente Dilma, hoje está absolutamente falido. O Programa Minha Casa, Minha Vida e o próprio Programa Bolsa Família estão sofrendo cortes, colocando em ruínas aquelas famílias que dependem dos programas sociais.



Por falar em prejuízos à sociedade, a corrupção nunca esteve tão em voga, o que atualmente constrange a maioria das pessoas, cidadãos e cidadãs de bem neste País. O Partido dos Trabalhadores, que colocou em risco as conquistas sociais, tem dez dirigentes presos, alguns condenados mais do que duas vezes, como é o caso do ex-Ministro José Dirceu.

A corrupção hoje leva do Brasil quase 100 bilhões de reais por ano, em desvios de dinheiro público e sonegação. Mas estão tentando abater a Justiça brasileira e a Operação Lava-Jato, através das tentativas de intimidar a figura de Sérgio Moro.

Como se tudo isso não bastasse, há ainda o crime de responsabilidade, previsto no art. 85 da Constituição brasileira. Tentam sugerir que não houve dolo no processo, mas isso é duvidoso. Em depoimento, o Senador Delcídio do Amaral, Líder do Partido dos Trabalhadores, hoje preso, diz que a Presidente Dilma sabia de tudo sobre o escândalo de Pasadena. Tudo! E isso foi ratificado na semana passada, quando também se acusou o ex-Presidente Lula de saber de tudo sobre os escândalos da Usina de Pasadena. Portanto, não se pode dizer que haja apenas um crime de responsabilidade, pois há a possibilidade de também haver dolo nos crimes praticados e já denunciados na Lava-Jato.

O *impeachment* está previsto no ordenamento jurídico brasileiro. A questão das pedaladas fiscais — apelido dado para o crime fiscal de mais de 50 bilhões de reais que foi praticado — e dos seis decretos sem autorização do Congresso Nacional são crimes previstos no ordenamento jurídico, pelos quais uma Presidente não pode ficar incólume. É por isso que amanhã, no domingo, nós estaremos aqui consagrando, com mais de 340 Deputados, o afastamento da Presidente Dilma.



Portanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, se nós tivéssemos que acolher os argumentos do Sr. Ministro José Eduardo Cardozo, da Advocacia-Geral da União, nós teríamos que nos redimir diante do que aconteceu com o Presidente Collor, nós teríamos que, de joelhos, pedir perdão ao Presidente Collor, nós teríamos que, talvez, fazer uma estátua em homenagem ao ex-Presidente Collor, porque um Fiat Elba retirou aquele Presidente — que tinha que ser retirado —, por crime previsto na Constituição brasileira.

Mas muito mais crimes de lesa-pátria e de lesa-economia popular praticou a Presidente Dilma. E é por isso que ela será afastada, para a construção de um novo projeto de desenvolvimento do País.

Vamos ao *impeachment*, com a responsabilidade de construir um futuro melhor para o Brasil e para a maioria dos brasileiros. (*Manifestação no plenário: Muito bem! Palmas.*)

O SR. ARTHUR OLIVEIRA MAIA (PPS-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há quase 24 horas consecutivas, esta Casa debate o processo de *impeachment* contra a Presidente Dilma Rousseff.

Ontem, quando iniciamos esta sessão, assisti com muita atenção à fala do Advogado-Geral da União, que, diga-se de passagem, deixa de cumprir os seus afazeres institucionais de defender os interesses da República para vir aqui defender uma Presidente que não merece — definitivamente não merece — a defesa paga pelo povo brasileiro.

Na sua defesa, o Ministro José Eduardo Cardozo traça uma linha que é extremamente temerária para a própria Presidente. Diz o Ministro que não houve dolo nos crimes de responsabilidade que a Presidente cometeu. O advogado, em



hora nenhuma, nega que tenham existido os crimes. O que ele nega é que tenha existido o dolo, que de fato é um dos elementos do tripé criminal.

Ora, Sr. Presidente, o que é dolo? Dolo é a vontade deliberada de cometer um ilícito para atingir determinado propósito. E o que foi que Dilma fez? Em primeiro lugar, editou decretos que aumentavam a sua capacidade de mudar o Orçamento da União, e o fez sem autorização desta Casa. Isso caracteriza crime de responsabilidade.

O art. 85 da Constituição da República diz com clareza o que são crimes de responsabilidade:

“Art. 85. São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra:

I - a existência da União;

II - o livre exercício do Poder Legislativo — esse já é algo que a Presidente infringe — (...);

III - o exercício dos direitos políticos (...);

IV - a segurança interna do País;

V - a probidade na administração — outro inciso que ela infringe;

VI - a lei orçamentária — que obviamente a Presidente maculou com esse seu ato;

VII - o cumprimento das leis e das decisões judiciais.”



E lá no art. 167 a Constituição complementa dizendo que a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes também é vedada.

Ora, se a Presidente, sabendo desse comando constitucional, tomou para si o risco de, cometendo o ilícito, ultrapassar os direitos desta Casa e fazer os decretos sem autorização legislativa, é óbvio que ela cometeu crime de responsabilidade. É óbvio que ela teve esse propósito. E, se o seu advogado vem aqui traçar uma linha de defesa dizendo que não existe dolo, só nos resta concluir que a Presidente ou é inimputável ou é relativamente capaz, motivos que também, necessariamente, a levariam ao afastamento.

A Presidente da República não se conformou apenas em fazer isso. Fez mais. Ela fez o que chamamos de pedaladas fiscais.

E o que é pedalada fiscal? Ela fez pedalada fiscal justamente quando tomou dos bancos oficiais o dinheiro que pertence a esses bancos para, sobretudo no ano da eleição, utilizar esses recursos para pagar ações sociais. O Governo não tinha dinheiro para bancar isso, mas, com o dinheiro dos bancos, ela podia dizer ao Brasil: *“Está tudo bem, está tudo ótimo; o Brasil está saudável economicamente”*, quando o País já estava definitivamente quebrado.

Essa foi uma forma de enganar o povo brasileiro, mas também uma maneira de ludibriar o sentimento da Nação, que pensou que o seu Governo conduzia o País a um bom termo, que o propósito econômico estava delineado de uma maneira positiva para todos os brasileiros, quando, na verdade, logo depois da eleição, ela teve que fazer uma guinada radical, mandando para esta Casa dezenas de projetos



de lei e medidas provisórias, todas tirando direito dos trabalhadores, reduzindo gastos, para pagar a conta da sua maldita eleição.

Ora, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é óbvio que está configurado o crime de responsabilidade! Eu não fico perplexo quando o PT vem aqui dizer que esse processo legítimo, previsto constitucionalmente, é ilegítimo, é um golpe. Eu não fico surpreso porque o PT é capaz de muito mais do que isso. Eu não fico surpreso de ver o PT contrariar a palavra autorizada do Supremo Tribunal Federal. Eu não fico surpreso de ver o PT fazer o mesmo em relação ao Tribunal de Contas União, que, à unanimidade dos seus Ministros, em um parecer assinado por dezenas de técnicos que entraram naquele Tribunal pela porta democrática do concurso público, também disse que houve, sim, pedalada fiscal, que houve, sim, a emissão de decretos sem autorização legislativa, o que, portanto, configura o crime de responsabilidade. Eu não fico surpreso de ver o PT confrontar isso. A prática do PT é essa mesmo.

Nós vimos aqui o Sr. José Eduardo Cardozo bater às portas da OAB para pedir que ela se manifestasse contra o *impeachment*. O que a OAB disse? A OAB, através de 26 das 27 sucursais estaduais, disse que havia, sim, motivo para entrar com o *impeachment*. Aí, também, na mesma hora, a OAB passou a ser golpista.

Então, a OAB, o TCU, o Supremo Tribunal Federal, todos são golpistas.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, sabemos que o processo tem uma sólida base jurídica, mas a própria Constituição diz — e todos os grandes constitucionalistas também compreendem dessa forma — que o *impeachment* é também um ato de natureza política. É jurídico e é político.



Sobre o político, nós temos que reconhecer que a Presidente da República quebrou este País, através de uma política deliberadamente equivocada, voltada o tempo inteiro para a própria reeleição, sem pensar nos brasileiros. A Presidente levou o País à mais absoluta falência.

Hoje nós estamos diante de um quadro de tentar recuperar este País a partir de segunda-feira, e o faremos, sim, com a convicção de que este País não merece o PT. Este País não merece a quadrilha que assumiu o poder para desmoralizar o nosso País. Nós vamos fazer, sim, o bom enfrentamento.

Vejam os senhores, poderia este orador, como todos os outros que defendem o *impeachment*, assomar à tribuna para falar das dezenas de crimes cometidos nesse processo investigado pela Lava-Jato, em que a Presidente Dilma é, sim, uma das principais envolvidas.

Dizer que Dilma é honesta é a maior aberração que se pode dizer. Ela não é honesta. Ela não é uma pessoa digna de presidir o Brasil, porque, se fosse, não estaria sendo, a cada dia, delatada pelos crimes que cometeu — e crime, sim, de corrupção. A Presidente é acusada de crimes de corrupção e vai responder por isso depois de desapeada da Presidência. Ela vai responder por isso perante a Justiça brasileira.

Meus amigos, amanhã será o grande dia, o dia em que esta Casa vai atender ao apelo do Brasil e vai dizer “sim” ao *impeachment*, não com 342, mas com uma larga margem de votos.

Não vamos, entretanto, olhar para o passado. Vamos olhar para o futuro. O Brasil é um País grandioso. A esperança esse PT não conseguirá destruir.



E eu quero encerrar a minha fala lembrando aquele grande poeta paraibano que foi Augusto dos Anjos. Falando sobre os sonhos e a esperança, ele diz:

“A esperança não murcha, ela não cansa.

Também como ela não sucumbe a crença.

Vão-se sonhos nas asas da descrença,

Voltam sonhos nas asas da esperança.”

Retornaremos aos sonhos, em nome do voto “sim” ao *impeachment*, à esperança do Brasil, à vitória dos brasileiros.

Viva o impeachment!

Fora, Dilma! (*Manifestação no plenário: Muito bem. Palmas.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PPS-MA. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu venho a esta tribuna, como mulher nordestina, para fundamentar, com muita convicção, o porquê do “sim” ao *impeachment* da Presidente Dilma.

Primeiro, ela cometeu, sim, crime de responsabilidade. A Presidente Dilma, na verdade, não respeitou a Lei de Responsabilidade Fiscal, a Presidente Dilma não respeitou a Lei Orçamentária e levou o Brasil ao caos econômico que nós estamos vivendo neste momento.

E o que têm feito a Presidente e aqueles que são seus aliados? Tentam mascarar, criar teses enganadoras de que isso de fato não aconteceu.

Quando nós recebemos, na Comissão Especial do Impeachment, o Ministro Nelson Barbosa, ele repetiu, de forma reiterada, que o Governo Federal teria cumprido as metas fiscais em 2015. Ele, na verdade, repetiu, de forma reiterada, que a Presidente teria cumprido a Lei de Responsabilidade Fiscal — aliás, uma



falácia, inclusive afirmando que o Governo teria cumprido as determinações do Tribunal de Contas da União, o que não é verdade.

O que o Governo fez foi criar manobras, entrando com recursos no TCU, através dos quais fez com que o Tribunal suspendesse todas as decisões para aguardar a decisão final desse recurso. Ou seja, Sras. e Srs. Parlamentares, um criminoso não tem o seu crime anulado porque entrou com recurso. Sem falar, por exemplo, dos decretos que a Presidente, na verdade, formatou exatamente do tamanho do rombo que fez com as contas públicas do nosso País. O Governo chegou a pagar mais de 70 bilhões de reais aos bancos públicos. Você só paga aquilo que deve. Isso me faz lembrar de uma fala da grande jornalista Miriam Leitão, quando ela diz que isso é desrespeitar a inteligência alheia. E, de fato, é.

Na verdade, hoje, meus colegas Parlamentares, o que a Presidente faz é criar táticas para menosprezar a Lei de Responsabilidade Fiscal, que foi criada há décadas, numa tentativa de coibir a hiperinflação no nosso País, que durou muito tempo. A Lei de Responsabilidade Fiscal veio para dar um basta no gasto de alguns gestores perdulários, irresponsáveis do nosso País.

Nesse sentido, Sras. e Srs. Parlamentares, surgiu a crise que nós estamos vivendo no nosso Brasil. Os nossos bancos, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, hoje estão vulneráveis. Eles estão vivendo a pior recessão dos últimos 20 anos. Tudo isso exatamente por causa das ações irresponsáveis do Governo.

Ao mesmo tempo, o desemprego voltou. Hoje, no nosso Brasil, a cada hora, pelo menos 282 brasileiros vão para a lista de desempregados. No meu Estado do Maranhão, por exemplo, esse percentual chega a 9%.



A Presidente cometeu outro delito, exatamente durante o período eleitoral. Além das calúnias, das mentiras, houve manobras ardilosas do Sr. Arno Augustin, através de uma burla sistemática do Tesouro Nacional, que fez com que a Presidente Dilma se sentisse confortável para gastar de uma forma desordenada durante o ano eleitoral, com mentiras, com falácias. Durante a campanha eleitoral, ela dizia claramente, por exemplo, que a candidata Marina Silva, que o candidato Aécio Neves, se eleitos, eliminariam os programas sociais. Na verdade, ela faria isso. E o fez.

Há ainda a corrupção, que é sistêmica neste Governo. Nunca na história deste País nós acompanhamos tantos casos de corrupção! Esta Casa instalou várias CPIs, como a da PETROBRAS. Em seu depoimento, Barusco deixou clara a existência de uma corrupção sistêmica neste Governo.

Além disso, senhoras e senhores, ainda no ano de 2014, a Presidente Dilma nem deixou começar o novo mandato e fez um corte nos programas sociais que foram conquistados a duras penas no Brasil, atingindo especialmente a minha região, a Região Nordeste. Seguro-desemprego, PRONATEC, uma de suas bandeiras de campanha, FIES, Minha Casa, Minha Vida e outros programas foram ferozmente atingidos pelo corte do Governo, através de medidas enviadas a esta Casa.

A Presidente Dilma diz que fez uma manobra para atender as populações pobres. Na verdade, o Governo Federal foi muito mais generoso, por exemplo, com o BNDES do que com a população pobre deste País, que foi atingida pelas medidas.

Hoje, estamos diante da possibilidade real do *impeachment*, que é um julgamento jurídico, mas também político. Quis assim o Constituinte. Se não o



quisesse, a decisão final a esse respeito não seria do Congresso Nacional, mas sim do Supremo.

Na verdade, quando se cria essa mentira de um golpe, quando se cria essa mentira para o povo brasileiro, está-se tentando contradizer uma realidade fática, uma realidade que está diante de nós.

Dizem que o *impeachment* é golpe, mas golpe, meus colegas Parlamentares, é o que o Governo fez quando tirou direitos importantes, atacando a CLT. Golpe, por exemplo, é atacar as comunidades tradicionais do nosso País. Golpe é, na verdade, a construção da Hidrelétrica de Belo Monte. Golpe é o que o Governo Federal fez quando deixou de demarcar terras, porque Dilma foi a Presidente que menos demarcou terras na história da República brasileira.

Isso, na verdade é golpe. É ganhar uma eleição com calúnia ou estelionato eleitoral, é ganhá-la em cima de promessas e, durante a execução do Governo, fazer tudo ao inverso daquilo que prometeu.

Sras. e Srs. Parlamentares, o PT usa dois pesos e duas medidas: diz que o *impeachment* é golpe quando se trata da Presidente Dilma, mas que não o foi quando apresentou os pedidos de impedimento de Fernando Henrique e de Itamar.

Meus colegas Parlamentares, nós teremos, na segunda-feira que virá, o dia seguinte ao *impeachment*. E nós precisamos ficar de fato muito atentos para a proposta de união nacional. Essa proposta não pode ser deliberada. Precisamos, acima de tudo, de uma união que possa atender aos requisitos dos limites, para que a Operação Lava-Jato não venha a ser negociada como moeda de troca.



Por fim, eu quero dizer a todos vocês, Parlamentares, com muita tranquilidade, que eu voto pelo *impeachment*, e voto pelo *impeachment* como maranhense, como Nordeste.

O meu Estado deu mais de 80% dos seus votos para a Presidente Dilma. Belágua, uma das cidades mais pobres do Maranhão, deu 94% dos seus votos para a Presidente Dilma e, hoje, vive da economia de subsistência, através da produção da farinha. O meu Maranhão sonhou com uma refinaria, que era, na verdade, um engodo; sonhou com a duplicação da BR-135, e o Governo a suspendeu de uma forma impiedosa.

É em nome do meu Estado, que é rico — ele é o Estado dos Lençóis Maranhenses e das cachoeiras e tem um potencial extraordinário —, que eu voto “sim” ao *impeachment*.

Quero finalizar com uma parte de um poema da ex-Senadora Marina Silva: “Do arco que empurra a flecha quero a força que a dispara”.

Em nome da força do meu Maranhão, em nome da força da minha gente, eu digo “sim” ao *impeachment*.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. RUBENS BUENO (PPS-PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu fiquei pela madrugada, Deputados Arnaldo Jardim, Arnaldo Jordy, Carmen Zanotto, Arthur Maia, Eliziane Gama e Gilberto Nascimento, ouvindo os pronunciamentos, e alguns deles chegam às raias da desonestidade. São desonestos; afinal, para quem rouba, a desonestidade intelectual é uma questão menor, segundo o Ministro Cardozo. Para eles, criminoso é herói. Para o PT, criminoso é herói. Para nós, criminoso é criminoso.



Daí a Justiça, daí o devido processo legal, daí a condenação, daí a prisão. Para eles, condenados e presos viram heróis, mesmo se tiverem levado bilhões de reais do dinheiro público, mesmo se tiverem tirado recursos da merenda escolar, do medicamento do posto de saúde...

O SR. PADRE JOÃO - Tal como ocorreu em São Paulo...

O SR. RUBENS BUENO - O senhor poderia estar no altar rezando, e não aqui mentindo! O senhor se comporte! O senhor se comporte!

(Tumulto no Plenário.)

O SR. RUBENS BUENO - O senhor se comporte! O senhor é um padre e deveria estar se comportando pela verdade, e não aqui fazendo esse tipo...

(Tumulto no Plenário.)

O SR. RUBENS BUENO - Mensaleiro! Petrolão! É mais um criminoso junto à organização criminosa que quer destruir o País! Querem destruir o País, fazendo fraude fiscal! E está na Constituição, no art. 85, que fraude fiscal é crime de responsabilidade; decreto sem autorização legal é crime de responsabilidade. Está na Constituição da República! E os Deputados, quando tomaram posse, juraram obedecer e honrar a Constituição.

O que o PT e o seus asseclas fazem é desonrar a Constituição e cometer perjúrio, porque a Constituição reza que é crime de responsabilidade a fraude fiscal, assim como editar decreto sem autorização legal. Há mais ainda: editaram decreto sem número, para não deixar rastro do crime, como grandes bandidos fazem no dia a dia.



Eu tenho este livro, que foi distribuído no dia em que os juristas se apresentaram aqui no plenário desta Casa, quando pude acompanhar do começo ao fim a importância que é termos juristas honestos, termos juristas conscientes.

Como disse Miguel Reale Junior, quando apresentou o requerimento do pedido de *impeachment*: “A responsabilidade fiscal é um patrimônio público do povo brasileiro, conquistado a duras penas”. Isso veio com o Plano Real, com a Lei de Responsabilidade Fiscal. E, por coincidência, o PT foi contra o Plano Real, foi contra a Lei de Responsabilidade Fiscal, porque talvez já estivesse imaginando o crime que cometeria hoje, preparando o crime, fazendo com que o seu discurso fosse o biombo do crime. Esse é o PT, organização criminosa que tomou conta do poder no País.

E quem comanda essa organização criminosa? São aqueles que dão vazão a Belo Monte, que dão vazão a Pasadena, que dão vazão a bilhões de reais dos fundos de pensão, para dali extrair dinheiro para propina, para financiar campanhas do PT, dos seus candidatos, do seu partido político.

Quem está no poder? A Presidente Dilma, que mentiu, mentiu, mentiu, para se reeleger. Quem vai dar confiança a alguém que mente reiteradamente como ela fez? É evidente que ela perdeu a confiança do povo brasileiro.

Por isso, a aprovação do seu Governo e da sua pessoa não passa de 10%. Hoje, 82% do povo brasileiro querem o seu afastamento, porque sentem na pele os milhões de emprego que desapareceram. Famílias estão desesperadas em busca do salário que não têm mais, em busca de atender a um filho, em busca de um medicamento, em busca de uma consulta. Já não podem mais fazê-lo, porque o PT



chegou ao poder e tomou o direito sagrado do trabalhador de trabalhar, de ter uma renda e de viver com dignidade.

O que diz o art. 78 da Constituição? Que cabe ao Presidente da República promover o bem geral do povo brasileiro. A Presidente Dilma promoveu o mal geral do povo brasileiro.

E como ela faz isso? Ela faz com o dinheiro público, com as fraudes fiscais. Em 2014, para se reeleger, ela deu pedaladas de 40 bilhões de reais, dinheiro que não existia.

Quando estamos tratando disso, estamos com documento do Prof. Hamilton Dias de Souza, da USP, que diz que cargo público é para quem tem competência e o mínimo de zelo pelo dinheiro público.

Esse balcão de negócios com o ex-Presidente Lula, em um hotel luxuoso de Brasília, oferecendo cargos públicos, é um verdadeiro desvio de finalidade e abuso de poder, cometidos especialmente por quem deveria zelar pelas leis, já que foi Presidente da República.

Não diferente diz a Profa. Estefânia Barboza: *“Quando chegamos a uma situação como essa, não cabe nada mais, a não ser o processo de impeachment”*. E ela mostra claramente a possibilidade de responsabilizar aqueles que cometem fraude fiscal.

Mas quero encerrar, até porque nós precisamos diminuir o tempo e vamos dar a nossa contribuição.

Qual é o boletim de escola, quando alguém desempenha um cargo público? Eu tenho um boletim de escola. Eu fui Prefeito de Campo Mourão. Deixei a Prefeitura com aprovação de 92,3% e sempre digo que esse índice se deu graças à



equipe que escolhi para administrar o Município durante 4 anos, com servidores públicos dedicados e abnegados.

E qual é o boletim de escola da Presidente Dilma? Ela não tem aprovação de mais de 10% do povo brasileiro. Quais os números do seu Governo? O PIB brasileiro encolheu 3,8% e está no vermelho; o IPCA em 12 meses é de 10,36%; a dívida bruta, em termos de percentual do PIB, subiu de 51% para 67%; o resultado primário foi de +2,6% para -2,11%; resultado nominal, de -2,4% para -10,75%; taxa SELIC, de 10,75 para 14,25%; o dólar era R\$1,66, em 2010, e agora está em R\$3,65; o desemprego era 5,3% e hoje está em 8,2%; o desemprego do PNAD estava em 7,6% e agora está em 9,5%.

Vejam as notas da Presidente Dilma: todas em vermelho. Esse é o boletim de escola da Presidente Dilma.

Por tudo isso, o povo diz: *“Fora, Dilma!”* Vamos afastá-la! *Impeachment*, amanhã, aqui neste plenário, em nome do povo brasileiro! *(Manifestação no plenário. Palmas.)*



O SR. PRESIDENTE (Felipe Bornier) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Átila Lins, para uma Comunicação de Liderança, pelo PSD.

Em seguida, vamos chamar os oradores do PHS: Deputado Dr. Jorge Silva, Deputado Pastor Eurico, Deputado Carlos Andrade, Deputado Marcelo Aro e Deputado Givaldo Carimbão.

O SR. ÁTILA LINS (Bloco/PSD-AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero fazer uma saudação especial ao meu Estado, o Estado do Amazonas, que, com certeza, está sintonizado, assistindo a esta sessão histórica, em que a Câmara dos Deputados do Brasil, desde ontem, está cumprindo com seu dever histórico de discutir a admissibilidade do processo de *impeachment* da Sra. Presidente da República. E vamos concluir a discussão no dia de hoje, para que amanhã possamos submeter esta matéria a votos.

Eu não tenho nenhuma dúvida, Sr. Presidente, de que amanhã o voto “sim” terá uma participação decisiva. Não imagino nem posso imaginar que amanhã não tenhamos de 360 a 380 votos “sim”, número superior, portanto, aos 342 necessários, até porque o povo jamais perdoará os indecisos. O povo jamais perdoará os indecisos. O povo jamais perdoará os faltosos. Aqueles que ficarem na contramão da história serão cobrados por isso, terão sequelas insuperáveis, porque o povo está atento. Já dizia o ex-Presidente da Câmara dos Deputados Ibsen Pinheiro: *“Para onde o povo vai esta Casa sempre vai”*.

Sr. Presidente, é uma alegria muito grande viver este momento histórico, porque ele tem uma característica completamente diferenciada da legislação.

Alguns comentam que não há crime de responsabilidade. Há, sim! Se lermos os incisos V e VI do art. 85 da Constituição Federal, observaremos que há



perfeitamente o enquadramento dos atos da Sra. Presidente da República nesses incisos que preveem o crime de responsabilidade, a falta de probidade e a ofensa à Lei Orçamentária, com as pedaladas e os decretos sem autorização legislativa. Tudo isso gerou o crime de responsabilidade.

O que tem que ficar claro é o viés político. Por quê? O viés político é determinante nessa fase, porque é o que se pode aferir da necessidade que tem esta Casa de fazer uma intervenção heroica para acabar com a crise econômica, que está gerando desemprego em massa, inflação galopante e juros estratosféricos.

Enfim, é preciso que haja uma correção de rumos. Esta Casa tem a responsabilidade histórica de votar “sim” ao *impeachment* para que essa correção de rumos aconteça de forma constitucional, sem ruptura democrática, na forma da lei e na forma da Carta Magna deste País.

Sr. Presidente, no meu Estado, o Amazonas, com a crise da Zona Franca de Manaus, há milhares de desempregados, diariamente, as fábricas estão fechando para conceder férias antecipadas, e a dor está chegando aos lares dos amazonenses, de um modo geral, principalmente em Manaus, onde está localizada a Zona Franca.

É preciso, portanto, que haja um basta, que nós possamos aqui dizer ao Brasil que estamos criando perspectiva de dias melhores para a nossa terra e para o povo brasileiro.

Sr. Presidente, o povo brasileiro precisa de uma sinalização diferente para a falência da saúde, a falência da educação e a crise na economia. Eu não tenho nenhuma dúvida de que esta Casa não faltará com o povo brasileiro, esta Casa não ficará na contramão da história. Ai dos faltosos, daqueles que não terão coragem de



mostrar seu rosto amanhã para dizer ao povo que estão do seu lado. A história jamais os esquecerá.

Faço um alerta para aqueles indecisos: está na hora de verificar o que pensa a população brasileira, o que pensa o povo, para não ficar na contramão da intenção popular.

Portanto, Sr. Presidente, em nome do meu partido, o PSD, que me concedeu o privilégio de fazer uma Comunicação de Liderança, eu quero dizer que a nossa bancada, maciça e majoritariamente, decidiu votar “sim”, porque entendeu que esse é o imperativo histórico do nosso partido, um partido ainda jovem — tem apenas 4 anos e meio —, criado em 2011, que haverá de ter, portanto, uma participação decisiva na história do Brasil.

Sr. Presidente, quero aqui conclamar todos os Deputados a votarem “sim” ao *impeachment*, para o bem do Amazonas, para o bem do Brasil.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Felipe Bornier) - Para falar pelo PHS, concedo a palavra ao Deputado Dr. Jorge Silva e, em seguida, ao Deputado Pastor Eurico.

O SR. DR. JORGE SILVA (PHS-ES. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no próximo domingo, dia 17, participaremos de um dos momentos mais importantes da vida política nacional: a votação da admissibilidade para a instauração do processo de *impeachment* da Sra. Presidente Dilma Rousseff.

Quero aqui expressar que não me sinto confortável, muito menos contente com toda essa miséria que acontece no nosso País, primeiramente porque não se trata de uma decisão de algo ordinário e positivo. Preferiria eu estar aqui votando medidas para a melhoria da saúde de nosso País ou avanços na área de educação, mas eu tenho que cumprir o meu papel constitucional e político e, neste momento, julgar uma Presidente e um Governo, que, não podemos deixar de reconhecer, durante esse período, promoveram avanços em várias áreas, principalmente na área social.

Porém, por melhores que tenham sido esses avanços, ninguém pode estar acima da lei no Estado Democrático de Direito. Logo, todos nós, dos mais pobres aos mais ricos e poderosos, estamos sujeitos à lei e, se cometermos crimes, teremos que ser devidamente responsabilizados por eles.

Neste momento, nós Parlamentares assumimos a função constitucional de julgadores, função de extrema responsabilidade para esta Casa de Leis.

Estamos atravessando uma profunda crise ética, política e econômica, com graves reflexos sociais. Hoje, há cerca de 10 milhões de brasileiros desempregados, e isso é muito grave. Milhões de pais e mães de família perderam o único sustento



de seus lares e agora não têm como pagar a escola do filho, o aluguel, a alimentação, a conta de luz e a conta de água.

Senhoras e senhores, a Presidente Dilma perdeu a governabilidade. Não podemos mais conviver com Estados e Municípios falidos, sem as mínimas condições de oferecer serviços básicos à população brasileira.

Um estudo elaborado pelo Conselho Federal de Medicina e pelo *site* Contas Abertas aponta que os gastos com saúde realizados pelo poder público nas cidades brasileiras, em 2014, foi de apenas 3 reais e 89 centavos por habitante. A saúde do nosso País está na UTI.

Portanto, Srs. Deputados, temos que agir. Não podemos ser omissos neste momento tão delicado por que passam os nossos irmãos brasileiros.

A indústria brasileira está paralisada. A maior empresa deste País, Deputado Max Filho, é a indústria do “vende-se” e “aluga-se”. Milhares e milhares de pequenas empresas fecham as portas a cada dia, gerando desemprego e perda de receita.

Estamos assistindo, com muita tristeza, ao fracasso da empresa que, até bem pouco tempo, era o nosso orgulho e esperança, com o pré-sal. Agora, diante de perdas e desvios da ordem de 40 bilhões de reais, a PETROBRAS luta para sobreviver.

Sras. e Srs. Deputados e todos que nos acompanham, neste momento, eu gostaria de fazer uma reflexão sobre os últimos 8 anos do Governo petista.

Esse processo pelo qual passamos começou em 2008. Estávamos, naquele momento, diante de uma grave crise mundial, com recessão e desemprego atingindo grande parte dos países do globo terrestre.



Porém, aqui no nosso querido Brasil, foi feito diagnóstico pelo Governo de então de que tudo não passava de uma marolinha e que a saída para a crise se daria com incentivo ao consumo, através da injeção de dinheiro público, estimulando o crédito.

Dessa medida, não temos dúvida, surgiu resultado. Tivemos um PIB de 5,2% em 2008; um PIB negativo de 0,6% em 2009; e um PIB de 7,5% em 2010, semelhante ao PIB chinês.

Tenho a plena convicção de que esse desempenho da nossa economia naquela época foi fundamental para que o então Presidente Lula elege-se sua sucessora.

E aí está o grande nó desse processo: a Presidente Dilma chegou ao poder e não dialogou com a classe política, não conversou com o setor produtivo, desprezou seu partido, pensando que poderia governar sozinha, como se fosse uma monarca. Adquiriu a fama de “faxineira”, por conta do combate à corrupção, exonerando sete Ministros em 2 anos, o que fez com que sua popularidade atingisse níveis nunca antes vistos desde a redemocratização do nosso País.

Senhoras e senhores, esse era o momento em que a Presidente deveria ter aproveitado seu capital político, aproveitado a sua credibilidade junto à opinião pública e o fato de ter sido, também, a primeira mulher ao chegar ao mais alto posto da República e feito as reformas estruturantes de que este País tanto necessitava e necessita: a reforma tributária, a reforma política, a reforma trabalhista e a reforma da Previdência, entre outras.

A Presidente, o seu Governo e o PT perderam a grande oportunidade de colocar o Brasil em outro patamar de desenvolvimento. Infelizmente, optaram pelo



caminho mais curto. Porém, senhores, neste mundo globalizado, rápido e competitivo, não podemos perder oportunidades, nem na nossa vida privada e, muito menos, na administração pública.

Lembro os senhores que exatamente no dia 11 de junho de 2013, após um aumento de passagens de ônibus na cidade de São Paulo, tivemos oportunidade de assistir a uma das maiores manifestações populares no nosso País. Naquele momento, pensávamos, em função dos movimentos que aconteciam do outro lado do mundo, que nós estaríamos vivendo uma Primavera Árabe em nosso País. A popularidade da Presidente Dilma desabou, saindo de 70% para 33%, e, desde então, vem em queda livre até a presente data, atingindo a marca de um dígito e chegando, com isso, ao pior índice de popularidade de um Presidente desde a redemocratização.

Neste momento, Sras. e Srs. Deputados, caros telespectadores e pessoas que nos acompanham pelas redes sociais, estamos há exatamente 15 meses da eleição presidencial de 2014. Não tenho dúvida de que foi planejado, foi implantado de maneira premeditada um projeto puramente eleitoreiro — fui procurar no dicionário o que significava a palavra “eleitoreiro”. “Eleitoreiro” significa uma manobra ou conchavo político, cujo fim é tão somente a eleição de um ou mais indivíduos, ou atrair os votos do eleitorado, sem nenhum compromisso com a verdade e com a ética. Senão, vejamos: tivemos a redução das tarifas de energia elétrica, em meio a uma crise energética; tivemos a manutenção artificial dos preços dos combustíveis, não obstante as altas seguidas do preço do barril de petróleo; tivemos a baixa histórica e forçada das taxas de juros; tivemos o incremento acentuado dos projetos sociais.



Não somos contra os projetos sociais, mas entendemos que eles precisam ser aperfeiçoados e que o gestor não pode usar a população mais pobre deste País como massa de manobra, pois o Governo tinha consciência da inviabilidade de continuar com esses projetos na magnitude em que se encontravam. Volto a dizer: era um projeto eleitoreiro.

Portanto, senhoras e senhores, o Governo foi obrigado a fazer as famosas pedaladas — editar decretos sem autorização legislativa — para cobrir rombo orçamentário. Na minha singela avaliação, entendo, sim, que houve crime de responsabilidade da Presidente Dilma, e, digo mais, de maneira premeditada, o que corroborou para jogar o nosso País na maior crise econômica desde a crise de 1930.

Então, senhoras e senhores, de maneira muito consciente, tomei a posição de votar pela admissibilidade do pedido de *impeachment* da Presidente Dilma.

Assim sendo, em nome da maioria do povo capixaba, votarei a favor do *impeachment* porque sou a favor da lei, a favor da justiça, a favor da ética, a favor da decência, a favor do direito à ampla defesa, mas também a favor de não se blindar quem quer que seja.

Se há indícios — e estou convicto de que há —, o processo precisa seguir para o Senado, para que lá seja instaurado, discutido e julgado.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PASTOR EURICO (PHS-PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, desculpem-me por estar do lado de cá. Eu não sabia que tinha havido uma divisão do plenário, de modo que quem for a falar a favor fala de um lado e quem for contra, de outro. Mas aqui não há plenário de A, B e C, não. Acho que cada um fala de onde quiser.



Senhoras brasileiras e senhores brasileiros, é bem verdade que muita gente está acompanhando a transmissão de tudo o que aqui está acontecendo desde o dia de ontem. Nós já tivemos outras oportunidades de falar, e agora voltamos a este microfone.

Eu já quero agradecer aos milhares e milhares de pessoas que estão grudados, ligados na TV, acompanhando este momento histórico de nossa Nação.

Gostaria também de agradecer ao Líder do PHS, Deputado Givaldo Carimbão, que é democrático, até porque sabemos do seu voto. Ele tem o seu posicionamento contrário ao dos outros seis Deputados do PHS: somos sete, e seis votam *pró-impeachment*. Ele tem o seu voto diferenciado. Nós o respeitamos e o parabenizamos pela forma democrática como está conduzindo o nosso partido, o PHS.

Deixe-me ler aqui uma expressão — eu gostaria de imitar a voz, mas não consigo; eu não sou humorista:

“O Congresso Nacional sabe da responsabilidade que hoje recai sobre seus ombros e sabe que se não votar o impeachment ficará desacreditado pela opinião pública. O Congresso Nacional tem a clareza de que nós vivemos uma crise profunda neste Governo e que somente com a saída do Governo é que nós iremos resolver alguns problemas da Nação.”

Essa mesma pessoa disse também:



“Pela primeira vez na América Latina, o povo brasileiro deu uma demonstração de que é possível o mesmo povo que elege um político destituir este político.”

Isso foi em 1992. E quem disse isso? O homem mais honesto que existe na face da Terra: o Sr. Luiz Inácio Lula da Silva! Esse homem que agora abre a boca e é o comandante do discurso de golpe no Brasil; é o comandante da baderna e da bagunça que estão acontecendo no Brasil; é o comandante dos revolucionários da Bolívia e de países adjacentes que estão cruzando a nossa fronteira desde o dia de ontem, para bagunçar dentro do Brasil!

O Sr. Lula comanda o exército do MST. O Sr. Lula foi Presidente e, como não poderia continuar como Presidente por mais 8 anos — claro, a lei não permite —, preparou alguém e colocou lá para ficar como figurante e ele ficar presidindo por trás. Parece que ele sabe fazer isso muito bem em todos os aspectos, pasmem os senhores!

E a prova está aí. A nobre Presidente — desculpem-me por não conseguir chamá-la de Presidenta, até porque não há esse negócio na nossa língua portuguesa. Mas tudo bem, a Presidenta ou a Presidente —, coitada da Presidente Dilma, foi colocada na Presidência, mas ficou como uma marionete, sendo controlada pelo Sr. Lula, superinteligente, sapiente! O Sr. Lula, o homem honesto, ficou por trás, controlando a Presidente de um lado e os esquemas da corrupção do outro lado, Deputado Sóstenes Cavalcante.

É incrível. Nunca se viu em um Governo tanta corrupção, desenfreada, como se viu ou se está vendo no Brasil. É claro que um dia essa coisa viria à tona. É claro que um dia a casa cairia. Chegou o momento. O Brasil não suporta mais.



Sr. Lula, todo o seu império está desmoronando, e, por incrível que pareça, eu tenho, como diz o nordestino, o pernambucano, peninha da Presidente Dilma, coitada, que está sendo levada, levada, levada nessa avalanche de podridão que esse grupo administrativo esquerdista, comunista barato, introduziu no nosso País. Querem sorratear, sucatear o nosso País. Nós não podemos permitir isso.

É o Lula que diz, em dados momentos, algumas palavras desrespeitosas até para com os evangélicos, que ele chama de crentes, no Brasil. Ele até diz, todos viram: *“Qualquer coisa colocam a culpa no diabo. É assim que os evangélicos fazem”*, deduzindo ele que o diabo faz as coisas más. Então, Sr. Lula, companheiros de Lula, o diabo realmente está fazendo a coisa como ele imagina, destruindo.

Por outro lado, continua desrespeitando as entidades religiosas. O Brasil é um país cristão. Pedimos respeito aos evangélicos, aos cristãos desta Pátria, porque eles não estão nas ruas, com bandeiras, mas estão pedindo a Deus uma solução para esta Nação.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado, companheiros. Muito obrigado, Brasil.

E todos sabem: Pastor Eurico vota “sim”, pelo *impeachment*. (Palmas.)

O SR. CARLOS ANDRADE (PHS-RR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, brasileiros que nos acompanham pelos meios de comunicação desta Casa, participo deste evento histórico no Brasil não com alegria, mas com a responsabilidade que me foi outorgada pelo povo brasileiro, em especial pelo povo de Roraima, o meu Estado.

Vivemos em um momento crítico no nosso País. Enfrentamos uma forte crise econômica, agravada pelo cenário político de instabilidade, falta de confiança,



corrupção. Estamos diante de um Governo que está falindo o País. Nós, como representantes do povo, temos a obrigação de não permitir que isso continue. O que para muitos é um golpe, a meu ver é um mecanismo constitucional de controle daquele que exerce o mandato de governo em nome do povo, povo este que é de fato e de direito quem detém o poder.

Não podemos permitir que continuem usurpando as funções públicas à custa e com o sacrifício do povo. A irresponsabilidade de atos praticados pelo Governo nos últimos anos já provocou danos irreparáveis ao País. Se de alguma forma permitirmos que continue no poder, assistiremos ao País afundar mais do que já afundou.

Srs. e Sras. Deputadas, a inflação acumulada em 2015 superou o patamar de 10%. Perdemos o controle dos preços. A gasolina, por exemplo, no meu Estado, o Estado de Roraima, custava R\$3,16, o litro, em janeiro de 2015. Em janeiro de 2016, pagávamos R\$3,87 por litro, um aumento de mais de 22% no ano.

A taxa de desemprego disparou em 2016. Já são cerca de 10 milhões de pais de família que não têm mais renda garantida para sustentar seus filhos. Pasmem! No ano passado, tivemos uma queda de 3,8% no PIB, e paradoxalmente a dívida pública aumentou em mais de 20%.

Isso significa, Srs. e Srs. Deputados, um aumento de aproximadamente 500 bilhões de reais na dívida, dinheiro que o País terá de pagar com juros, à custa do povo brasileiro.

É o João, do Mercantil Vitória; é a D. Maria Paixão, da lanchonete; a D. Margarida, do Hotel de Caroebe; a D. Iodete, da pousada, enfim, cada brasileiro terá



que pagar. Cada um de nós. Poderíamos até admitir que estamos passando por mais uma crise econômica, que será superada.

No entanto, é preciso notar que a crise que está instalada é de única e exclusiva responsabilidade deste Governo de corruptos e incompetentes que estão desgovernando o Brasil.

As manchetes nacionais e internacionais estampam diuturnamente que, no Brasil, dá-se um dos maiores escândalos de desvio do dinheiro público. Mas quero aqui deixar registrado que o povo brasileiro é descente! O Brasil é um país de homens e mulheres de bem! As ruas, nos mais distantes rincões deste País, têm mostrado isso. Nosso povo tem fome e sede de justiça.

Já dizia John Rockefeller, industrial americano do século XIX: “*O melhor negócio do mundo é uma empresa de petróleo bem administrada, e o segundo melhor negócio do mundo é uma empresa de petróleo mal administrada*”. Contrariando essa máxima de Rockefeller, a PETROBRAS, uma das maiores empresas produtoras de petróleo do mundo, teve, em 2015, um prejuízo de aproximadamente 34 bilhões de reais. Atentem para isto: um prejuízo de 34 bilhões de reais.

A título de comparação do desastre que foi a *performance* da PETROBRAS em 2015, uma empresa similar, a empresa inglesa BP Petróleo, obteve, no mesmo ano, lucro de aproximadamente 25 bilhões de reais — pasmem, um lucro de 25 bilhões de reais! Enquanto isso, a Operação Lava-Jato da Polícia Federal, que nós queremos felicitar e parabenizar pelas ações que têm sido feitas no Brasil, estima, até o momento, que foram desviados mais de 40 bilhões de reais da PETROBRAS.



Será que o golpe que estão alardeando não seria um golpe do Governo em cada trabalhador deste País, em cada brasileiro, e na nossa PETROBRAS?

Sim, senhoras e senhores, nossa PETROBRAS, porque a PETROBRAS é patrimônio do povo, e não de um partido político, ou do mandante de plantão.

Não bastasse tanta corrupção, o Governo ainda violou, por diversas vezes, ao longo de 2015, regras de responsabilidade fiscal. Repetidamente, ao longo do seu mandato, a Presidenta Dilma violou a Lei nº 1.079 e a Lei Orçamentária. Portanto, cometeu, sim, crime de responsabilidade, conforme previsto pela Constituição Federal, em seu art. 85, e na Lei nº 1.079, em seu art. 4º.

A edição de seis decretos de crédito suplementar, em 2015, violou frontalmente a Lei Orçamentária. A Presidente não poderia aumentar a despesa sem autorização, em um contexto que o Governo já tinha assumido ser de impossibilidade de atingir a meta prevista na lei. Essa conduta já seria suficiente para justificar o impedimento da Presidente.

Golpe? Golpe seria se não autorizássemos a abertura do processo de investigação nesta Casa, se fôssemos coniventes com tamanha ilegalidade. Isso, sim, seria um golpe.

Mas podemos ir além e falar das famigeradas pedaladas, que, no entendimento da defesa, não caracterizaram operação de crédito e, portanto, não são crime. Não podemos ser tolos de achar que os atrasos premeditados de pagamentos da União aos bancos públicos não eram um instrumento financeiro conveniente ao descontrole das contas do Governo. Os atrasos foram recorrentes e significativamente volumosos.



Portanto, senhoras e senhores, Sr. Presidente, acredito que ela deva ser investigada e pagar pelos erros que eventualmente tenha cometido. Não podemos deixar essa conta ser paga pelo povo brasileiro.

Diante do quadro que vivenciamos, recorro às palavras ditas por ninguém menos do que o Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, à época do *impeachment* de Collor: *“Acho que o Congresso Nacional tem clareza de que nós vivemos uma crise profunda de governo e que somente com a saída do governo é que iremos resolver alguns problemas da Nação”*.

O ex-Presidente, quando questionado após o *impeachment*, deu sua opinião, dizendo a seguinte frase: *“O povo brasileiro deu a demonstração de que era possível o mesmo povo que elege um político destituir esse político. Eu peço a Deus que nunca mais o povo brasileiro esqueça essa lição”*.

Pois bem, Sr. Lula. Eu tenho a convicção, tenho a certeza de que o povo brasileiro não esqueceu a lição!

Para finalizar, Sr. Presidente, gostaria de dizer à Nação que, qualquer que seja o resultado da votação que faremos no domingo, o Brasil e, em especial, este Parlamento, precisa reagir.

O País está há 1 ano e meio parado e precisa voltar a crescer, para o bem de nosso povo tão sofrido. Precisamos voltar a gerar empregos. Temos que estimular a competitividade de nossa indústria e estabilizar novamente a economia. E, para tudo isso, Sr. Presidente, é necessária a estabilidade política, algo que depende também de nós.

Agradeço a atenção aos nobres pares e ao povo brasileiro que nos acompanha neste momento. Quero agradecer, ainda, à minha família; à igreja do



Estado de Roraima, na pessoa do Pr. Isamar, do Apóstolo Flores, do Apóstolo Helton e do Pr. Deusailton, que têm empenhado a igreja em oração pela crise que assola o Brasil.

Por Roraima, pelo Brasil, *impeachment* já! Que Deus abençoe o Brasil!

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

Durante o discurso do Sr. Carlos Andrade, assumem sucessivamente a Presidência os Srs. Átila Lins, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, e Felipe Bornier, 2º Secretário.

O SR. MARCELO ARO (PHS-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres colegas Deputados e Deputadas, a última vez em que discurssei sobre o *impeachment* foi na Comissão, na semana passada. Naquela oportunidade, contei a V.Exas. os motivos que me levaram para a vida pública. Porém, hoje, quero falar para V.Exas. do sentimento que eu tinha quando cheguei aqui, a esta Casa.

No dia da posse, um amigo meu me chamou e disse: "*Marcelinho, não perca essa oportunidade. Lembre-se sempre de viver o seu mandato como um verdadeiro sacerdócio. Não se esqueça das palavras do Papa Pio XII, que nos ensinou que a política é a maior forma de se promover caridade. Não perca essa oportunidade!*" Naquele momento, eu fiz o compromisso de que eu não perderia essa oportunidade.

Que alegria era para mim chegar, nas minhas primeiras manhãs como Deputado Federal, e ver o meu nome e o nome do meu Estado escritos nesse painel. Que alegria é trabalhar em uma Casa que foi palco das grandes discussões do nosso País.



Senhoras e senhores, foi aqui, nesta Casa, que nós vimos Ulysses Guimarães subir rápido aquelas escadas, assentar-se na cadeira de Presidente, promulgar a Constituição de 1988 e ainda nos ensinar: questioná-la, sim; modificá-la, sim; mas desobedecer a ela, nunca.

Também foi aqui, desta tribuna, que Tancredo Neves prometeu que faria do Brasil uma grande nação — e vamos fazer! Foi daqui também que, em 1992, os nossos representantes decidiram interromper o mandato do ex-Presidente Fernando Collor e mostrar para todos os brasileiros que neste País não existe homem acima da lei.

A este primeiro momento que vivi na minha vida como Deputado Federal dei o nome de esplendor. Dei esse nome por causa de uma frase que escutei um tempo atrás: *“Leva-se certo tempo para que olhos ofuscados por uma nova luz possam discernir algo daquilo que os fascinou no esplendor”*.

O esplendor era isto: cheguei aqui e queria discutir as grandes questões do nosso País, discutir o Orçamento da União, poder criticar e sugerir onde gastaríamos o dinheiro público, os pontos fundamentais para que continuássemos crescendo econômica e socialmente.

Também era esplendor porque queria eu apresentar para esta Casa as APACs — Associações de Proteção e Assistência aos Condenados. Também era esplendor porque queria eu discutir aqui o saneamento básico. Mas, quando os meus olhos me permitiram enxergar o real cenário de Brasília, confesso que fiquei muito triste.

Para que V.Exas. entendam o que nós vivemos aqui, se me permitem, quero contar uma história de muitos já conhecida. Em uma caverna, onde alguns homens



eram prisioneiros, esses homens conseguiam enxergar apenas as sombras que a luz projetava na parede. Aqueles homens acreditavam que aquelas sombras eram realidade, mas, na verdade, eram uma ilusão. Eram sombras projetadas nas paredes através das árvores que havia fora da caverna.

O que essa história tem a ver com o que vivemos em Brasília? Tudo. O que o Governo do PT faz hoje aqui em Brasília é nos aprisionar em uma caverna e projetar imagens que são meras ilusões. Projetam imagens que não condizem com a realidade. Senão, vejamos.

O Governo projeta uma sombra na parede e diz que o Programa Bolsa Família é suficiente para resolver o problema dos menos favorecidos. Isso é uma ilusão. A realidade é que a inflação cresce em números assustadores, tirando dessas pessoas o poder de compra.

O Governo projeta uma sombra na parede e diz que o programa Minha Casa, Minha Vida basta. Isso é uma ilusão. A realidade é que hoje mais de 50% dos brasileiros, segundo dados da ONU, ainda não têm saneamento básico adequado.

O Governo projeta uma sombra na parede e diz que nunca se investigou tanto e que nunca se combateu tanto a corrupção. Isso é uma ilusão. A realidade é que se nomeia um Ministro da Casa Civil que está com medo de ser preso. A realidade é que o nosso Ministro da Educação tenta obstruir as investigações da Lava-Jato, procurar calar um delator.

O Governo projeta uma sombra na parede e diz que esta é uma Pátria educadora. Isso é uma ilusão. A realidade é que o Governo hoje não tem dinheiro para pagar o FIES e interrompe o sonho de milhares de jovens espalhados no nosso País.



O Governo projeta uma sombra na parede e diz que o País cresce economicamente. Isso é uma ilusão. A realidade é que nós assistimos diariamente a milhares de pessoas perdendo o seu emprego e a centenas de empresas fechando as portas.

O Governo projeta uma sombra na parede e diz que vivemos num País seguro. Isso é uma ilusão. Na realidade, somos um dos dez países mais violentos do mundo. Hoje há em média quase 60 mil homicídios por ano em nosso País. Vivemos num País completamente inseguro.

O Governo projeta uma sombra na parede e diz que o País é autossuficiente em petróleo, mas a realidade é que este mesmo Governo gerou um rombo de mais de 100 bilhões de reais na nossa querida PETROBRAS.

Por fim, o Governo projeta uma sombra na parede e diz que a Presidente não cometeu crime. E isso, nobres colegas, também é uma ilusão. Ela cometeu crime, sim, e crime de responsabilidade. Ela pedalou, pegou um dinheiro que não era seu para pagar uma conta que era sua, dinheiro emprestado. E a nossa legislação é clara ao dizer que só se pode pegar dinheiro emprestado com prévia autorização legislativa.

Para terminar, quero dizer a V.Exas. e a todos os que nos acompanham que, se quisermos sair dessa caverna em que o PT nos aprisiona, é necessário que rompamos as algemas que nos seguram. E essas algemas hoje no País têm nome e sobrenome: Dilma Rousseff.

Basta, Dilma!

Impeachment já! (Muito bem! Palmas.)



O SR. GIVALDO CARIMBÃO (PHS-AL. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente desta histórica sessão legislativa e querido companheiro de longas datas, Deputado Felipe Bornier, Sras. e Srs. Deputados, povo alagoano, povo brasileiro que nos assiste neste momento, venho a esta tribuna hoje reafirmar a minha posição na sessão de domingo referente ao voto que darei para o processo do *impeachment*.

No momento em que este Plenário passar a ser um tribunal de justiça de admissibilidade, estarei na função parlamentar atípica de juiz. E digo a todo o povo brasileiro, especialmente ao meu querido povo alagoano, que eu não serei um juiz iníquo, não julgarei conforme as circunstâncias nem conforme, talvez, a vontade da maioria.

A história já provou, muitas vezes, que algumas decisões podem levar a enormes injustiças. O critério que um juiz deve usar é a lei, com base na verdade dos fatos. Tudo que passar disso pode ser qualquer coisa, menos justiça.

É do conhecimento de todos que meu voto será contra o *impeachment*. E por que eu votarei contra o *impeachment*? Porque a pior coisa do mundo é a injustiça.

Eu sempre defendi a democracia, especialmente porque na democracia não prevalece a vontade de um rei ou de um pequeno grupo de poderosos. Na democracia, conforme os fundamentos da política moderna, o poder é tríplice, dentre os quais não se pode desprezar a Justiça.

Não se pode arrancar prematuramente do poder alguém eleito legitimamente pela sociedade, sem que haja razões que justifiquem sua condenação. Imaginem que uma árvore tenha, em uma vida natural, 10 anos. Se ela for arrancada prematuramente, com 5 anos, isso é um crime ambiental. Tirar prematuramente do poder, com 1 ano e 4 meses, uma pessoa eleita legitimamente para um mandato de



4 anos, sem que — na minha concepção — haja razões legais para isso, para mim isso é crime contra a democracia.

Desculpem-me a insistência: qual foi o crime que esta Presidente cometeu? O relatório remetido a este Plenário aponta supostos indícios, justificando a abertura de processo de *impeachment*, de que a Presidente teria cometido pedaladas fiscais e atentado contra a Lei Orçamentária, além de pontuar, de forma absolutamente ilegal, questões políticas sobre a sua impopularidade, o mau desempenho da economia, o desemprego, etc. Se é isso, vou mais uma vez deixar claro a todos o que significam as pedaladas.

O Governo não tinha dinheiro em caixa para pagar os benefícios do Plano Safra aos pequenos produtores rurais deste País. Assim sendo, recorreu aos bancos oficiais para que pagassem essa conta, e o Governo, assim que tivesse caixa, liquidaria isso junto aos bancos, como sempre aconteceu.

O Tribunal de Contas da União jamais — vou repetir —, jamais questionou essa prática em todas as contas anteriores, não só da Presidente Dilma, mas de todos os Governos da história deste País. Quando o Tribunal de Contas baixou uma resolução proibindo essa prática, a Presidenta cumpriu a resolução rigorosamente, conforme o novo entendimento. Ou seja, ninguém pode ser penalizado por uma norma que até então não existia. É por esse argumento vazio que querem caçar alguém eleito legitimamente pela sociedade. Essa injustiça eu não faço!

Agora que a Presidenta está com uma baixa popularidade e a economia vai mal, esses atrasos viraram crime. Por que não viraram crime em 2011, quando ela tinha 78% de popularidade? Além disso, argumentam no relatório que o País vive uma crise econômica, que há desemprego, impopularidade, etc. Meus queridos,



ilustres e eminentes Deputados Federais, onde é que está escrito, em qualquer lei ordinária ou na Constituição, que baixa popularidade é motivo para cassar alguém? Se assim for, façam a pesquisa com Governadores e Prefeitos, então. Quem tiver 3% ou 5% de popularidade vai ter que ser cassado!

Não serei injusto. Tenho por princípio o dever de justiça e não me alio às injustiças. Tenho plena clareza de que faço o que é correto. Eu não dormiria em paz com a minha consciência se, para ter poder, eu tivesse que praticar injustiça contra alguém.

Eu tenho 58 anos de idade e quase 30 anos de mandato parlamentar, ou seja, oito mandatos ininterruptos. Orgulho-me porque, com todos esses anos militando na política, companheiros e companheiras, eu nunca — vou repetir aqui grosso e alto —, nunca, em 30 anos de vida pública, eu me meti em qualquer ato que desabonasse minha conduta ética e moral como cidadão! Houve corrupção por aí de todo jeito: mensalão, petrolão, Operação Sanguessuga, Operação Lava-Jato e tantas outras operações ocorridas em meus 30 anos de vida pública. Eu nunca me envolvi em qualquer ato que desabonasse minha conduta. Se alguém tem autoridade moral — e há muitos, há muitos homens de bem neste País —, se há alguém com autoridade moral para julgar de forma isenta, um desses sou eu, porque tenho 30 anos de vida pública e não tenho uma citação em processo na minha vida. Poucos homens públicos deste Brasil têm autoridade para dizer o que estou dizendo nesta Casa.

Alguns irresponsáveis ficam querendo macular a imagem dos políticos, colocando todos na vala comum. Mas aqui há muitos homens de bem, e eu assino embaixo. Há muitos homens de bem! Eu não posso colocar todos numa vala



comum, Sr. Presidente. Dizem que os políticos se vendem e se trocam por cargos, por favores. Isso nem me toca, porque há muitos aqui que têm personalidade e caráter.

A minha história fala por si só. Credencio-me, portanto, a tomar qualquer decisão. Saibam, senhores e senhoras, que posso até estar errado, e V.Exas. podem até não comungar com o meu voto, mas quem me conhece jamais me acusará de vender a minha consciência.

Quero deixar claro que não estou aqui em defesa de Dilma ou do PT ou de quem quer que seja. Não sou seu advogado. Repito: estou aqui na condição de juiz, buscando defender a verdade e aquilo em que eu acredito que é justo.

Se, após muito estudar, após analisar o caso junto à assessoria técnica desta Casa, após ler a posição de juristas renomados, como o Prof. Celso Antônio Bandeira de Mello, e de autoridades, como o ex-Ministro Bresser Pereira e tantos outros, eu chego à constatação de que essa peça é exclusivamente política, sem lastro jurídico, sem crime de responsabilidade, eu não posso compactuar com isso.

É meu dever aqui julgar, mas juridicamente. Obedeço à Constituição Federal e a todas as leis conexas e atinentes a esse tema.

Que coisa ruim é condenar uma pessoa que, pelas suas convicções, não cometeu crime!

A verdade é que querem inventar um crime para justificar a saída de alguém que está com baixa popularidade — desculpem-me mais uma vez. Eu não posso ser conivente com isso! Não posso fazer isso, com a história de vida que construí, e agora estou de cabelos brancos, porque seria mais conveniente para mim agradar a



alguns, compactuar com ilegalidade gravíssima. Isso é um verdadeiro atentado contra o Estado Democrático de Direito.

Segundo as vozes de muitos que foram às ruas, temos que aprovar o *impeachment*. Como? Com que argumento legal? Eu tenho filhos, tenho netos, parentes, amigos. Como eu vou olhar para essas pessoas se o meu sentimento, o meu coração diz “não faça injustiça”? Eu sou um homem de fé, temo a Deus! Como ficaria minha consciência se eu agisse pensando em ficar bem e apenas em agradar o povo? Não, não dá.

Eu não posso lavar as mãos como Pôncio Pilatos, que condenou Jesus porque a maioria queria a condenação. Eu não lavarei as mãos. Eu posso botar em jogo a minha vida a qualquer momento, mas não a minha consciência. Eu perco tudo na vida, mas não perco a paz.

Quero deixar claro que respeito a posição dos companheiros que são a favor do *impeachment*.

Neste momento de acirramento que vivemos, a CNBB, em nota divulgada nesta quinta-feira, dia 14 de abril, pediu a paz, não a divisão. A Igreja Católica no Brasil pede que preservemos os altos valores da convivência democrática, do respeito ao próximo, da tolerância e do sadio pluralismo, promovendo o debate político com serenidade.

Podemos discordar — é da democracia —, mas não podemos faltar com o respeito.

Quero dizer à população que pode contar comigo para continuar contribuindo com o Governo em tudo aquilo que for para o progresso da sociedade e o bem das



famílias. Estarei aqui na segunda-feira disposto a ajudar o Brasil a sair da crise para que melhore a situação do povo brasileiro.

Presidente, V.Exa. me pediu que, se pudesse, antecipasse o final da minha fala. Eu quero encerrar dizendo o seguinte. Estive com a Presidente Dilma na última quarta-feira e estive com a Presidente Dilma tomando café na quinta-feira. Michel Temer, Vice-Presidente da República, disse que queria conversar comigo. Eu sou estadista. Fui lá conversar com Michel Temer. Eu milito há 20 anos nesse campo da Esquerda. Michel foi duas vezes Presidente desta Casa. Eu tive a honra de ser com ele Deputado. Seria uma conversa de 10 minutos, mas durou 1 hora e 15 minutos. Eu disse a ele que estava indo conversar com a Presidente Dilma, mas ele tinha me convidado e eu estava ali para escutá-lo. Depois de 1 hora e 15 minutos de conversa, eu mostrei que não teria condições de mudar o meu voto pela minha consciência.

Eu quero aqui deixar registrado esse fato, porque eu não faço política com radicalismo. Eu quero aqui ressaltar esse aspecto que me orgulha. Michel chegou para mim, junto com alguns companheiros que estavam comigo, e disse: *“Carimbão, eu não tenho autoridade para pedir que você mude o seu voto. Eu posso até amanhã não ser Presidente, pelas circunstâncias legais, mas eu não violentei um amigo que construiu uma história de 30 anos, buscando sempre a democracia”*.

Se alguém quiser mudar o voto do Deputado Carimbão, eu lhe peço: não faça isso, não, porque nós não temos o direito de violentar ninguém.

Eu quero agradecer ao Michel por esse gesto. Ele sabia que eu não me vendia e não me trocava. Ele não me chamou para isso. A democracia está acima de tudo.



Que bom que os homens possam ter divergências. Eu estou nesta tribuna há 12 ou 15 minutos e não recebi uma vaia, porque tenho o respeito dos colegas Parlamentares. Se eu tivesse me vendido, me trocado... Eu tenho 30 anos de vida pública, 20 anos nesta Casa. Ninguém levanta a mão para dizer que viu um ato que desabonasse a conduta do Deputado Carimbão.

Política é para homens de bem e para homens sérios.

Que Deus ilumine a mente de cada Deputado, para que, de acordo com a sua conveniência e com a sua convicção, possa votar conforme o seu coração manda e aquilo que defende.

Que Deus abençoe a todos! Muita paz! (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Felipe Bornier) - Prorrogo a presente sessão por 1 hora.



O SR. PRESIDENTE (Felipe Bornier) - Pela Liderança do PTN, tem a palavra o Deputado Alexandre Baldy, por 4 minutos.

O SR. ALEXANDRE BALDY (Bloco/PTN-GO. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Bom dia, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Estamos aqui, nesta sessão do *impeachment*, num sábado de manhã, num importante e histórico momento brasileiro, por aqueles que nos elegeram, por aqueles que nos colocaram aqui como representantes, e pelo povo agiremos.

O *impeachment*, por previsão constitucional e por lei específica, nos possibilita dar um direcionamento ao nosso País. O Brasil vive hoje uma das maiores crises institucionais e uma das maiores crises econômicas da nossa história. Pelo segundo ano consecutivo, teremos recessão, queda no Produto Interno Bruto, nas riquezas brasileiras. Estamos vivendo uma crise em todos os setores econômicos. Há muito tempo não havia um índice de desemprego tão grande. São 10 milhões de brasileiros nas ruas, foram 3 milhões de trabalhadores demitidos nos últimos meses. E temos uma crise política que o Governo Federal não consegue solucionar, não consegue pacificar.

Não se consegue dar uma diretriz ao nosso País pelo simples fato de que em todas as áreas, em todos os órgãos do Governo Federal, que é comandado pela Presidente Dilma Rousseff, há corrupção.

Não podemos dizer que ela é inocente. Dizer que a Presidente Dilma é inocente é como um pai permitir que um filho furete a bolsa da mãe ou assalte a casa do vizinho.



Aquele que tem o poder da caneta, como tem presidente de conselho, como tem Presidente da República, que nomeia diretor, que nomeia Ministro, é culpado e responsável pelos seus atos.

O Governo é da Presidente Dilma, o Governo é do PT. E ela é responsável, sim, por todos os atos de corrupção que foram cometidos. Ela está aqui legalmente sendo questionada, sendo julgada num processo *impeachment*, porque desrespeitou a Constituição, desrespeitou a nossa Carta Magna, ao emitir decretos sem a autorização do Legislativo.

Na democracia, no Estado Democrático de Direito, os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário devem se respeitar para que haja harmonia e equilíbrio entre os Poderes da República.

Então, o *impeachment* é legal, é constitucional. Não há golpe. O golpe foi dado nas eleições em 2014, quando prometeram ampliar os programas sociais, como o Minha Casa, Minha Vida, o que depois não conseguiram realizar; quando prometeram que os empregos seriam mantidos e acrescidos, e hoje percebemos o contrário na pele do cidadão brasileiro; quando prometeram reduzir a inflação, e hoje percebemos uma inflação acima de 10 pontos percentuais, prejudicando o consumo pelas famílias.

Isso é um golpe na casa, na mesa e na vida dos brasileiros, que estão com os seus empregos, com a sua vida, com o seu consumo, com a sua capacidade de sobrevivência ceifada, reduzida, diminuída.

Não queremos um Governo corrupto, que comete crime fiscal e ainda quer culpar os brasileiros. Aqueles que nos elegem e que nos colocam aqui como representantes nos cobram que possamos impedi-la.



Vamos retirar este Governo corrupto, malfeitor, em que não há gestão nem responsabilidade. E ainda busca aumentar os impostos, o que vai contra o que prometeu na campanha.

Portanto, eu e o meu partido, o PTN, vamos lutar muito até amanhã. Pedimos a todas as senhoras e a todos os senhores que digam “sim” ao *impeachment*, pelo Brasil e pelos brasileiros. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Felipe Bornier) - Concedo a palavra ao Deputado Osmar Serraglio, para uma Comunicação de Liderança, pelo PMDB.

O SR. OSMAR SERRAGLIO (Bloco/PMDB-PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, principio meu pronunciamento com uma escritora que muito admiro, Lya Luft, colacionando esta sua reflexão:

“Somos mesmo um país de trouxas, para nos tratarem assim?”

Que falta de noção de ridículo, que falta de respeito; tanta empulhação feita e dita com cara séria e até frases de retórica, como se fôssemos uma manada de imbecis.”

Sras. e Srs. Parlamentares, falo desta tribuna em nome do meu querido Paraná e da minha cidade de Umuarama. Estamos próximos de uma decisão que — se Deus quiser, e Ele quer! — fará com que retomemos os princípios democráticos que sedimentam a nossa Constituição Federal.

Os que não conseguiram sair vencedores por ocasião da Constituinte buscaram outro caminho para materializar sua ideologia: o caminho do poder, do qual se apropriaram como *cosa nostra*. Para eles, não há *res publica*, a República, as coisas do povo, e, sim, os interesses de um partido que patrimonializou o Governo, um partido para quem a nossa Constituição não existe. Rasgam-na todos os dias.

Este é um Governo que desesperançou o Brasil; um Governo que, ao invés de nos embarcar rumo ao futuro, nos faz testemunhar, na economia, uma viagem de



regresso ao passado. Hoje milhões de brasileiros se desesperam, atingidos pelo desemprego, que lhes sonega o sagrado direito de sobreviver.

Há mais de 10 anos, desconhecíamos o que era conviver com a inflação. A conquista da estabilidade da moeda, só alcançada à custa de muitos sacrifícios, é agora malbaratada pelo desprezo de comezinhos princípios de economia. A regra de só comprometer os recursos de que se dispõe foi substituída pelos gastos incontidos, por uma voragem orçamentária descontrolada. A determinação legal da prévia autorização legislativa para realizar ou cortar despesas resultou, no ano passado, num déficit primário de 120 bilhões de reais.

As manifestações de milhões de brasileiros traduzem nossa apreensão com as consequências da nossa falência moral e econômica.

Quando apresentei ao País, como Relator da CPMI dos Correios, o escândalo do mensalão, imaginei que estávamos enterrando os sombrios tempos da corrosão do Estado pela corrupção. Pode-se, por isso, imaginar minha decepção ao assistir aos escândalos que se sucedem ininterruptamente.

Mas o gigante está acordando. A voz do eminente magistrado Sérgio Moro, nosso orgulho no Paraná, já não clama solitária na República de Curitiba.

Sr. Presidente, nossa inteligência, por mais tacanha que seja, não nos permite aceitar um esquema responsável por desviar mais de 40 bilhões de reais, que envolve Presidente, ex-Presidente, Ministros de Estado, uma organização criminosa assim chamada pelo Ministério Público que praticou a razia da nossa mais importante empresa, a PETROBRAS.

O Estado brasileiro tornou-se uma fera que devora as riquezas produzidas por quem trabalha e investe.



Nossa Carta Magna é constantemente vilipendiada. Vejam-se as contínuas ameaças ao setor agropecuário. Fanáticos pelos modelos da Venezuela e de Cuba discursam em plena sede do Executivo, sob aplausos da claqué orquestrada pela cúpula do Governo. Para esses brasileiros, nossa Carta Magna não merece obediência. Nossas mazelas se multiplicam.

Que é que há, meu País?

Não raras vezes, confesso que, ao ouvir alguns discursos demagógicos na nossa Casa do Povo, sinto-me — tenho certeza de que muitos colegas Parlamentares também assim se sentem — como se estivéssemos em estado de anomia, em um país sem regras, sem leis.

Sr. Presidente, concludo com as palavras da exemplar Ministra Cármen Lúcia, da nossa Suprema Corte: *“Houve um momento em que a maioria de nós acreditou que a esperança tinha vencido o medo. Depois, descobrimos que o cinismo tinha vencido a esperança. Agora, o escárnio venceu o cinismo. Mas o crime não vencerá a Justiça”*.

Sra. Ministra, nós precisamos acreditar nisso. Nós devemos acreditar nisso. Nós acreditamos que venceremos. Os corruptos não solaparão nossas esperanças.

Para isso, Sras. e Srs. Parlamentares, *impeachment* já!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ALEXANDRE SERFIOTIS (Bloco/PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, bom dia a todos. Neste momento de afirmação da nossa democracia, faço questão de adiantar ao povo brasileiro e deixar devidamente registrado nos Anais desta Casa meu posicionamento diante da histórica votação que se aproxima.



Nós temos uma responsabilidade enorme com o País. Com toda a segurança e convicção, direi “sim” ao *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff, por não restar dúvida de que houve, de fato, crime de responsabilidade de sua parte, ao se utilizar de artifícios contábeis para esconder da Nação o estado crítico em que se encontravam as contas brasileiras quando assinou decretos sem autorização do Legislativo.

Entendo que esta crise que aí está poderia e deveria ter sido combatida no seu nascedouro. Se as atitudes fossem tomadas pelos responsáveis no tempo certo, não estaríamos vendo hoje os serviços públicos se deteriorando, o ambiente econômico em seu pior momento em décadas, porque, além do viés jurídico, temos, sim, o viés político e econômico.

São mais de 10 milhões de desempregados, mais de 130 mil estabelecimentos tiveram suas portas fechadas no último ano. A população brasileira cobrará uma conta alta dos responsáveis por esta situação e dos Parlamentares que não compreenderem que é chegado o momento histórico de mudar o rumo do nosso País.

Por isso, neste domingo, cumprirei meu dever de cidadão. Votarei favoravelmente à abertura do processo de *impeachment*, para que surja um Governo de reconstrução para o nosso Brasil.

Confesso, Sr. Presidente, que na segunda-feira 11 de abril, quando eu estava vindo para Brasília, meus dois filhos, Amanda, de 15 anos, e Allan, de 14 anos, me disseram: “*Pai, vote certo. Vote pelo impeachment*”. Eu tenho certeza de que eles têm mais consciência e responsabilidade do que muitos que estão nesta Casa, que vão votar contra o *impeachment* e que não enxergam o caos em que vivemos.



Tenho certeza de que a maioria do povo brasileiro, os meus amigos e os meus familiares se orgulharão do meu voto. Quero andar de cabeça erguida, olhar nos olhos das pessoas, frequentar lugares públicos sem ser vaiado ou expulso.

Aqueles que votarem contra o *impeachment*, sem dúvida, pagarão um alto preço, e eu tenho certeza de que, lá no fundo, nem os seus familiares irão se orgulhar deles.

Que Deus os abençoe e abençoe a todos nós!

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Felipe Bornier) - Concedo a palavra ao Deputado Diego Garcia, para uma Comunicação de Liderança, pelo PHS.

O SR. DIEGO GARCIA (PHS-PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a quem a corrupção está atingindo? Ela está atingindo lá na ponta: está atingindo as pessoas mais carentes, que mais necessitam de saúde, de qualidade de vida.

Às vezes, ao ver algumas pessoas defenderem nesta Casa o Governo e considerarem que o processo de *impeachment* é mesmo um golpe, um golpe contra nossa Constituição Federal, um golpe contra a democracia, eu fico pensando: essas pessoas devem estar vivendo no mundo de faz de conta, devem estar vivendo num outro mundo, que não o meu.

O mundo no qual eu vivo é o mundo próximo das pessoas necessitadas, que precisam e clamam por que este Congresso Nacional, neste domingo, faça justiça, faça o seu voto valer.

Nós deparamos com esta realidade triste e ouvimos, a cada momento, dizerem que há políticos que estão sendo comprados.

Eu digo a V.Exas. o seguinte: caráter não se compra. Se políticos aqui estão sendo comprados, isso ocorre porque nunca tiveram caráter. Meu voto não tem preço. Meu voto ninguém vai conseguir comprar. (*Manifestação no plenário: Muito bem!*)

Neste domingo, o Congresso Nacional não vai realizar um golpe. Muito pelo contrário, não será um golpe o que acontecerá neste domingo: será uma demissão por justa causa — uma demissão por justa causa!



Os crimes que foram cometidos estão previstos em lei. São crimes contra a Lei Orçamentária, crimes previstos na Lei nº 1.079, de 1950.

Sr. Presidente, para concluir minha fala, trago números atualizados relativos ao desemprego no País: quase 10 milhões de pessoas estão desempregadas!

Nós não podemos compactuar com tanta sujeira, com tanta corrupção!

Vamos votar “sim” ao *impeachment* neste domingo.

Vamos, com força, tirar este Governo do poder! (*Manifestação no plenário: Muito bem! Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Felipe Bornier) - Para falar pelo PSOL, tem a palavra o Deputado Ivan Valente, por 3 minutos.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu queria colocar, neste momento em que falo como Líder, a seguinte questão: se houver o *impeachment*, o Governo que substituirá o de Dilma Rousseff será um Governo imoral, ilegal e ilegítimo.

O Governo Temer é um grande acordão entre a elite econômica brasileira, os grandes meios de comunicação e a Direita brasileira, organizada nesses partidos que não alcançaram o primeiro lugar na eleição passada. E eles vão entregar o poder a um partido que sempre esteve associado a ele, o PMDB, que tem, entre os seus principais quadros, acusados de corrupção na Operação Lava-Jato.

Aliás, toda essa adesão ao *impeachment* a que nós estamos assistindo, de partidos que desandaram para o lado da Oposição, tem a ver com o abafamento da Operação Lava-Jato e com a futura impunidade que isso trará. Nós entendemos, e queremos denunciar à opinião pública brasileira, que muitos estão buscando cobertura para desacelerar a Operação Lava-Jato.

O PSOL, desta tribuna, quer que as investigações vão até o fim, peguem todos e punam quem tiverem que punir: PT, PSDB, PMDB, PP e quem tiver praticado crimes neste País.

O Sr. Temer, nas pesquisas de opinião, tem apenas 1% dos votos. Ele não tem voto! Em segundo lugar, ele é rejeitado, e querem o seu *impeachment* 60% da população, a mesma margem da Presidente Dilma, que ele quer tirar. Em terceiro lugar, ele é rejeitado como ruim ou péssimo por 58% das pessoas. Por fim, ele também assinou as pedaladas fiscais.



Então, se houve crime de responsabilidade, se esta Casa cometer a irresponsabilidade histórica de cassar o mandato de uma Presidente por questão contábil, ela tem que cassar o mandato do Vice-Presidente Michel Temer. Este será um usurpador, um conspirador e um golpista, e o PSOL não aceita isso! (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Felipe Bornier) - Concedo a palavra ao Deputado Samuel Moreira, para falar pelo PSDB, por 8 minutos.

O SR. SAMUEL MOREIRA (PSDB-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, nós vivemos de forma coletiva. Não há vida individual. Para viver bem coletivamente, precisamos de regras, de leis que valham para todos, de leis a que todos se submetam. Isso é o ordenamento jurídico, é o Estado de Direito, é a democracia.

Os países mais desenvolvidos fortalecem suas instituições e respeitam as suas leis. Cada cidadão respeita o outro para viver bem em uma nação. Dar eficiência às leis faz evoluir o nosso estágio civilizatório. E aos governantes cabe dar o exemplo com comportamento dentro da lei.

O Governo Dilma é imoral e repleto de ilegalidades: comete crime ao tentar obstruir a Justiça; comete crime de responsabilidade fiscal ao realizar operações de crédito sem autorização do Legislativo; comete crime de corrupção, para fins eleitorais e para a manutenção do poder, ao distribuir propinas a partidos e a políticos.

Os crimes geram consequências, geram vítimas. E as vítimas são os brasileiros: é o jovem que não encontra o seu primeiro emprego; é o pai de família que perde o seu emprego; são os desempregados; são as empresas que fecham; é o País com recessão e com desequilíbrio fiscal; é o cidadão com sentimento de tristeza e desesperança.

Portanto, o crime requer punição, punição exemplar. O que vale é a lei, é o respeito à Constituição, que é a expressão da nossa razão e da nossa consciência coletiva. A Constituição que garante a posse do eleito é a mesma, em seu art. 85,



que exige a saída, que impõe a retirada do governante que comete crime de responsabilidade.

Só há um caminho: valorizar as regras, valorizar as leis.

Vamos abrir uma janela de esperança! Honrar a Constituição é o melhor para qualquer país. Vamos olhar para o futuro! Vamos lutar por reformas e construir uma nação melhor!

Por isso, nós dizemos “sim” ao *impeachment* da Presidente Dilma.

O SR. MAX FILHO (PSDB-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nesta manhã de sábado, às 9h09min, quando esta sessão já transcorre há mais de 24 horas, inicio meu pronunciamento trazendo à lembrança da alma do povo brasileiro frase da lavra de Nelson Jobim, Relator do *impeachment* do ex-Presidente Collor de Mello, que, na sua defesa, dizia tratar-se de um golpe:

“Bendito o golpe em que seu espectro se exaure na fiel observância de comandos constitucionais! Maldita a democracia em que o voto popular possa constituir-se em cidadela da impunidade!”

Sr. Presidente, o Governo Dilma Rousseff é corrupto. A prática das pedaladas fiscais termina sendo a cereja do bolo. Nunca antes na história deste País houve aparelhamento do Estado brasileiro com o objetivo claro do cometimento de crimes. É o velho patrimonialismo brasileiro a roubalheira que se instalou no Governo Dilma Rousseff.

E é claro, Sr. Presidente, há um fato jurídico que incita esta Casa ao julgamento que vai acontecer amanhã. Mas esta é uma Casa política, e o



juízo é jurídico e também é político. Assim como cabe ao Tribunal do Júri julgar crimes dolosos contra a vida, cabe ao Poder Legislativo, uma Casa política — não é preciso ser jurista para chegar a esta Casa, mas tem que ter a legitimidade do voto popular, e, se aqui estamos, foi pelo voto popular que chegamos —, fazer o julgamento que tem como base a denúncia das pedaladas fiscais, que nada mais são do que o rombo das finanças públicas. Mas cabe também a esta Casa uma avaliação do conjunto da obra de todo este Governo.

Estamos dentro do exato limite da Constituição Federal. Estamos na plena vigência do Estado Democrático de Direito. Não há golpe, Sr. Presidente; não há golpe, Srs. Deputados. O que há é um processo legítimo de *impeachment* que vai ser votado amanhã à tarde.

Oxalá esse *impeachment* possa abrir novos ares ao povo brasileiro, possa devolver a confiança nas instituições da República! Que possamos combater a corrupção onde quer que esteja, seja no Poder Executivo, seja no Poder Legislativo! Essa marcha tem que continuar!

E nós desejamos que seja a melhor decisão para o povo brasileiro, para o futuro da Pátria brasileira. Que possamos virar essa página que tem cansado tanto o povo brasileiro, e que se abra uma nova perspectiva na economia e na vida política. Que o Brasil possa voltar a sorrir a partir da segunda-feira.

Vamos juntos, amanhã, ao *impeachment*, votando “sim”, para atender à voz das ruas, como dizia Ulysses Guimarães.

Que a voz das ruas tenha vez e tenha voz e que haja repercussão da voz das ruas neste plenário na votação do *impeachment*!

Obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Felipe Bornier) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Caio Narcio, para uma Comunicação de Liderança, pela Minoria. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Raimundo Gomes de Matos, para uma Comunicação de Liderança, pela Minoria.

O SR. RAIMUNDO GOMES DE MATOS (PSDB-CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres Parlamentares, neste exato momento, milhares de brasileiras e brasileiros acompanham estas sessões históricas que irão efetivamente modificar o perfil socioeconômico da sociedade e fortalecer a nossa democracia.

Inúmeras vezes, desta tribuna, não somente a minha pessoa, representando o Estado do Ceará, o Nordeste brasileiro, o Brasil, mas também os demais colegas do PSDB sempre foram unânimes em dizer, em provar que há, sim, descumprimento da nossa Constituição. Todos nós, a Presidente Dilma, os Governadores, os Prefeitos, os Vereadores, ao sermos eleitos, juramos cumprir a Constituição.

É triste, Sr. Presidente, telespectadores que nos acompanham, vemos ainda lideranças políticas dizerem que se trata de golpe. O Supremo oficializou a Comissão, oficializou esta sessão. Não se trata de golpe. Golpe, sim, deu o PT no nosso País. Golpe, sim, deu a Presidente Dilma quando, através da sua leniência, através da sua omissão, pela falta da posição firme que poderia ter tido para combater a corrupção e não permitir as pedaladas tão consagradas que o povo brasileiro já conhece, remanejou recursos orçamentários sem a autorização desta Casa, o que caracteriza descumprimento da nossa Constituição.



Se for para descumprir a Constituição, vamos ao extremismo: vamos acabar com o Congresso Nacional e vamos nos tornar uma ditadura, que é isso que o PT está querendo para o nosso País.

O PSDB, através dos nossos Líderes e dos nossos Deputados, desta tribuna, sempre lutou para que efetivamente nós tivéssemos, acima de tudo, um Brasil com toda essa capacidade que o País tem de gerar emprego e de gerar uma economia que garantisse a sustentabilidade em várias regiões brasileiras. Esse é o nosso posicionamento há vários anos. E necessitamos, sim, do *impeachment* da Presidente Dilma para que possamos ter uma perspectiva de desenvolvimento do nosso País.

Os milhões de votos que a Presidente Dilma teve não lhe dão o direito de descumprir a Constituição. Os milhões de votos que ela teve não lhe dão o direito de virar as costas para o povo brasileiro.

Por isso, hoje, milhões de brasileiros estão acompanhando essas sessões, há mais de 24 horas, para que nós possamos, sim, aprovar o *impeachment* da Presidente Dilma.

E através da Liderança da Minoria, nós iremos passar a palavra ao Deputado Caio, para que possa complementar esse nosso posicionamento do PSDB.

Ressalto o grande trabalho feito pelo Deputado Izalci nas nossas reuniões na CPI e nas demais Comissões, bem como o trabalho de toda a bancada do PSDB, incluindo a nossa Deputada Mara, que, efetivamente, através do seu posicionamento, teve, acima de tudo, a dignidade e a grandeza de defender aqueles que mais necessitam, e também a nossa representante da força feminina, a Deputada Mariana.



A SRA. MARIANA CARVALHO (PSDB-RO. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Bom dia, Sr. Presidente. Quero cumprimentar todos os brasileiros e brasileiras que nos assistem, a nossa bancada jovem da Câmara, em nome dos Deputados Caio Narcio, Elizeu Dionizio e Cristiane Brasil.

Eu venho aqui reafirmar o meu voto em favor do *impeachment*. Ou nós fazemos a justiça nesta Casa pelo povo brasileiro, ou, talvez, Deputado Izalci, não haverá mais povo nem Brasil. Essa é a minha grande preocupação, pois os brasileiros confiaram o seu voto em uma Presidente que, infelizmente, não honrou o que prometeu na sua propaganda eleitoral, enganou o povo e cometeu estelionato eleitoral, tirou o que não era deles para pensarem nos seus companheiros e companheiras.

Hoje, eu tenho essa grande preocupação e venho pedir aos brasileiros: fiquem vigilantes aos Deputados em quem vocês votaram. Muitos estão sendo comprados e estão sendo tratados como produtos nesta Casa Legislativa. É uma vergonha para o nosso País tratar Deputados com preços e com valores, não pensando no futuro das nossas gerações!

Temos que resolver os problemas do Brasil com diálogo e não com compra, como está acontecendo. Isso mostra o desespero. Temos uma Presidente despreparada para governar o nosso País, que acabou com a nossa educação, com a oportunidade de emprego, com o sonho das nossas futuras gerações.

Quando eu era muito criança, escutava-se falar sobre o *impeachment* do Collor. Eu confesso que não queria estar discutindo sobre este assunto neste momento, que eu gostaria de discutir um País melhor, mas, infelizmente, temos um Governo e um partido que não colaboram para isso.



Por isso, coloco-me em favor do povo brasileiro, que está nas ruas, inclusive hoje, manifestando a sua vontade de ter um País democrático, em que haja oportunidades para as pessoas falarem o que pensam, e não serem tratadas da forma como infelizmente estão sendo: com um muro dividindo opiniões; enfim, onde os brasileiros sonham com as mesmas vontades e os mesmos desejos.

Infelizmente, este Governo divide as opiniões, divide o nosso País como entre Norte e Sul.

Eu, que sou da Região Norte do País, do Estado de Rondônia, tenho minhas preocupações. Várias regiões não conseguem ter acesso ao que acontece na realidade, pois não há água tratada, saneamento básico, saúde, médicos para atender, apenas propagandas enganosas, que sabem fazer muito bem e sempre fizeram.

Estão destruindo a nossa história. Entregamos um Governo estável economicamente, e hoje, infelizmente, não temos mais isso. Cada vez mais vemos o Brasil afundando.

Podemos, nesta Casa Legislativa, resgatar a autoestima do povo brasileiro. A partir de domingo, tenho certeza de que, com o apoio dos brasileiros, vamos reescrever a história, uma nova história para o nosso País; uma história de esperança; uma história sobre a qual poderemos lembrar que tiramos um Governo corrupto, que brincou com os brasileiros e os tratou de forma não merecida.

Venho pedir a todos os Deputados: vamos dizer “sim” ao *impeachment*; vamos dizer “sim” aos brasileiros; vamos dizer “sim” à nossa dignidade, ao nosso caráter; vamos mostrar que esta Casa Legislativa tem muita gente do bem, que pensa no Brasil e não apenas no seu próprio ego!



Sra. Presidente, eu esperava que a senhora tivesse um pouco mais de humildade e pedisse para sair, mas não teve humildade nem respeito com o povo brasileiro.

Vamos no domingo dizer “sim” ao Brasil; vamos dizer “sim” aos brasileiros.

Deixo aqui o meu abraço e o meu muito obrigada a todos os que estão se manifestando. Tchau! *(Manifestação no plenário. Palmas.)*



O SR. PRESIDENTE (Felipe Bornier) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Carlos Melles, para uma Comunicação de Liderança, pelo DEM.

O SR. CARLOS MELLES (DEM-MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, brasileiros, estamos escrevendo a nossa história. O Brasil, mergulhado em crise, espera ansioso a votação do *impeachment*.

Sr. Presidente, dada a redução do nosso tempo, eu vou deixar o meu discurso como lido, mas vou fazer alguns comentários, porque ouvi atentamente o debate nestas últimas quase 30 horas.

Primeiramente, queria me referir aos jovens. Vi o Líder Leonardo Picciani, a Deputada Mariana Carvalho, o Deputado Caio Narcio, enfim, a juventude. Nós que já vivemos mais tempo nesta Casa e acompanhamos um pouco a história do Brasil, junto com outros Deputados amigos e queridos, como o experiente Deputado Luiz Carlos Hauly e tantos outros, queríamos dizer o seguinte: o golpe de 64 foi muito mais o medo de o Brasil cair no domínio do comunismo do que propriamente querer a ditadura.

Depois disso, nós vivemos um período absolutamente importante para o Brasil, sobretudo na redemocratização feita não só pelas Diretas Já, mas pelo que o Brasil fez e acompanhou, especialmente no Governo Fernando Henrique. Nós conseguimos colocar o Brasil nos trilhos.

A juventude não viveu cinco planos econômicos como nós vivemos. A minha geração não sabia o que era viver sem inflação. A nova geração não sabe o que é *overnight*, não sabe a loucura que era ter taxas de juros beirando mais de 2.000%.

Fizemos um esforço descomunal. O Plano Real salvou o País e o pôs nos trilhos. Quanto ao aperfeiçoamento no Plano Real, o mais importante de todos, além



de debelar a inflação, foi devolver a credibilidade do País ao mundo e sobretudo devolver a esperança aos brasileiros.

O Presidente Fernando Henrique não queria o segundo mandato. Nós o queríamos porque estávamos experimentando um período áureo, ao colocar o Brasil no time dos países corretos, no time dos países justos, no time dos países que realmente olhavam para sua gente com seriedade. É aquela história das ondas: nós precisávamos colocar o Brasil numa onda de desenvolvimento. Isso foi feito.

A Lei de Responsabilidade Fiscal talvez tenha sido o instrumento mais importante que fizemos. A regra: não gastar mais do que se ganha. E o *impeachment* é feito com essa legitimidade hoje.

Não gastaram pouco. Se observarmos as curvas de gastos, vamos ver que, em 2014 e 2015, foram os principais anos de gastos, mas não se gastou um pouco mais ou um pouco menos, coisa de 1 bilhão, 2 bilhões para 40 a 50 bilhões de reais. Ou seja, não há um país que se sustente!

Ao se implantar esse socialismo populista que nós vivemos hoje de fazer cortesia com o chapéu alheio, o Governo Lula, espertamente, fez, no seu primeiro mandato, o mesmo governo que vínhamos fazendo antes de Fernando Henrique, com o Ministro Antonio Palocci, com Jorge Rachid, com Joaquim Levy. Os mesmos homens seguiram a mesma política econômica.

Pareceu que estávamos no caminho certo, mas o segundo mandato do Presidente Lula e o primeiro mandato da Presidente Dilma, em especial o segundo mandato, que lástima! Que lástima! Mostraram as garras, o escorpião, que não consegue ser correto o tempo todo.



Chega uma hora em que o poder fala mais alto. O populismo bolivariano fala mais alto. Usaram o povo mais humilde. Os programas sociais são muito, muito baratos perto da roubalheira.

Olhem, brasileiros, nós já tivemos CPIs nesta Casa, mas nunca um período tão rico e tão farto de desmandos e de CPIs — CPI da PETROBRAS, CPI do BNDES, CPI do CARF, CPI dos Fundos de Pensão. Que vergonha! Este não é o País que queremos. Quando se instala uma CPI é porque as coisas já desandaram há muito tempo!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu espero que o Brasil, que nós brasileiros possamos, com seriedade, encarar o desafio do momento que vivemos. Não é por nós, mas pelos nossos filhos, pelos nossos netos, para voltarmos a ter confiança, esperança de ter um Brasil correto.

Em nome da liberdade e dos maiores valores do povo mineiro, em nome do Democratas, eu voto “sim”, pelo *impeachment* da Presidente Dilma. Voto a favor do Brasil. O Democratas vota “sim”.

Eu quero recordar que o Ministro Carlos Velloso disse que não é somente a eleição que legitima. A eleição legitima, sim; ela é instrumento da democracia representativa. Porém o exercício do mandato deve ser exercido com vistas ao interesse...

(Desligamento automático do microfone.)



O SR. PRESIDENTE (Felipe Bornier) - Concedo a palavra ao Deputado Paulo Pimenta, para falar pela Liderança do Governo.

O SR. PAULO PIMENTA (PT-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Brasil hoje amanheceu com um verso que embala corações e mentes de defensores da democracia, a ideia da viravolta, a ideia da virada.

Quero dizer a V.Exas. que, se, por um lado, estamos felizes com estas notícias, por outro, temos a convicção de que não se trata de uma virada, porque, na realidade, a Oposição nunca teve os votos necessários para aprovar nesta Casa a sua proposta de golpe.

Vivemos, nesta semana, uma verdadeira avalanche midiática. Os grandes meios de comunicação, em especial a Rede Globo, a narradora do golpe, tentaram convencer a opinião pública de que esta vitória golpista já tinha acontecido.

Sr. Presidente, o Vice-Presidente Michel Temer, hoje pela manhã, publicou quatro tuítes, falando como Presidente da República, e anunciou medidas ao País, numa atitude que superou o seu intuito conspirador e que revela outra face. Temer, o Breve, o que foi sem nunca ter sido, anunciou ao Brasil hoje medidas como se Presidente da República já fosse.

Quero aqui dirigir a minha palavra ao povo brasileiro, a milhões de homens e mulheres que, ao longo dos últimos anos, acompanharam a construção desse projeto de transformação do Brasil iniciado pelo Presidente Lula, e que hoje tem à frente a Presidenta Dilma.

Nós temos orgulho de um Governo que mudou a vida de milhões de brasileiros, de um Governo que ofereceu especialmente aos filhos dos trabalhadores



e trabalhadoras, pela primeira vez em 500 anos, a possibilidade de serem enxergados pelo Estado brasileiro como cidadãos.

É por isso que nós estamos aqui. Uma bancada aguerrida e corajosa — não só o PT, mas o PCdoB, o PSOL e outros partidos —, que está aqui não para defender o Governo, mas, muito mais do que isso, para defender a democracia diante deste momento delicado da história do nosso Brasil.

Todos nós sabemos que a Presidenta Dilma é uma mulher honesta; todos nós sabemos que a Presidenta Dilma é uma mulher que não responde a nenhum processo, que não tem conta na Suíça. É uma mulher que, com a sua trajetória, inspira e orgulha qualquer brasileiro.

Estamos diante de um fato observado pela imprensa internacional de maneira perplexa. O principal juiz desse processo é nada mais, nada menos do que o Presidente Eduardo Cunha, um político que já deveria ter sido afastado há muito tempo, um político que não reúne condições morais, éticas, jurídicas de estar à frente deste Parlamento, menos ainda de presidir um processo dessa gravidade. Dilma Rousseff sendo julgada em um processo que tem como juiz principal Eduardo Cunha!

Senhoras e senhores, essa aventura golpista não tem limites! Pretendem não só afastar Dilma, mas transformar Temer em Presidente e Eduardo Cunha em Vice-Presidente da República. Não sei se V.Exas. se deram conta, mas, pela proposta golpista, Cunha passará a ser o primeiro na linha sucessória. A cada vez que Temer tiver que se afastar do País, Cunha — Eduardo Cunha — será o Presidente da República, eleito pelo voto de 300 Parlamentares que achavam que poderiam



usurpar o direito de 55 milhões de brasileiros e brasileiras que elegeram a Presidenta Dilma.

Não haverá golpe, Sr. Presidente!

Quero aqui dirigir a minha palavra a esses Parlamentares que vêm à tribuna e nos ofendem; acusam-nos de defender um Governo corrupto; questionam a nossa bancada. Quero dizer aos senhores e às senhoras que não há sombra de dúvida sobre o caráter, a conduta e o compromisso dessa bancada com o Brasil.

Digam-me, senhoras e os senhores que estão em casa, que acompanham este debate, se é possível questionar a trajetória de Benedita da Silva, com a sua história de luta; do nosso Líder Afonso Florence, professor universitário, baiano; de Luiza Erundina; de Jean Wyllys; de Chico Alencar; de Marco Maia; de Wadih Damous. Companheiros e companheiras, somos um partido que reúne mais de 1 milhão e 800 mil militantes, homens e mulheres apaixonados pelo Brasil.

Os senhores vêm aqui e falam, falam, mas, na realidade, sabem que existe uma bancada que merece aplauso, reconhecimento, conduta ética, retidão dentro deste Parlamento: é a bancada dos Parlamentares que estão ao lado da democracia, Zé Carlos, na luta contra o golpe. E fazemos isso com orgulho, puro compromisso histórico.

Estão aqui homens e mulheres que não defendem esse Governo porque querem cargos ou espaço; homens e mulheres que não vendem o voto. Se alguém vende o voto, com certeza não está do lado de cá deste plenário; não está ao lado de partidos que têm história na luta pela democracia, na luta pelos direitos sociais, na luta pelo combate à corrupção.



Nunca houve tanto combate à corrupção. Lula e Dilma deram autonomia para a Polícia Federal e para o Ministério Público Federal poderem investigar crimes de corrupção. Nós queremos mais investigação, mais combate à corrupção, mas não de maneira seletiva, não de maneira parcial. É contra isso que se insurge o povo brasileiro.

Amanhã, domingo, nós teremos nesta Casa e em todo o Brasil uma festa de reafirmação da democracia. Não permitiremos que mais uma vez a Constituição brasileira seja rasgada, a democracia seja jogada no lixo por um grupo de Parlamentares derrotados na eleição, que se uniram com Eduardo Cunha em troca da salvação do seu mandato para dar um golpe neste País.

Não vai ter golpe! Vai ter luta! O povo na rua defende a democracia.

Salve o povo brasileiro, a nossa democracia e a Presidenta Dilma! (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Felipe Bornier) - Segue a ordem dos oradores indicados pelo Partido Verde: primeiro orador, Deputado Roberto de Lucena; segundo orador, Deputado Evair de Melo; terceiro orador, Deputado Uldurico Junior; quarto orador, Deputado Evandro Gussi.

Concedo a palavra ao Deputado Roberto de Lucena, do PV de São Paulo.

O SR. ROBERTO DE LUCENA (PV-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, meus irmãos brasileiros, as profundas transformações pelas quais passa o mundo impõem a esta geração novas equações para as quais as respostas precisam ser objetivas, claras, rápidas, com a construção de escolhas precisas e efetivas.

Ao longo dos últimos anos, o Brasil tem feito escolhas que têm se revelado equivocadas. Foram esses caminhos escolhidos que nos colocaram diante de um abismo estarrecedor, suscetíveis à tempestade sem precedentes que nos envolve. Essa tempestade chega a ser considerada perfeita, porque de maneira multifacetada estende-se pelos aspectos moral, ético, econômico e político ao mesmo tempo, com componentes combinados com as variáveis negativas da economia global.

Agora, é importante, é honesto que se reconheça que não estamos, senhoras e senhores, simplesmente diante de uma crise de Governo. Trata-se, na verdade, de uma crise de modelo. Chegamos à exaustão do modelo de representatividade política, e a sociedade brasileira não identifica um nome ou um projeto político capaz de ser um elemento catalizador, em que se sinta segura para depositar novamente as suas expectativas.

Fosse essa uma crise de Governo, a solução seria mais simples. Trocaríamos apenas o comando do Governo. Mas não é apenas isso, é uma crise de confiança



estabelecida em decorrência da incoerência entre a prédica do discurso político e a prática no trato com o povo e com a coisa pública, identificada na escolha do modelo superado de gestão pública, de máquina inchada, de corrupção sistêmica e de descaso com o povo. E essa crise de confiança afeta, na verdade, toda a classe política e todos os partidos políticos — ninguém se salva!

É uma crise espiritual, formulada pela quebra de princípios, pela relativização de valores, pelo derramamento de sangue inocente de milhões de crianças abortadas neste País e das centenas de crianças indígenas mortas a cada ano, vítimas do silêncio desta Casa e do Governo Federal, e também porque o Brasil, através de sua representação maior, virou as costas para Israel, e, fazendo isso, desprezou as bênçãos advindas dessa relação:

*“Abençoarei os que te abençoarem e amaldiçoarei
aquele que te amaldiçoar; em ti serão benditas todas as
famílias da terra”.*

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, este ambiente de aguda crise aponta para o fato de que estamos no caminho errado, e há pelo menos três perguntas que precisamos objetivamente responder: quem ganha e quem perde com essa crise? Estamos prontos a repensar o nosso caminho? Aonde pretendemos chegar? Sim, porque quem não sabe aonde quer chegar simplesmente não chega a lugar nenhum!

Torno público a V.Exas. e ao povo brasileiro que haverei de votar na sessão histórica deste domingo, dia 17 de abril de 2016, a favor da admissibilidade do processo de *impeachment* da Presidente da República, Dilma Rousseff, e o farei pelo respeito que devo ao povo do meu Estado de São Paulo e por amor ao Brasil,



absolutamente consciente de que o *impeachment* em si não é a solução para o País, nem econômica, nem política. Não é o ponto de chegada, mas uma parada necessária, uma escala.

E este, Sras. e Srs. Deputados, não é um momento nem de festa, nem de comemoração, nem de descontração, é um momento triste, é um momento lamentável da história do nosso País.

Temos pela frente uma estrada longa, difícil, e uma pesada tarefa de reconstrução que caberá a todos, independentemente de cor partidária, de classe social, de ideologia política, pois não basta apenas mudar o comando de um Governo, é preciso aperfeiçoar os instrumentos de transparência e combate à corrupção. É preciso diminuir o tamanho do Estado, tornando-o mais presente, mais eficiente, mais moderno. Não basta apenas punir, precisamos mudar o modelo. Precisamos voltar para a estrada do desenvolvimento econômico, sem abandonar a busca pela justiça social. Precisamos prestigiar quem produz e quem trabalha, e não a preguiça.

Hoje, Sras. e Srs. Deputados, há um muro de quase 2,5 quilômetros erguido entre na Esplanada dos Ministérios, próximo ao Congresso Nacional. Esse muro, que divide os filhos do Brasil em duas partes, é a expressão material do estado de espírito deste País, onde a fogueira do ódio e da intolerância tem sido irresponsavelmente alimentada; é uma fratura exposta na alma nacional!

Mas, passado esse processo, independentemente do seu resultado, o Brasil precisa do seu povo! A sociedade precisará se unir em torno de um pacto nacional de reconstrução. Os verdadeiros líderes, aqueles que amam a Nação e se importam



com ela, precisarão estar entre os que terão disposição de derrubar os muros e de construir as pontes.

Cabe-me aqui, Sr. Presidente, lembrar as palavras de Jesus, registradas em Mateus 3:24, como está na nova tradução, na linguagem de hoje da Sociedade Bíblica do Brasil:

“O país que se divide em grupos que lutam entre si certamente será destruído. Se uma família se divide, e as pessoas que fazem parte dela começam a lutar entre si, ela será destruída.”

Sras. e Srs. Deputados, estou convencido de que o Brasil, a partir deste momento, nunca mais será o mesmo e de que este País, onde minhas netas viverão como adultas, em 20 anos, estará muito melhor do que o País em que vivemos hoje, mas quis Deus que esta fosse a geração da transição, e essa transição, Deputado Evandro Gussi, tem um preço a ser pago. E esse preço, Deputado Simão, é elevado! Sr. Presidente, nós pagaremos esse preço!

Eu farei a minha parte, porque o Brasil que eu quero para mim, para os meus filhos e para minha neta, o Brasil que eu quero para as futuras gerações começa exatamente em mim. Votarei, senhoras e senhores, pelos 10 milhões de trabalhadores desempregados no Brasil, e o emprego, nobres pares, é o melhor programa social que existe.

Votarei pelo fim do industricídio nacional. Apenas no meu Estado de São Paulo, 4.451 indústrias fecharam as portas no último período de 12 meses, isso como resultado da atual crise econômica. Pagarei o preço pelas milhares de pessoas na fila da morte, nos corredores dos hospitais do Brasil.



Concluindo, quero lembrar um episódio recente. Ao buscar a origem de um vazamento no Salão Verde na Câmara dos Deputados, uma equipe de manutenção encontrou seis mensagens de operários que trabalharam na construção do Congresso Nacional, mensagens que estavam escritas nas vigas e nas paredes acima da laje, Deputado Odorico. Duas dessas mensagens, especialmente, chamaram-me a atenção por serem dirigidas aos políticos, aos representantes do povo brasileiro que haveriam de ocupar estas instalações a partir do ano que se seguiria.

Em uma delas, diz o autor: *“Só temos uma esperança, a esperança nos brasileiros de amanhã”*. Quanta energia e quanto da alma desse operário foi colocada nessas palavras que reproduziam o seu sentimento, fruto da percepção de contexto, de conjuntura e da sua própria realidade!

Sob as cobertas do desabafo, nota-se o desânimo em relação ao que se havia experimentado e vivido com a única exceção da crença, da esperança nos brasileiros de amanhã, nos brasileiros que estariam hoje aqui nesta Casa. Quanta responsabilidade a nossa!

A outra mensagem é uma verdadeira oração, é a oração do candango José Silva Guerra, escrita a lápis sobre o concreto, com a data de 22 de abril de 1959: *“Que os homens de amanhã que aqui vierem tenham compaixão dos nossos filhos, e que a lei se cumpra!”*

Essa súplica, depositada silenciosamente neste lugar alto, Deputado Evair, que apelava a Deus e às consciências, presumia que as gerações que se sucederiam aqui, nesta Casa, seriam de pessoas de bem, de generoso espírito



público, responsáveis, lúcidas, sensíveis, a ponto de nutrirem real interesse pelos filhos do povo.

Que Deus tenha misericórdia de nós!

Feliz é a nação cujo Deus é o Senhor! Que Deus nos abençoe! Que Deus abençoe o Brasil!

Era o que eu tinha a dizer Sr. Presidente. *(Palmas.)*

O Sr. Felipe Bornier, 2º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Gilberto Nascimento, 2º Suplente de Secretário.



V - ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.



O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - **COMPARECEM MAIS OS**

SRS.:



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 086.2.55.O
Data: 16/04/2016

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD
Montagem: 4176

DEIXAM DE COMPARECER OS SRS.:



O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Encerro a sessão, convocando a 2ª Sessão Deliberativa Ordinária para hoje, sábado, dia 16 de abril, às 9h51min, com a seguinte

ORDEM DO DIA



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 086.2.55.O

Data: 16/04/2016

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Montagem: 4176

(Encerra-se a sessão às 9 horas e 51 minutos.)